



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES-ICHCA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA.

A QUESTÃO INDÍGENA NA SALA DE AULA:
DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DO ENSINO E UM ESTUDO DE CASO NA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA HELENA DE OLIVEIRA-PILAR/AL

ISABEL ALVES FERREIRA

MACEIÓ-AL/ 2019

ISABEL ALVES FERREIRA

A QUESTÃO INDÍGENA NA SALA DE AULA:

DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DO ENSINO E UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA
DE EDUCAÇÃO BÁSICA HELENA DE OLIVEIRA-PILAR/AL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação de Licenciatura Plena em História da UFAL,
como requisito parcial para obtenção do Título de
Licenciatura em História.

Orientador: Prof. José Roberto Santos Lima

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

F383q Ferreira, Isabel Alves.

A questão indígena na sala de aula : desafios e contradições do ensino e um estudo de caso na escola de educação básica Helena de Oliveira-Pilar/AL / Isabel Alves Ferreira. – Maceió, 2019.

139 f. : il.

Orientador: José Roberto Santos Lima.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 133-139.

1. Educação indígena – Pilar (AL). 2. Índios - História. 3. Sala de aula. I. Título.

CDU: 94:376(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

ISABEL ALVES FERREIRA

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado
A QUESTÃO INDÍGENA NA SAGA DE ALA: Desafios e Contribu-
ções do Ensino e um estudo de caso na Escola
de Ed. Básica Helena de Oliveira (Pilar do)
e aprovado por
todos os membros da Banca Examinadora, cumprindo as exigências para obtenção do
título de Bacharelado em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) João Roberto Santos Lima
Orientador (a):

Prof.(a) [assinatura]
1º Examinador (a):

Prof.(a) [assinatura]
2º Examinador (a):

Maceió, Alagoas

1 1

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que me permitiu no decorrer de todo o curso forças para continuar apesar das adversidades da vida, e por continuar me ajudando para seguir em frente na conclusão desse trabalho de pesquisa.

Aos meus familiares em especial minha mãe LUZINETE ALVES e meu padrao JOSÉ MARIO GUILHERMINO que juntos batalharam para que eu pudesse ter um Curso Superior que não foi possível a eles, enfim mim deram forças de diversas formas que nem eles sabem o quanto foram importantes para que meus objetivos fossem alcançados.

E não poderia esquecer dessa pessoa que a Universidade me apresentou como meu professor e que se tornou meu orientador o professor JOSÉ ROBERTO SANTOS LIMA, uma pessoa excepcional, um ser humano fora do comum, que está sempre pronto a ajudar quem precisa, satisfação em ter sua companhia nesse processo até ao resultado final que sei que sem sua ajuda seria impossível, muitíssimo obrigada. Aos demais professores do Curso de História não só “da minha banca” mas todos indistintamente que colaboraram com a minha formação acadêmica.

Meus agradecimentos também a ARLEIDE GREGÓRIO DE O. SILVA proprietária e Diretora da Instituição por ter me permitido utilizar o espaço e os alunos para que assim pudesse chegar ao meu objetivo principal. A ELENEIDE GREGÓRIO DE O. DUARTE que é Diretora Adjunta por ter colaborado com a entrevista sobre a escola e outras particularidades a respeito dos alunos. E ao meus alunos e alunas que participaram desse projeto: AGTA VITÓRIA ROCHA, CAUÃ DA C. SANTOS, CAROLINE MARTINS, ELENILDO GREGÓRIO DE O. JUNIOR, LÍVIA CAROLINE DE B. SILVA, LUÍS FERNADO S. DE MELO, MARIA BEATRIZ, VITÓRIA THAYNÁ B. DE MORAES, VALQUIZIA REBECA, WENDERSON MATHEUS DE MORAES e WÉVERTON LEANDRO.

E pôr fim aos meus amigos de curso que sem dúvida contribuíram para a minha formação, alguns mais presentes outros mais ausentes, mas escreveram junto comigo essa trajetória chamada história.

DEDICATÓRIA

Dedico a todas populações indígenas de Alagoas que ao longo de sua trajetória histórica vem lutando por um espaço que de fato e direito lhes pertencem.

RESUMO

O presente trabalho é uma monografia resultante do processo de pesquisa baseada em parte pela trajetória histórica dos povos indígenas, e como essa temática é abordada em sala de aula, com a pretensão de analisar a partir de um questionário afim de perceber a visão de alguns alunos, e ver como em pleno século XXI essa problemática ainda precisa de uma formalização de acordo com as Normas da Legislação, verificando como ocorreu todo o processo até os dias atuais. Diante de tal questionamento feito na Escola de Educação Básica Helena de Oliveira em Pilar-AL, para assim buscar respostas em relação a essa temática em todo o processo educacional e qual a sua relevância para essa Instituição? Levando em consideração uma breve análise no âmbito escolar no geral, principalmente no Estado de Alagoas.

PALAVRAS-CHAVE: HISTÓRIA- EDUCAÇÃO- INDÍGINAS.

ABSTRACT

The present work is a monograph resulting from the research process based partly on the historical trajectory of indigenous peoples, and how this theme is approached in the classroom, with the pretension to analyze from a questionnaire in order to perceive the vision of Some students, and see how in the 21ST century this problem still needs a formalisation in accordance with the Norms of Legislation, verifying how the whole process has occurred until the present day. Faced with such questioning in the School of Basic Education Helena de Oliveira in Pilar-AL, so to seek answers in relation to this theme throughout the educational process and what is its relevance to this Institution? Taking into consideration a brief analysis in the school context in general, especially in the State of Alagoas.

KEYWORDS: HISTORY-EDUCATION-INDIGINAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	9
CAPÍTULO 1- A QUESTÃO INDÍGENA NA HISTÓRIA DAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE DO BRASIL: UMA TENTATIVA DE SÍNTESE	11
CAPÍTULO 2- UMA REFLEXÃO SOBRE A PROBLEMÁTICA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA: PROBLEMAS E DESAFIOS	95
CAPÍTULO 3- QUESTÃO INDÍGENA NA SALA DE AULA: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DO ENSINO E UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA HELENA DE OLIVEIRA-PILAR/AL	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	133

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise crítica em relação a questão indígena em Alagoas, e como essa temática é abordada em sala de aula, afim de entender como as Instituições Escolares lidam com essas questões, analisando a importância desses povos originários fundadores do Brasil em nosso contexto, percorrendo toda uma trajetória histórica até os dias atuais.

Para elaborar este trabalho de conclusão de curso tive como base as aulas que obtive na Disciplina de História Indígena no ano de 2014, sendo que este também foi o primeiro ano em que a Disciplina entrou para a grade curricular Do curso de História por uma determinação do MEC em função de não se ter nenhuma disciplina especificamente tratando da questão indígena. Durante as aulas tive a oportunidade que fazer um trabalho investigativo de campo na Aldeia Wassú Cocal no Município de Joaquim Gomes, por ter sido esse o meu primeiro contato visual com comunidade indígena daquela região, onde senti a necessidade de aprofundar os meus estudos a respeito da questão indígena para tentar dar conta da complexidade desta questão e de que maneira eu poderia abordar essa questão na sala de aula de forma mais competente e comprometida com o resgate da cidadania e no combate a eliminação dos que ainda existem a respeito da questão indígena dentro e fora da sala de aula em relação a educação, e como esta temática é tratada dentro destas ou de outras instituições.

E como que eles fazem para permanecer com suas culturas no mundo dos brancos? Essas indagações e outras me levaram a tal pesquisa, mesmo sendo um encontro rápido com eles, isto foi o suficiente para querer ir mais além nesse assunto, e a forma que encontrei para me aproximar da história desses povos foi pesquisar mais sobre seus antepassados e vida cotidiana deles hoje.

Fazendo essa abordagem que muito servirá para um melhor entendimento para gerações futuras que venham ter a mesma curiosidade que tive, para futuros acadêmicos e para qualquer cidadão sem deixar de fora todo esse legado que eles são portadores e que a sua história geralmente é transmitida pelos mais velhos através da oralidade de uma geração para outra com a responsabilidade de guardar e divulgar a sua memória histórica indígena.

Então logo no Primeiro Capítulo desta monografia nos propomos de forma muito atrevida tentar fazer uma síntese histórica dos povos indígenas do Nordeste do e da Região Sudeste do Brasil, em função do impacto do processo colonizatório português principalmente sobre as populações Tupis do litoral brasileiro nas suas origens, seus povos, seu modo de vida e suas culturas em contato direto com o colonizador de forma mais pacífica ou aguerrida onde a disputa pela posse da terra ou a escravização deles foi o elemento definidor se esses índios seriam aliados ou inimigos da Coroa.

No Segundo Capítulo tivemos como objetivo principal discutir a questão indígena em sala de aula, falando dos desafios, contradições e impasses que criam obstáculos ou dificuldades para o exercício do ensino e da aprendizagem do que se convencionou chamar de Educação Escolar Indígena diferenciada e o quanto é necessário à sua aplicabilidade prática.

No 3º Capítulo levamos em conta que conseguimos desenvolver um trabalho na Escola de Educação Básica Helena de Oliveira no Município do Pilar/AL que é uma Instituição de Ensino de caráter Particular, onde foi aplicado um questionário de sondagem contendo 10 questões sobre a questão indígena por alunos do 7º e 8º Anos do Ensino Fundamental da referida Escola para que assim possamos entender melhor como está temática é vista em sala de aula e como eles veem todo esse processo.

CAPÍTULO I- A QUESTÃO INDÍGENA NA HISTÓRIA DAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE DO BRASIL: UMA TENTATIVA DE SÍNTESE.

Bem sabemos que a história do Brasil não começa em 22 de abril de 1500, quando aqui aportaram os primeiros portugueses, quando se convencionou explicar o processo de “descobrimento” do Brasil segundo a historiografia mais tradicional ou conservadora ao passo que outros historiadores mais críticos preferem utilizar-se do termo “invasão” para caracterizar aquele momento histórico.

A história das populações indígenas consumidas pela ação do tempo e da história (por matanças, massacres e extermínio) do passado, tanto quanto de presente, que teriam todos se iniciado há aproximadamente de 35 mil anos atrás ou mais, quando as primeiras populações pré-históricas (paleo-índios) teriam imigrado do sudeste asiático em direção ao continente americano ou das ilhas do pacífico sul até o litoral do Chile, segundo as teorias já comprovadas cientificamente a respeito da presença humana nas Américas, tanto da teoria Asiática defendida por Huxley, tanto quanto pela Malaio-Polinésica, defendida por Paul Rivet, diretor do museu do Homem de Paris, que tem ambas teorias o seu amparo científico fundamentados em estudos arqueológicos, antropológicos, paleontológicos, e na comparação de aspectos ou traços genéticos, culturais, linguísticos existentes entre as populações ameríndias (tanto do passado, quanto do presente) se comparando-os com os outros povos ou culturas do outro lado do mundo- do sudeste asiático, ilhas do pacífico sul ou até dos ancestrais da África.

Há mais de 35.000 de anos os índios já haviam chegado ao Brasil. Grupos de caçadores caminharam. Grupos de caçadores caminharam, gerações após gerações pelos corredores do Cordilheira dos Andes e desceram os vales dos rios que muitos quilômetros depois, foram a grande bacia do Amazonas. Índícios arqueológicos demonstraram que culturas desenvolvidas nos altos vales dos rios Napo e Ucayali entre outros, estabeleceram-se depois, na desembocadura do Amazonas e áreas vizinhas. Esses primeiros habitantes do Brasil sofreram um lento e penoso processo de adaptação ao meio desde que seus mais antigos ancestrais abandonaram as grandes planícies da América

do Norte e se adentraram nas florestas da América Tropical. A mata fechada, a fauna desconhecida, o calor, os insetos e a falta de matéria-prima na região amazônica para a elaboração de seus instrumentos de caça, tais como o silex, calcedônia ou a obsidiana, fez o índio brasileiro mudar radicalmente seus hábitos. Não precisando mais de se proteger do frio, pintou o corpo com extrato de plantas (urucum e jenipapo) para se proteger do sol e dos insetos e passou a andar nu. A ponta da madeira endurecida ao fogo, a armadilha e a rapidez de suas próprias mãos foram seus instrumentos de caça. Aprendeu a distinguir na rica flora brasileira o que lhe podia ser útil e aproveitar os frutos comestíveis, muito cedo deve ter-se apercebido que o melhor e mais seguro caminho da floresta eram os rios, aprendeu a fabricar pirogas “esvaziando” troncos de árvores e transformou-se também em exímio pescador. O mais antigo homem do Nordeste teve que se adaptar a uma natureza particularmente ingrata, castigada por longas estiagens, num meio árido, seco e extremamente quente, porém apesar das circunstâncias adversas esses índios, foram capazes de criar o seu habitat, sua própria cultura e uma arte expressiva e elaborada como demonstram as pinturas rupestres do Rio Grande do Norte, do Piauí e as “itacoatiaras” da Paraíba e Pernambuco estas últimas sua forma de render culto as águas de que tanto precisavam. (MARTIN, 1988, p. 25)

No ano de 1500 chegam ao Brasil os portugueses em suas grandes expedições, que toma posse oficialmente de todo território brasileiro depois da assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494, onde os documentos comprobatórios que dá direito de posse portuguesa sobre o território brasileiro são : 1º A Carta do escrivão Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal D. Manuel-I, “ o venturoso”; 2º A Carta de um piloto anônimo e o 3º o documento produzido pelo Cosmógrafo e médico da expedição de Cabral que faz a primeira marcação ou registro da Latitude ou Longitude do território brasileiro, o mestre João que são as chamadas Certidões de Nascimentos no Brasil.

Estando aqui tanto os portugueses quanto as populações indígenas do Brasil o impacto cultural existente entre ambos os povos foi mais danoso para os índios em função deles não terem desenvolvido ao longo das suas vidas aqui nas Américas anticorpos que pudessem salvaguarda-los das várias doenças que foram introduzidas no continente americano e demais áreas e povos que estariam em contato direto com os europeus com enfermidades provocadas pelo simples contato ou ao respirar ou ainda no próprio ato sexual em que as populações nativas da América África e sudeste asiático teriam ficado doente ou falecido em decorrência de uma gripe, sarampo, catapora, varíola e várias outras doenças sexualmente transmissíveis.

Não devemos esquecer que os portugueses já estavam a 42 dias em alto mar, navegando sem nenhuma mulher a bordo- o grifo é nosso) vendo-as suas feições e que elas não tinham vergonha de andarem nuas, e por não serem como eles.

Essa foi a primeira visão que tiveram dos povos indígenas, marcando assim um estereótipo diferente, como algo para destacar o quanto eles eram únicos em relação a outros povos.

Esse Novo Mundo ao qual eles se referem era um mundo cheio de possibilidades, eles viram ali diante dos seus olhos milhões de nativos, povos desnudos, com aparência saudáveis, suas características foi sem dúvida o que chamou mais atenção principalmente as belezas das mulheres com seus cabelos cumpridos e corpos bem definidos.

Caminha foi muito minucioso ao detalhar suas descrições, falando também sobre a natureza da terra “recém descoberta”, o que ele havia costeado que ela era muito grande, que eles pensavam que era uma ilha daí o nome “Ilha de Vera Cruz” terra de Santa Cruz e finalmente “Brasil”, que tinha um clima ameno, “semelhante ao do Douro e o Minho estando coberto por árvores de grande porte e de um mar extenso que a vista não podíamos alcançar”. (ANDRADE, 2000.p 23/24)

O fato de que não ter acontecido nenhum conflito entre os índios Tupis do litoral brasileiro e os portugueses, naquele momento da chegada deles ao nosso litoral decorre que parte da comitiva de Cabral ter desembarcado em terras onde os nativos eram menos belicosos e estarem vivendo um período de paz o que teria permitido um maior contato entre a população indígena, e a tripulação portuguesa, tanto no litoral, quanto eles começaram a avançar para o interior do território; assim como a atitude dos colonizadores portugueses (até aquele momento) em não terem atacado ou hostilizado os nossos índios, o que prevaleceu por um período de paz da nossa história entre eles.

Os índios não estavam na América à disposição dos europeus, e se muitos os receberam de forma extremamente aberta e cordial, oferecendo-lhes alimentos, presentes, e inclusive, mulheres, não o fizeram por ingenuidade ou tolice. A abertura ao contato com o outro é uma característica cultural de muitos grupos indígenas americanos e especialmente dos Tupis. Outros grupos, no entanto, tinham características culturais distintas e alguns foram bastante arredios e hostis aos estrangeiros, como os aimorés, os muras, os guaicurús e muitos outros. (ALMEIDA, 2010,26)

Outro fato que não podemos esquecer que o domínio Português sobre o Atlântico sul era ele parte de um projeto maior da expansão marítima e comercial europeia onde Portugal foi o país pioneiro nesta corrida expansionista primeiro ocupando áreas do litoral norte- africano (Ceuta em 1415 e mais tarde as ilhas de Cabo Verde, Madeira e Açores) depois se expandindo pelo litoral Atlântico da África (do Porto São Jorge de Mina, Guiné Portuguesa, Angola e Moçambique (contra- costa da África), de

frente para o Oceano Índico, onde o domínio do Atlântico sul (do litoral brasileiro principalmente) era ele parte de um projeto maior de expansão e conquista do comércio das especiarias asiáticas (cravo, canela, gengibre, noz-moscada, orégano, pimenta-malagueta, porcelana, tecidos finos e vários outros produtos vindos da Índia, da China, do Japão ou das Ilhas orientais do sudeste asiático, desbancando as Cidades-Estados Italianos e assumindo Lisboa o monopólio da distribuição e revenda dessas especiarias pelo presente do mundo moderno, por alguns séculos.

O comércio das especiarias transformou Lisboa em um dos mais importantes portos da Europa; os produtos eram aí distribuídos por navios de bandeiras as mais diversas, para os portos da Europa Central e Setentrional, envolvendo nas transações tanto casas comerciais como bancárias. Em geral toda a alta finança europeia que se expandia com os descobrimentos marítimos participou do comércio com as Índias e com outras áreas tropicais, atuando tanto com a pimenta como também com outros produtos tropicais; minérios, madeiras, animais e escravos. (ANDRADE, 2000.p 17)

Valadão completa essa análise dizendo que: “No século XV a Europa se expandia para o comércio sob ordens absolutas dos reis e da igreja. O poder precisava ser sustentado por riquezas através de trocas. Os produtos mais visados por esse comércio eram as chamadas “especiarias” vindas do Oriente”. Nesse contexto podemos perceber o quanto foi surpreendente a descoberta desses povos, já que inicialmente esse não era o propósito.

Como descreve ainda, “A admiração de Caminha pela aparência e seu espanto pelos corpos saudáveis e limpos dos Tupinambá/ Tupinikín apontam o contraste com a falta de asseio corporal (e das habitações) reinante na Europa do século XVI, onde animais e pessoas compartilhavam a mesma residência e a peste grassava nos núcleos urbanos. (VALADÃO, 1991, p.9)

Percebe-se que sua admiração foi muito além de seus corpos, de suas belezas, mas também de uma organização que sua sociedade desconhecia, os indígenas eram povos limpos, com liberdade e seus animais viviam livres por isso mantinham a higiene local. Fato esse que não os deixou de fora do sabor da conquista, do domínio tornando-os inimigos quando os interesses da Coroa e da elite colonial se articularam no sentido de tomarem as terras indígenas e os colocarem para trabalhar como escravos.

Em suas descrições Caminha fazia questão de ressaltar o quão admirável foi esse encontro com os nativos desse Novo mundo. Suas palavras descreviam detalhadamente os que eles viram.

[...] E naquilo ainda mais me convenço que são como aves, ou alimárias montesinhas, ás quais o ar faz melhores penas e melhor cabelo que ás mansas, porque os seus corpos são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode ser mais! E isto me faz presumir que não têm casas nem moradias em que recolha; e o ar em que criam os faz tais. [...]. (VALADÃO 1991, p. 9-10)

As descrições eram tão bem detalhadas que não passavam despercebidas nem as aves ou mesmos outras espécies de animais as quais faziam parte dessa Nova Terra.

É fato que o indígena ao longo do seu processo histórico teve que se adaptar as diversas transformações desde o período colonial, e se mantém resistente a sua identidade como índio, sendo chamados assim por serem originários do Brasil e da América. O nome índio surgiu com a chegada de Colombo as Índias, então os povos nativos obtiveram essa forma de identificação conservada até os dias atuais.

[...], no entanto, sabemos que essa designação advém de um erro náutico, quando, em 1492, na viagem que empreendeu para as Índias e aportou na América, Colombo atribuiu aos habitantes dessa terra a denominação genérica de índios, conservada até o presente. (BERGAMASCHI, 2012, p.8)

Quanto a aquela questão levantada sobre o Brasil ter sido “descoberto” ou “invadido” não é uma questão eminentemente semântica apenas mais acima de tudo de um repensar da ciência antropológica e também da ciência histórica, pós-marxistas, principalmente do período posterior ao Neocolonialismo do século XIX e de pós II Guerra Mundial, onde ambas as áreas do conhecimento humano poderiam repensar o seu objeto de estudo e acima de tudo começar a contar as suas histórias à partir da história dos vencidos. Foi assim que se repensou no real sentido semântico, político e ideológico das palavras em cada contexto histórico do passado ou do presente, onde não havia mais razão de ser de continuar a utilizar-se o termo “descobrimento” em função dele deixar subtendido o seu uso como se estivesse “encoberto”, “obscuro”, “oculto”, não claro, talvez sem vida aparentemente. Quando os portugueses aqui chegaram parece que aqui não tinha ninguém ou eles (os índios) não foram levados em conta na sua existência como se o Brasil só começa a existir a partir da expedição de Cabral (Pedro Álvares Cabral) para o Brasil ser conhecido pelo mundo europeu. Sabe-se que o Brasil já existia desde há alguns milênios, lá no passado como já havíamos falado anteriormente do nosso passado paleo-índio, que é a prova incontestadas nossas raízes de ancestralidade pré-históricas do que se sabe hoje sobre eles.

O termo “invasão” ou qualquer outro que melhor qualifique aquela situação histórica de época, levando em todo o papel político ou ideológico que cada termo carrega consigo, sem deixar de levar em consideração todos esses antecedentes históricos e o que ele representa hoje para a história dentro de uma tendência atual de um certo “revisão histórico” que se impõe ao nosso tempo atual.

Houve uma “descoberta” nesse famoso episódio (a descoberta oficial do Brasil em 1500) Não, enquanto revelação de algo desconhecido, visto que o próprio tratado de Tordesilhas o comprova- já existia uma razoável certeza quanto à existência de terras a ocidente. Entretanto, enquanto tomada de posse pode-se dizer que houve “descoberta” do Brasil, visto que os portugueses oficializaram o ato, o que ninguém o fizeram antes. Uma questão acadêmica, mas interessante acerca da “descoberta” é a seguinte: Ela resultou de um acidente ou de um caso da sorte? Ao que tudo indica os defensores da casualidade são hoje uma corrente minoritária e a Carta de Caminha não faz nenhuma referência a calma dos ventos. É difícil aceitar que uma frota com 13 caravelas, bússola e marinheiros experimentados se perdessem em pleno Oceano Atlântico e vissem a bater nas costas da Bahia por acidente. Fica de pé a seguinte pergunta, qual a finalidade, a intenção da expedição de Cabral? A melhor resposta parece ser aquela que evoca a posição estratégica do Brasil na rota de controle do Atlântico Sul e do caminho marítimo para as Índias. (LOPEZ, 1981, p.13/14)

O chamado período pré-colonial na vida do Brasil se situa entre 1500 a 1530/2, quando se incentivou a atividade econômica do pau-brasil, baseada no seu extrativismo vegetal e no “escambo” ou troca do pau-brasil cortado pelos índios, trocado por “espelinhos” ou bugigangas as mais diversas.

Com a “descoberta” desses povos pelos portugueses teve início o processo de descoberta também do pau-brasil como produto para fins comerciais, a tinta extraída do pau-brasil tinha a finalidade de dar cor aos tecidos. Com a extração desse foi possível obter muitos rendimentos, pois este se tornou a principal fonte de economia para os portugueses e franceses tirada de terras indígenas durante alguns anos. É o que relata VALADÃO, (1991, p.12/3) “A primeira atividade de exploração econômica à qual se dedicaram portugueses e também franceses que aqui desembarcaram foi a exploração do pau-brasil [...], usado na Europa para tingir tecidos”.

Com todo esse sistema comercial em torno do pau-brasil os indígenas não tinham noção da lucratividade que os portugueses e franceses obtinham, sabiam sim que o restavam a eles eram a mão de obra para extração desse e para a locomoção até os navios, em troca do seu trabalho recebiam como “pagamento”, ferramentas como: machados e facões, esse sistema de troca de trabalho por alguma outra coisa ficou

conhecido como escambo, sendo que esses instrumentos serviam apenas para que eles trabalhassem ainda mais.

Desde que chegaram, os portugueses perceberam que era necessário a ajuda dos indígenas para extração do pau-brasil. Os indígenas cortavam, transportavam e armazenavam as toras de pau-brasil nas feitorias, colocando de forma que já ficavam prontas para melhor serem embarcadas. Vejamos o que relata um viajante, sobre a exploração do pau-brasil no século XVI (1534-1611).

[...] quanto ao modo de carregar os navios com [o pau-brasil], direi que tanto por causa da dureza, e conseqüente dificuldade em [derrubá-lo], como por não existirem [...] animais [...] para [transportá-lo], é [arrastado] por meio de muitos homens; e se os estrangeiros que por [aqui] viajam não fossem ajudados pelos {indígenas}, não poderiam nem sequer em um ano carregar um navio tamanho médio. [...]. (LÉRY, 1980.p 168)

Os europeus também contaram com ajuda dos indígenas para sobreviver na Nova Terra, já que os indígenas tinham conhecimentos do território ao qual viviam onde os europeus aprenderam a caçar, pescar, plantar preparar os alimentos e viver com segurança em terras “brasilis” (termo chamados por eles).

Outra exploração de mão de obra indígena foi na produção de açúcar, os colonos escravizaram milhares de indígenas, que passaram a trabalhar obrigados e a realizar tarefas árduas nos canaviais espalhados pelo o Brasil, porém essa condição não foi aceita por todos os indígenas, com isso eles começaram a se rebelar contra os colonos donos de engenho. Assim como relata PINSKY, 2000, p. 83 “[...] Descontentes, queimaram engenhos, acabaram com roças e povoados, obrigando os portugueses a recuar e fugir”.

O que se nota é uma grande revolta em relação ao trabalho de forma a escravizar os indígenas, sendo esses donos do território a qual estavam trabalhando para os colonos em troca de coisas desnecessárias a eles, isso levou muitos a ficarem contra esse sistema de exploração.

Segundo VALADÃO, (1991, p.14), esse comércio de mão- de- obra indígena teve início na Capitania de São Vicente, onde os portugueses incentivavam os índios que eram seus aliados (pois muitos fizeram alianças com os colonos), onde os Tupinikín passaram a guerrear com seus inimigos principalmente os Tupinambá, os Tupinikín aprisionavam os Tupinambá e os entregavam aos portugueses como escravos.

A demora em efetiva-se plenamente o processo de ocupação humana e exploração do território brasileiro se daria a partir da expedição de Martin Afonso de Souza em 1532, quando teria sido fundada as vilas de São Vicente, Santo André da Borda do Campo e Santo Amaro, todas em São Paulo.

A orientação mercantilista da época ensinava que só tinha sentido manter uma colônia se ela produzisse especiarias ou riquezas metálicas. E o Brasil não produzia nem uma coisa nem outra. Por esse motivo, constituiu um desafio para Portugal conservar a posse de uma terra que não fora possível, de imediato, integrar uma grande corrente do capitalismo comercial do tempo. A verdade é que o governo luso (...) por motivos estratégicos, de que já se falou era garantir o controle da rota atlântica que levava as índias. (LOPEZ, 1981, p. 18)

O pau-brasil foi logo transformado em monopólio da Coroa e a primeira autorização de explorá-lo foi concedido ao Cristão Novo Fernão de Noronha que se comprometia com a Coroa portuguesa em enviar anualmente 6 navios e a explorar cerca de 300 léguas de costa onde a “taxa de risco” desde empreendimento era muito alto, terminando Fernando de Noronha por encerrar tal contrato com a Coroa portuguesa, por ser ele uma “operação de muitos riscos” e pouco lucrativo, segundo Noronha. A falta de regularidade da Coroa portuguesa em realmente colonizar efetivamente o Brasil fez com que os franceses fizessem visitas constantes ao nosso litoral articulando o contrabando quase regular do pau-brasil, para a França:

A inexistência de uma fixação regular do português aqui estimulou os corsários franceses, os quais tinham o apoio do rei Francisco I (1515/1547), que não reconhecia o direito de Espanha e Portugal dividirem só entre eles e o Novo Mundo (Tratado de Tordesilhas- 1494). Pois, segundo dizia o rei francês “não constava nenhuma cláusula dessas no Testamento de Adão” Tal como os portugueses, os franceses mantiveram bom relacionamento com os indígenas, os quais extraíam o pau-brasil na floresta para os forasteiros em troca de bugigangas e quinquilharias (escambo: troca de uma mercadoria por outra). (LOPEZ 1981, p. 18)

Não podemos deixar de lembrar que a atividade do escambo entre índios e colonizadores portugueses (ou franceses fazendo o contrabando do pau-brasil) é correto afirmar que com a atividade do escambo o índio não sofreu nenhuma alteração mais significativa no seu modo de vida, pensar ou agir, enquanto sociedade primitiva.

Dos quatro traços linguísticos e culturais os Tupis, os Jês, os Karib e os Nuaruaques, entretanto os Tupis que foram os primeiros a entrarem em contato com os colonizadores portugueses e demais europeus que acabaram sofrendo consequências mais diretas do contato com os “brancos”, submetendo-se as doenças (varíola, sarampo,

catapora e doenças sexualmente transmissíveis), à escravidão, ao trabalho forçado, ao confisco ou invasão de suas terras ou outros elementos ou situações que culminaram com o extermínio de várias tribos ou nações indígenas ao longo de todo o processo histórico brasileiro.

Porém nada mais falso sobre os índios brasileiros do que dois mitos criados pelos “brancos” que foram o “mito da passividade” e o “mito da preguiça indígena” que infelizmente ainda interferem negativamente na vida das populações indígenas do Brasil até hoje. O primeiro mito (o da “passividade” dos índios) é totalmente falso em função do fato que eles não assistiram de braços cruzados ou passivamente a ocupação de suas terras, o sequestro de suas mulheres ou serem reduzidos a escravidão, sem terem eles lutado, que o sociólogo Florestan Fernandes que escreveu um livro sobre esta temática “**A Função da Guerra na Sociedade Tupinambá**”, já dizia ele que: “nos limites de suas possibilidades foram inimigos duros e terríveis que lutaram ardorosamente pelas suas terras, pela segurança e pela liberdade, que lhes eram e continuam sendo arrebatadas conjuntamente com um desfecho nem sempre positivo para eles”.

Quanto ao outro falso “mito da preguiça indígena” ela foi construída pelos portugueses quando eles precisavam utiliza-se do trabalho escravo indígena para produzir cana de açúcar, entretanto não era fácil aos índios trabalharem muito e não terem quase nenhum direito de levar para casa nenhum pedaço por menor que fosse de rapadura.

Assim sendo diante da recusa dos índios em não aceitarem mais a estarem submetidos a essa exploração diária, então os portugueses donos dos engenhos começaram a divulgar o falso mito de que os índios eram preguiçosos, por reagirem a exploração e não se submeterem ao poder de mando dos “brancos”. Como os portugueses dominavam os instrumentos de escrita política e ideologicamente, não seria tão fácil criar mais uma mentira com o “tom de verdade”, que ao longo da história consolidou-se enquanto mais um “falso mito na história”: o mito da preguiça indígena.

Como os Tupis foram os índios que mais contato tiveram com os portugueses, se pode saber mais sobre eles e se fazer um conjunto de generalizações para “todos” as tribos do grupo linguístico e cultural “Tupi-guarani” e também de outros “estoques linguísticos”, cuja a sobrevivência deles dependiam do domínio direto sobre o espaço que ocupavam. Assim conforme o espaço geográfico que o índio ocupe no litoral próximo ao mar, rio ou lagoa, o índio deve ou pode ter se transformado num exímio pescador, coletor

de mariscos ou canoeiro, tanto quanto caçador, ceramista, talhador ou construtor de embarcações ou de instrumentos de pesca.

Os índios do Brasil viviam num estágio cultural equivalente ao paleolítico, embora algumas tribos tivessem desenvolvido praticas culturais do neolítico (como a cerâmica, uma incipiente agricultura extensiva, a tecelagem, a construção de embarcações ou controle rudimentar do fogo).

As suas atividades econômicas fundamentavam-se na caça, na pesca e (ou) na coleta a dependerem do espaço territorial onde eles estão a ocupar (no litoral atlântico, em algum rio ou laguna, na Mata Atlântica ou na floresta Amazônica, no agreste, no sertão ou no cerrado, nos pampas gaúchos ou no pantanal mato-grossense ou qualquer outro ambiente geográfico a sua economia estará associada as particularidades ambientais de cada área geográfica desta ou de qualquer outra parte do território brasileiro, sempre verificando-se a estação do ano se é o “ período de verão” ou “ estação chuvosa”- e a disponibilidade alimentar de cada região ou da sua natureza (ecossistema) disponível, fazendo um controle rudimentar sobre cada meio natural. Não conheciam eles (ou elas) a escrita, nem faziam uso da roda, da pólvora nem haviam domesticado animais da mata.

Dado a extrema dependência dos nossos índios com relação à natureza a localização de suas aldeias dava-se de preferência em lugares onde estivessem abundância de água, lenha para fazerem o fogo para cozinhareem os seus alimentos, onde se tivesse abundância de caça, pesca e coleta, enfim onde eles se sentissem mais seguros e encontrarem mais materiais para construírem a sua casa, malocas e onde a tribo pudessem ficar por um bom tempo, até se mudarem para outros lugares ou não.

Nas sociedades tribais indígenas a solidariedade e a cooperação entre os seus diversos membros que estavam ou estão interligados por laços de parentesco ou consanguinidade é um dos pilares onde estão assentes as bases da sua organização social.

BRASIL: ÍNDIOS



Figura 1

Fonte: www.bing.com/imagens

Os índios não conheciam a propriedade particular ou privada da terra, já que a terra era de todos os membros de sua tribo ou nação, ou seja, a propriedade coletiva dos meios de produção como dizia Marx, também chamada de sociedade primitiva ou das primeiras formas do convívio humano sobre a terra, onde a terra era de todos os seus integrantes indiscriminadamente.

Os seus instrumentos de trabalho- em geral rudimentares mais bastantes eficientes ou eficazes no meio ambiente onde eles estavam inseridos como arcos, flechas, tacapes, lanças e as vezes machados de pedra ou pilões eram de propriedade individual de cada índio sem proprietário, pois por exemplo o “seu arco” era ele feito levando –se em conta o biótipo físico de cada índio, e a sua força muscular e assim por diante, tanto quanto o seu “remo” ou o “tacape” etc.

O fruto do trabalho deles- a roça, a caça, a pesca ou a coleta eram todos compartilhados, independentemente de quem as produziam, onde extraia-se da natureza apenas o necessário para a sobrevivência do grupo humano sem que isto redundassem num desperdício ou acumulação desnecessária, mesmo se sabendo que os índios também

produziam os seus excedentes de produção que geralmente eram trocados com outras tribos próximas ou vizinhas, destinando-se este excedente de comida, de produtos (cerâmica por exemplo) eram utilizados para melhorarem as relações de amizade e companheirismo com outras tribos da região geralmente.

A divisão social do trabalho entre os índios era ela baseada no sexo (masculino, feminino) e na idade (criança ou adulto e idoso) dos seus membros de cada tribo. As mulheres realizavam todas os serviços domésticos (manutenção da casa, alimentação, “fabricar” a farinha (fazer), o “cauim”, a (bebida) fiar o algodão e participarem da maior parte dos trabalhos agrícolas e também já hoje assumirem papel de destaque na liderança do seu povo como chefe ou cacique feminina ou até ajudarem os homens nas tarefas de pescaria ou coleta.

Aos homens cabiam-lhes a derrubada das matas a queimada (ou coivara) das terras, a prática da roça, da caça, da pesca, da coleta, obtenção do fogo, cortar a lenha, conduzir o seu povo a participar de expedições guerreiras ou em momentos de paz fazer aliança com outras tribos.

O período inicial da história do Brasil colonial foi marcado por uma série de indecisões, dilemas ou opções drásticas que acabou por criar-se um sistema administrativo, político e econômico baseados nas Capitânicas Hereditárias – que Portugal já teria aplicado nas ilhas da Costa da África com sucesso e que representava uma tentativa de pelo menos em tese de manter os franceses longe do nosso litoral e ao mesmo tempo concretamente tentar realmente colonizar o litoral brasileiro de forma efetiva.

Brasil Colonial: Capitânicas Hereditárias.

Com as Capitânicas Hereditárias a Coroa não abriu mão dos seus direitos sobre este território, mais sim terceirizava ao capital privado o direito de explorá-lo, seu abrir mão dos impostos é claro tratou-se de repassar a iniciativa privada, o que seria obrigação do Estado Metropolitano fazê-lo os investimentos iniciais necessários para se descobrir o que poderia assentar-se economicamente a colonização portuguesa no Brasil.

A Coroa concedeu algumas poucas vantagens aos donatários que administrariam 15 lotes de tamanho desigual paralelos a costa onde cada donatário receberia a sua Carta de Doação, o foral para conceder e administrar a sua Capitania, praticar a justiça, participar na arrecadação dos impostos, conceder Cartas de sesmarias (doando terras a terceiros), escravizar índios e a fundar vilas. O donatário poderia até deixar a sua capitania para herdeiros mais não vender ou troca-la por qualquer outra coisa

ou bens. A Coroa não abriu mão dos seus direitos sobre os monopólios das riquezas da floresta, do mar, das minas e também não abriu mão da cunhagem de moedas ou da cobrança de impostos.

Foi com a instalação das Capitânicas Hereditárias e mais tarde do Governo Geral é que se acirraram as guerras e os conflitos entre índios e portugueses e também da participação de franceses nestas guerras que só tendem a se ampliarem pela posse da terra

(disputada por índios e portugueses) a fundação de vilas e mais tarde a instalação dos primeiros engenhos de açúcar e da pecuária bovina e também pelo uso da mão-de-obra indígena como livre ou escrava, a depender de cada processo histórico local ou regional.

A Capitania de Pernambuco “as cinquenta léguas da terra desta Capitania se contem do rio de São Francisco (...) até o rio Igaráçu e chama-se de Perananbuco que quer dizer “mar furado” e há uma légua rio adentro (do Igaráçu) mandou que se construísse uma vila que tomou o nome do rio, que passou a ser chamado de Vila dos Santos Cosmos. Encarregou Afonso Gonçalves de seus cuidados e foi fundar Olinda mais ao sul. O grande problema é que eles lá enfrentaram como todos os estabelecimentos portugueses no Brasil foi o conflito mais direto com os índios que acometiam constantemente a vida de Olinda.

O afastamento dos índios da famosa Várzea do Capibaribe, desde a foz do rio do mesmo nome até a atual cidade de S. Lourenço, se deu em virtude da guerra desencadeada pelos caetés ao terem confirmação da morte de Duarte Coelho, e irritados com a aliança que se verificara entre colonos e algumas tribos tabajaras, seus tradicionais inimigos. (GUERRA, 1984, p. 27)

Com o aumento das guerras entre portugueses e índios Duarte Coelho dispôs-se a ir para Portugal tratar desta questão diretamente com o rei de Portugal D. João III de questões relativas a sua Capitania porém nada ele conseguia em virtude do falecimento daquele monarca português – apesar dele ter deixado a sua esposa e cunhado Jerônimo de Albuquerque administrando a sua Capitania hereditária - que trouxe de volta de Portugal para o Brasil os seus dois filhos Duarte de Albuquerque Coelho e Jerônimo de Albuquerque para assumirem o governo da Capitania e continuarem a guerra contra os Caetés “ que o fez despejar a costa toda, como está o é hoje em dia e afastar mais de cinquenta léguas pelo “ sertão” e naquelas áreas antes ocupadas pelos índios (o grifo é nosso) se instalou cinquenta engenhos dos quais estão feitos em Pernambuco, que fazem tanto açúcar que dão os dízimos dele arrecadados em dezenove mil cruzados cada ano” , conforme informação contida na obra de Gabriel Soares de Souza “ Tratado Descritivo do Brasil em 1587”.

O donatário da Capitania de Pernambuco consegue “resolver” o conflito com os indígenas com a aliança feita com algumas tribos e o extermínio de várias delas que não teriam aceito a sua dominação pelos portugueses.

Não podemos esquecer que o Brasil era um investimento de “alto risco” com possibilidades mínimas de se dar certo e também as maiores atenções de Portugal estavam voltadas para o comércio das ricas especiarias asiáticas e assim sendo os pequenos nobres (ou pequena nobreza como eram assim chamados) que teriam recebido as capitanias hereditárias e nem sempre dispunham de um capital suficiente, nem crédito no reino ou no estrangeiro para promover a sua ocupação. Importantes somas eram exigidas para a formação de uma armada que traria os colonos à capitania, para a compra de escravos, para o desmatamento das matas, a formação das plantações, a importação dos equipamentos da Europa e a sua montagem e a “contratação” da sua mão de obra. Apenas os elementos mais ligados ao grupo mercantil que tinham as suas fortunas próprias ou aos judeus holandeses ou alguns cristãos novos que poderiam iniciar a implantação dos primeiros engenhos de açúcar no Brasil colonial.

Para que possamos melhor compreender como se deu o processo histórico de ocupação do território pernambucano, ao seu Norte estavam situadas a Capitania de Pero Lopes de Souza, a de Itamaracá e a de João de Barros e Aires da Cunha que era a Capitania do Rio Grande (do Norte) que ia até as proximidades da “Baía da Traição” no litoral atual da Paraíba.

O fato histórico de todo o povoamento de Pernambuco ter se iniciado em torno da foz do rio Capibaribe, Olinda e Recife ter-se todo ele iniciado após a doação das sesmarias fez com que se formasse naqueles locais um polo de povoaamentos do qual se irradiou a posterior conquista e o povoamento para Pernambuco e que se expandiu em direção ao sul de Pernambuco (hoje Alagoas), para o norte de Pernambuco envolvendo bem posteriormente a Paraíba, o Rio Grande do Norte; o Ceará, o Piauí, o Maranhão e o próprio sertão da Bahia e de Minas Gerais, acompanhando o alto e médio vale do rio São Francisco; todas essas conquistas de territórios em terras indígenas o que significaram a matança e ao extermínio de centenas e milhares de índios desalojados (expulsos) das suas áreas de caça, pesca, coleta e práticas culturais; assim como o seu confinamento em “aldeamentos” ou “reduções” ou a sua escravização ou morte por conflitos diretos com os brancos ou com as outras tribos suas aliadas.

Da área pernambucana já mais densamente povoada, em que se situavam as povoações de Igarauçu e de Olinda- que tiveram em 1550 o seu predicamento de vilas, ao passo que Recife não ostentava ainda nada além de algumas choças de pescadores e dois ou três armazéns em que se acomodavam apetrechos de navios- começaram a se expandir os povoadores para o sul, desbravando-se e se ocupando a partir de 1553 a Várzea do Capibaribe e as terras do Cabo de Santo Agostinho e de Sirinhaém, de solos férteis e muito jeitosos para o cultivo da cana e por isso cobiçadas pelos colonos, sendo essa a causa principal das guerras na ocasião movidas pelos sucessores de Duarte Coelho aos índios que até então eram os donos dessas áreas. (BRUNO, 1972, p.32)

Mas para o norte de Pernambuco os donatários não teriam conseguido avançar no processo de conquista do território, exceto em Itamaracá, onde antes da implantação das capitânicas hereditárias, ali já existiam feitorias, uma delas a “ da Conceição”, atual Vila Velha que se tornou capital da Capitania de Pero Lopes de Souza, cujo seu desenvolvimento econômico foi pouco expressivo e ela logo caiu sob área de influência do crescimento de Olinda e para a conquista efetiva do seu território o Governo Geral necessitou custear expedições consecutivas a sua área para não cair sob domínio francês ou indígena até ser fundado o Forte de Filipéia de N. S. das Neves, na sua atual paraíba que redundou numa guerra indiscriminada contra os índios do litoral da Paraíba e principalmente contra os potiguares e outras nações indígenas.

A região que hoje corresponde ao Estado de Alagoas foi colonizada como parte sul da Capitania de Pernambuco que começou a ser colonizada à partir da fundação da Vila do Penedo do Rio São Francisco, e ainda naquele mesmo século (no final dele) fundou-se uma outra vila mais ao norte, próximo a Pernambuco chamada de Villa de Porto Calvo dos Quatro Rios e mais ao centro do seu litoral atlântico, próximos da região das lagoas Mundaú e Manguaba, as Vilas de Alagoas do Norte e depois Santa Maria Madalena de Alagoas do sul ou Alagoas do sul.

O domínio mais ou menos pacífico, dos moradores brancos e mestiços se estendeu até a zona alagoana do Rio manguaba -onde se estabeleceriam em 1605 a povoação de Porto Calvo- e também até o Rio São Francisco, onde uma feitoria instalada a sete léguas de sua foz, cerca de 1557, por Jerônimo de Albuquerque, foi o núcleo da povoação de Bom Sucesso ou Penedo (1575 ou 1587), formando-se em seguida, ainda nos primórdios do século dezessete os povoados de Santa Luzia do Norte e de São Miguel. (BRUNO,1972, p.32/3)

Em Alagoas até então parte sul da Capitania de Pernambuco, durante todo o período colonial até 1817, quando ela é separada de Pernambuco para ter vida autônoma, própria, as suas populações indígenas mortas por doenças introduzidas nas Américas pelos “brancos”- com o gripe, catapora, sarampo, cólera, febre amarela, pneumonia,

varíola, lepra, tifo e doenças sexualmente transmissíveis e outras mais, aliados as guerras e, a escravidão foram estratégicas para que os europeus em geral (visto caso a caso é claro) revertissem o quadro da sua “ aparente” inferioridade numérica em situação favorável ao seu favor, culminando (desaparecimento total) de inúmeras tribos que habitavam o nosso litoral zona da mata, agreste do sertão, começando pelos Caetés que habitavam quase todo o nosso litoral, e foi atribuído a eles a morte do Bispo D. Pero Fernandes Sardinha (e que existe no mínimo 04 teses explicativas deste fato. A primeira delas defendida pelos historiadores mais antigos, tradicionais e conservadores que se apoiam nos relatos portugueses da época que auto justificam o ato de extermínio dos Caetés em virtude de eles serem antropófagos e terem “comido” o Bispo Sardinha e como tal deveriam ser todos mortos.

A segunda tese é defendida pelo historiador alagoano Manuel Mauricio de Albuquerque que diz que antes do fato ter acontecido da morte do Bispo Sardinha, o donatário de Pernambuco Duarte Coelho Pereira teria atacado e “bombardeado” algumas aldeias Caetés em virtude da sua aliança com os franceses e assim sendo qualquer português que desembarcasse no litoral alagoano estava possível de ser morto pelos Caetés, como uma atitude de vingança tribal, portanto ele apresenta um motivo dessa animosidade que na sua concepção era um fato material no relacionamento entre “índios” e “brancos”.

A terceira tese trata da “ queima de arquivos” quando se sabe historicamente que o Bispo Sardinha não tinha boas relações com o Governo Geral do Brasil D. Duarte da Costa, fruto das atitudes incoerentes do seu filho em “assediar as mulheres casadas e cometer atos condenáveis pela igreja naquela época, fez com que o Bispo reunisse farto material contando cada delito e fosse leva-lo para o Rei de Portugal, quando o navio foi sabotado e naufragado no litoral alagoano, desaparecendo todas as provas e com isso pode-se justificar as incursões militares por parte do reino e o apoio da Igreja Católica, para promoverem a eliminação sumária dos Caetés e demais tribos rivais dos portugueses também no litoral de Sergipe, declarando-se “guerra justa” a eles e os que ficassem vivos seriam condenados a escravidão, que a partir daquele fato ”histórico”- a morte do Bispo Sardinha- oficializa-se a escravidão indígena no Brasil e a quarta tese defendida por historiadores mais contemporâneo antropólogos e estudiosos da causa indígena que até o presente momento não encontraram documentos nem consistência científica para apoiar a “ justificativa” do extermínio de centenas ou milhares de índios no Brasil daquela época ou do tempo presente a não ser da criação desse falso mito- mais um criado – para

justificar a prática do extermínio histórico das populações indígenas do Brasil, ao que se sabe, pelos fatos histórico e pelos dados apresentados da demografia histórica sobre eles.

Em Alagoas foram sumariamente exterminados os Caetés, os Potiguares (que habitavam toda a região norte do atual território alagoano), os Abacatiaras (que habitavam algumas ilhas do Rio São Francisco), os Romaris, os Vouvés e os Pipianos que habitavam no agreste alagoano até o seu alto sertão.

ALDEAMENTOS INDIGENAS DE ALAGOAS

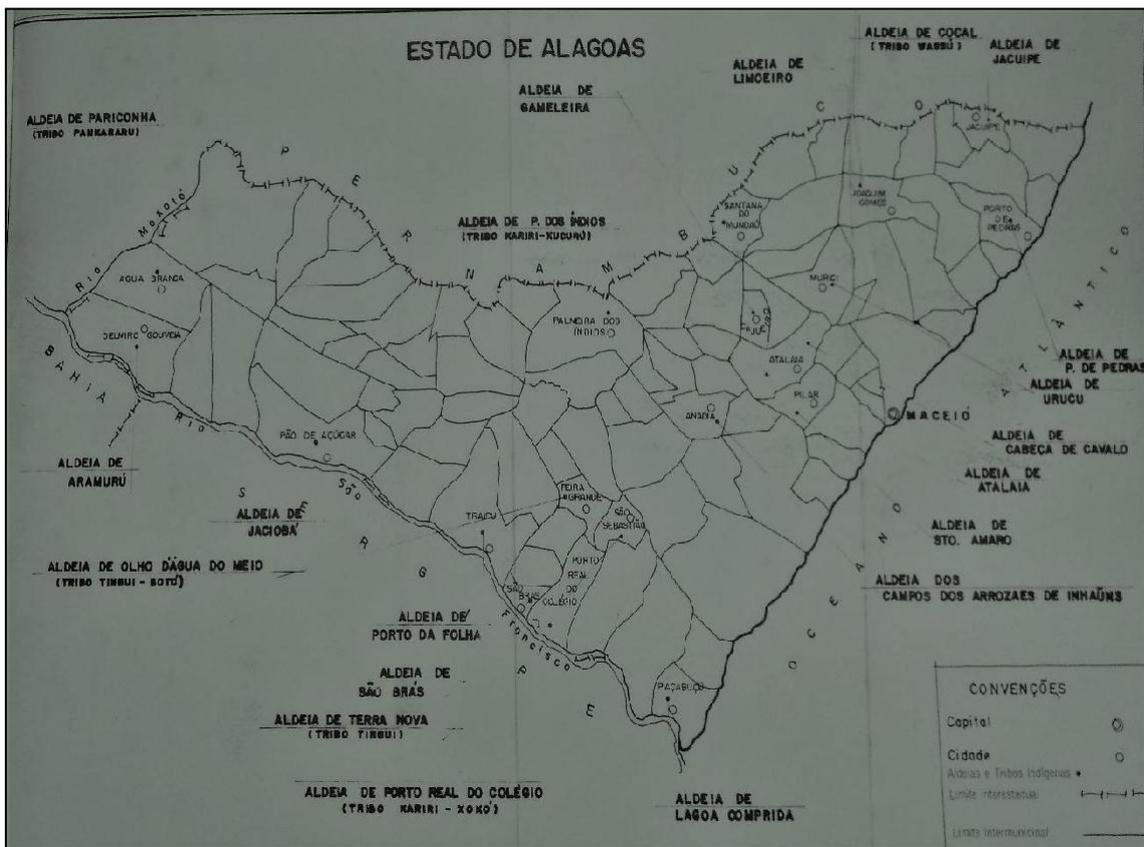


Figura 2

Fonte: ALBUQUERQUE, 1984, p.44

Os aldeamentos indígenas de Alagoas – conforme pode se verificar no mapa acima exposto de autoria do antropólogo Clovis Antunes, contido em sua obra clássica “Índios de Alagoas: Documentário” publicado em 1984 que se tornou uma referência positiva para quem deseja estudar ou aprofundar os seus estudos sobre a “questão indígena” nas Alagoas, já “apontavam” para a existência de aldeamentos indígenas na zona da mata agreste e sertão alagoano, que estavam assim distribuídas: 1) Da zona da mata estavam os aldeamentos das Vilas de Alagoas do sul (hoje Marechal Deodoro) e da Vila de Porto

Calvo e 2) os aldeamentos distribuídos ao longo do agreste alagoano, região do Baixo São Francisco e sertão alagoano, tendo como polo de concentração a região do Penedo.

Da região norte e zona da mata de Alagoas destacam-se os aldeamentos de Santo Amaro que já aparecia nos registros históricos desde 1639, situada na atual região do Pilar, mais o mais antigo aldeamento indígena de Alagoas foi o que se instalou na região de Porto de Pedras, segundo nos informou o historiador Álvaro Queiroz. Depois se instalou o aldeamento de Urucum no atual município de Murici onde a maioria dos índios eram da nação “tupí e falavam a língua geral”; Em “Atalaia” e outro de nome “Cabeça de Cavallo” que teriam sido criados por volta de 1727, onde a maioria dos seus índios eram de nação cariris que viviam da lavoura (onde plantavam a cana, a mandioca e os legumes) e tinham uma população aproximada de 1495 habitante distribuídos em 498 casa para ambas aldeias.

O “Aldeamento da Gameleira” ficava no município de Cajueiro onde habitavam os índios Kariris e Uruás (do agreste alagoano) e a “Aldeamento dos Campos Arrozais de Inhaúns “(que era o nome de uma tribo indígena) existente na região de Anadia que abrigavam índios da língua geral.

Na região norte de Alagoas e Agreste estavam distribuídos os aldeamentos de: 1) “Jacuípe” com índios da língua geral e kariris, situados onde hoje está o município de Jacuípe e onde lá existe até hoje assim como uma outra aldeia indígena remanescente dos Wassu-Cocal cujo reconhecimento deles só foi feito pela FUNAI em 1982 e a demarcação de suas terras 4 anos depois; que hoje vivem no município de Joaquim Gomes.

O “aldeamento de Limoeiro” situado no atual município de Santana do Mundaú, onde lá viviam índios da nação kariri que cultuavam a mandioca, o algodão e alguns legumes, que no período de apogeu chegou a ter 263 índios distribuídos em 96 casa e o “ Aldeamento de Palmeira dos Índios”, localizado no município atual de Palmeira dos Índios que tinha índios na sua maioria da nação Kariri que viviam das suas roças e da criação de pequenos animais, quando no seu período áureo chegou a ter 396 índios, isso no século XVIII (1722).

Hoje vivem os índios Xukuru-kariris, Wacanás-Kariri, na região da Mata do Cafuna e na Fazenda Canto depois de uma intensa luta, mobilização, morte de algumas de suas lideranças e outras dificuldades para manterem-se vivos e atuantes nas suas lutas pela posse de terra, dignidade e a preservação da sua cultura indígena, seja na escola ou suas reduzidas matas quase inexistentes se comparadas ao que elas já foram no passado colonial.

Quanto aos aldeamentos do baixo São Francisco e do sertão alagoano nós temos: 1) O Aldeamento de Lagoa Comprida que inclusive deu origem ao município de Piaçabuçu, que quando foi fundada “ só existiam índios da nação Karapotó, sob evocação da imagem de São Sebastião; 2) Aldeamento de Porto Real do Colégio que foi fundado pelos padres jesuítas invocação de N.S. da Conceição onde viviam durante o período de apogeu daquele aldeamento cerca de 193 índios que viviam em 53 casas da nação Karapotó, onde as suas principais atividades produtivas eram a plantação de mandioca, o já cultivo de arroz (trazido pelos portugueses do oriente) e a criação de animais, a pesca e a produção de uma cerâmica artesanal.

O Aldeamento de Porto Real do Colégio deu origem ao atual município de Porto Real do Colégio, onde depois de uma intensa luta entre o final da existência do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a criação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) começa o processo de luta dos Kariris-Xocó pelo seu reconhecimento enquanto “povo indígena” e mais tarde a demarcação definitiva de sua aldeia em 1979; 3) Aldeamento de Terra Nova- que estava situada no município de São Sebastião, inclusive ele teria dado origem ao município já citado, que dispomos de poucas informações sobre aquele aldeamento, entretanto sabe-se que hoje, lá vivem índios Tinquí-Boto na contemporaneidade; 4) Aldeamento de São Brás- que teria dado origem ao atual município de São Brás se sabendo que eram aqueles índios das nações Kariri e Progéz. 5) Aldeamento de Porto da Folha – que dando origem ao município de Traipu; 6) Aldeamento de Olho d’Água do Meio- que teriam dado origem ao município de Feira Grande, que eram índios Tinquí-Botó que lá teriam vivido; 7) Aldeamento de Jaciobá (também chamado de “ espelho da lua” que teria dado origem ao município de Pão de Açúcar; 8) Aldeamento de Aramurú- que teria dado origem ao atual município de Delmiro Gouveia; 9) Aldeamento de Pariconha- que na época pertencia ao município de Água Branca, que depois da Constituição Brasileira de 1988, cria-se o atual município de Pariconha (desmembrando de Água Branca) na área onde foi o aldeamento antigo que hoje é a atual aldeia de Jeripankós descendentes dos Pancararus que antigamente teriam vivido nos vale do rio Moxotó.

Quanto a Capitania de Bahia, Porto Seguro e Ilhéus cada uma delas teria um donatário e só seriam unificados durante o Governo Geral com Tomé de Souza unificando todas essas capitanias em uma única capitania da Bahia, sede do Governo Geral no Brasil Colonial.

A antiga Capitania da Bahia advém do nome “baia” enquanto expressão geográfica identificada com o recuo do litoral de forma tão grande que acabou por dar nome aquele estado da federação brasileira que teria sido doada pelo rei de Portugal a Francisco Pereira Coutinho antigo combatente nas Índias, que quando chegou a Bahia, teria fundado a povoação e fortaleza da “ Vila Velha”, onde Diogo Álvares já havia feito a paz com os índios da região e “uns homens poderosos, que com eles foram e montaram dois engenhos de açúcar e na região do recôncavo(e mais ilhas e rios), tendo hoje cinquenta (50) engenhos de açúcar em 1627.

Os Tupinambás instigados pelos franceses não tardaram em atacar os portugueses em virtude da revolta que eles já tinham fruto dos desmandos praticados pelos colonos, que se levantaram contra eles destruindo suas plantações, matando homens e incendiando os seus engenhos e destruindo a Vila Velha, cortando -lhes a água e os mantimentos por 7 ou 8 anos que os obrigou a abandonar a Vila Velha e a partirem para Ilhéus.

Muito tempo depois a situação entre Tupinambás e portugueses se harmonizam e Francisco Pereira Coutinho comprometendo-se a fazer a paz e boa amizade acabando por ele voltar à Bahia, a decisão dos índios foi comemorada pelos portugueses que reiniciaram o seu retorno, porem nas costas da Ilha de Itaparica a embarcação que ia Pereira Coutinho naufragou onde a tripulação e o seu donatário foram mortos pelos índios, que viviam naquela ilha do litoral baiano.

Quanto a Capitania de Ilhéus que teve como primeiro donatário Jorge Figueiredo Correia nem os seus herdeiros diretos teriam chegado a administrar de forma efetiva a sua Capitania, porem esta capitania chegou a ter algum progresso devido a sua proximidade para com Salvador fornecendo-lhe farinha de mandioca, gado e algum açúcar, dando origem mais tarde a Vila de São Jorge dos Ilhéus.

Quanto a Capitania de Porto Seguro foi ela doada a Pero de Campos Tourinho, rico proprietário de Portugal que vendeu todos os seus bens e veio para o Brasil, onde fundou as Vilas de Santa Cruz e do Santo Amaro e em algum tempo depois fundaram-se os seus primeiros engenhos, mesmo mediante a guerra que lhes fez os índios Tupiniquins que eram os primeiros habitantes daquelas terras que reagiram ao máximo a dominação portuguesa, até a sua escravidão ou extermínio ao longo da história da Bahia. Outros conflitos do donatário com outros moradores da Capitania que acabaram por denuncia-lo ao Tribunal do Santo Ofício para ser julgado.

“Vejamos” então o que diz a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida a respeito dos índios da Bahia:

Na Bahia, no século XVI, os portugueses foram inicialmente bem recebidos pelos Tupinambás, influenciados pelo chamado Caramuru, que alcançará grande prestígio entre os índios, porém os conflitos não tardaram a acontecer devido as consequências da escravidão indevida, abusos, traições. Em reação os índios expulsaram os portugueses que indo para o sul foram bem acolhidos pelos Tupiniquins para logo retornarem diante da informação de os Tupinambás por intermediação de Caramuru estariam despostos novamente a recebe-los (...) Em 1549 os Tupinambás deram boas-vindas a Tomé de Souza mais essa paz mais uma vez não seria duradoura (...) Os Tupiniquins da Capitania de Ilhéus (...) que tinham recebido bem os portugueses, não tardaram a mudar de atitude. As doenças importadas, o trabalho extenuante, as escravizações e atitudes traiçoeiras dos portugueses logo os levaram a voltar-se contra eles. No decorrer da década de 1550 desencadearam forte reação contra os seus antigos aliados. Para o seu grande azar, sua revolta ocorreu quando Nem de Sá já havia vencido os Tupinambás, que passaram a auxiliá-los na guerra contra eles. O massacre de Nem de Sá contra os Tupiniquins de Ilhéus contou com o auxílio de seus antigos inimigos Tupinambás que uma vez vencidos, passaram a engrossar as fileiras das suas tropas. Foi um verdadeiro banho de sangue relatados pelos vários ceramistas que Gabriel Soares de Souza referiu-se a mais de 30 aldeias queimadas que o historiador Frei Vicente do Salvador falou em 70 e de acordo com o Jesuíta 160 aldeias. (ALMEIDA, 2010, p. 53/55)

Antes desse processo de destruição ou extermínio de várias populações indígenas do Brasil, pelo menos na Bahia eles estavam assim distribuídos ao longo do seu território ao longo do século XVI onde coabitavam nações Tupis, Jê ou Kariris dentro daquele hoje Estado da Bahia que estavam assim distribuídos: No litoral baiano da Costa de Sergipe até Camamu e no baixo sul da Bahia estavam os Tupinambás; de Camamu até o litoral do Estado do Espírito Santo estavam os Tupiniquins, na região do rio Paramirim (afluente da margem direita do rio São Francisco) viviam os “Tabajaras” que eram tribos da língua tupi que foram desalojadas do litoral pelas guerras dos europeus contra os índios, acabando eles por irem residir na região do rio São Francisco o que veio acontecer este mesmo processo com outras tribos do litoral, e quando foram outras tribos eliminadas sumariamente, sem terem tido essa oportunidade de migrarem para o interior.

Na região dos rios Pardo e das Contas, nos limites entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro viviam os “Aymorés” e os “Botocudos” enquanto no extremo sul da Bahia habitavam os “Pataxós”, os “Panhames”, os “Machacalis” e os “Macarus” assim como entre os rios Pardo e o das Contas viviam os “Camacãs”, os “Nogoios”, os “Gongoios” e os “Crancaiós”. Na região do Vale do rio Paraguaçu e a Serra do Sincorá eram locais de vivência dos “Maracás” e os “Paiaiás”.

Nas regiões do sertão de Rodelas (que é o nome de uma tribo indígena que resistiu bravamente o domínio do seu território pelos portugueses) e também das caatingas do rio Salitre viviam os Cariris e nas margens baiana e sergipana do São Francisco viviam os Ubirajaras que eram índios da “nação Jê” ou Tapuias.

Da região do rio Carinhanha e a serra da Gorgéia que faz fronteira como Estado de Goiás habitavam os índios como os “Anoiós”, os “Aeroás”, os “Chibriabás ou Xibriabás” que também estão presentes na região do alto São Francisco (próximo a Serra da Canastra em Minas Gerais), no vale do Rio Preto ao Rio Grande.

A instalação do Governo Geral a partir de 1548 tem início quando Tomé de Souza assumiu o governo que tem como uma das suas incumbências criar uma capital (a cidade de Salvador) para ser a sua sede política e administrativa para abrigar o “aparelho do estado aqui na colônia”.

O povoamento de Salvador se iniciou em 1501, tendo a cidade nascida em 29 de março de 1549, tendo ela completado 450 anos em 1999. A principal função dela ao ser criada era o de assegurar a conquista e a posse do território, sendo ela a primeira cidade criada nas Américas com esse objetivo cujo desenho urbano foi concebido pelo mestre Luiz Dias que desenhou uma malha quadriculada, que se tornou a “malha viária da antiga cidade de Salvador.

Nos limites exíguos da primitiva cidade, as primeiras ruas e praças foram abertas partindo do centro em que se erguiam a casa da Câmara e a casa do Governo. Sem dúvida, a primeira e mais importante praça foi a hoje chamada praça municipal, antes batizada Praça da Feira, Praça do Palácio, Praça da Parada, Praça da Assembleia, Praça Rio Branco, Praça Tomé de Souza para a direita saía a rua direita dos mercadores, também conhecida como rua Direita do Palácio, rua Direita das Portas de São Bento. É hoje a rua Chile. Em direção do terreiro se estendia a rua da Misericórdia Longitudinal à rua Direita, estava a rua do Brejo, depois dos Capitães, hoje rua Rui Barbosa. As travessas eram da Ajuda e das vassouras, hoje rua Padre Vieira e Virgílio Damásio. A rua que ia da Praça à Ajuda e à Direita chamava-se de “tira-chapéu” depois rua dos Carvoeiros, da assembleia e hoje Juliano Moreira. (TAVARES, 1966, p.p. 74/75)

Quanto a chamada “marcha do povoamento” do século XVI teria este processo dado origem as Vilas de Olinda (1537), Igaracu (1536, Salvador (1549, Ilhéus (1536), Porto Seguro (1535, Vitória (1551, Espírito Santo (1551), Rio de Janeiro (1565), Santos (1545), São Vicente (1532), Itanhaém (1561) Filipeia de N.S das Neves (1585) e São Cristóvão (1590), Natal (1599) e em 1600 Cananéia.

Enquanto o açúcar determinou a ocupação da faixa litorânea, o gado e o ouro determinaram a ocupação do interior; a cana de açúcar estava localizada nas manchas litorâneas ou próximas ao litoral onde dominava um clima quente e úmido com duas estações bem definidas- uma seca e outra chuvosa- e porque era o produto se destinava a exportação. A maior proximidade da Europa, diminuindo o tempo de percurso e barateando o frete, deu a Pernambuco e a Bahia vantagens sobre São Paulo e Rio de Janeiro como produtores de açúcar. (ANDRADE, 1995, p. 33)

A ocupação da região do recôncavo baiano seria a próxima área de conflito entre os índios e os portugueses em função daquela região dispor de uma grande quantidade de rios, ter mata abundante e ser de grande fertilidade onde seriam montados os seus primeiros engenhos banguês coloniais na Bahia.

A cana de açúcar foi introduzida no Recôncavo no século XVI, tendo sido responsável pela apropriação das terras, pela destruição das matas, pela escravização e matança dos índios e pelo estímulo ao tráfico de escravos. Ela se beneficiou tanto da presença de solo massapê como da proximidade da costa, das condições climáticas e do emprego de capitais na produção de uma mercadoria que dispunha de um mercado certo e em expansão na Europa. O proprietário da terra e senhor de engenho era uma pessoa de grande importância na sociedade colonial, desfrutando de muito poder, além de ter acesso fácil ao Governo Geral, segundo Antonil. Muitas vezes o governador, como aconteceu com Mem de Sá, era também senhor de engenho. ANDRADE (1994, p.94) No século XVI, a produção (de açúcar) o grifo é nosso também prosperava na Bahia. O Recôncavo, que em 1570 contava com 18 engenhos, em 1584 já atingia 40 unidades de produção. (FERLINI, 1994 p. 24).

As chamadas, assim nominadas “Guerras do Recôncavo baiano” pelo historiador Pedro Puntoni em sua obra “ A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão do Nordeste do Brasil (1650/1720)” que argumenta que desde que foi criado o governo geral em 1548 com o objetivo de instituir e coordenar um pequeno comércio político-administrativo com as vilas recentemente criadas para que se desse uma única orientação, onde a construção de uma nova capital (Salvador) e a instalação dos primeiros engenhos banguês no Recôncavo baiano não iria se dar sem nenhum conflito entre índios e branco como se sabe historicamente. No final de 1555 aconteceu uma nova rebelião do Tupinambás nas ribeiras do rio Paraguaçu que foi reprimida por D. Álvaro da Costa, filho do Governador Geral da época. Essa área era uma área muito conhecida pelos portugueses que Mem de Sá mandou uma expedição de 300 portugueses e 4 mil índios aliados que em setembro derrota os Tupinambás e lá fundam a Vila de Cachoeira a chamada “porto daqueles sertões” que tanto vai produzir a cana de açúcar quanto se cria o gado e mais tarde se planta o fumo.

Em 1621 “índios bravios” invadiram o engenho e o distrito de Capanema (perto de Paraguaçu) e matam moradores e guardadores do gado (vaqueiros) nos campos de Aporá, cujos moradores abandonou temporariamente algumas fazendas e depois aprova-se uma lei de 1611 declarando-se “Guerra Justa” aos Tapuias que intensificaram este conflito depois da expulsão dos holandeses, quando o Sargento-Mor Diogo de Oliveira Sespa é nomeado pelo Governador Geral do Brasil, o Conde de Castelo Maior, para dar cabo da “Jornada do Sertão e dos índios Tapuias principalmente que em setembro de 1651 recebe o reforço de Gaspar Rodrigues Adorno que recebe o cargo de Capitão-mor “de toda gente que ora mando ao sertão”, em setembro de 1654 um novo governador Geral nomeia Jerônimo de Ataíde com uma nova lista “das gentes e despesas necessárias para a Jornada do Sertão” até a extinção definitiva dos Tapuias e demais índios contrários ao domínio português sobre a área do Recôncavo baiano.

Outra grande área de disputa e conflito entre índios e brancos no sertão da Bahia que não só foi lá e que se estendeu também pelos sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e também do Piauí foi da chamada Guerra do Açu, ou Guerra dos Jandai, dos Kariris ou equivocadamente foi chamada pelos portugueses como “Guerra dos Bárbaros”, quando eles os portugueses foram mais bárbaros possíveis declarando “Guerra Justa a todas as nações indígenas do sertão nordestino que lutavam pelas suas terras, pela sua não escravidão, além das suas terras já tomadas pelo avanço da pecuária bovina nos confins do sertão do baixo, médio e alto São Francisco ao que se sabe pelos relatos históricos em linhas mais gerais, onde naquela área geográfica provocou-se um verdadeiro extermínio de várias nações indígenas que viviam no sertão nordestino e que a história escrita pelos brancos deturpou os fatos históricos apresentando os índios como “preguiçosos”, “que atrapalhavam o avanço do progresso” e até como bandidos”, quando eles é que foram as principais vítimas daquele processo histórico que lhe foi adverso ou desconfortável, mais eles não deixaram de lutar, resistiram ou se mudaram para outras áreas do território brasileiro ou outras acataram as determinações da Coroa portuguesa e foram obrigados a se aculturarem e abdicarem das sua identidade e convicções:

A invasão do Agreste/ sertão, não ocorreu como uma única onda, de forma linear e contínua, como faz crer uma história ideológica da colonização. Nas entrelinhas dessa história, percebe-se que a penetração colonial no interior, mas em fluxos e refluxos, onde nem todos os grupos indígenas foram aldeados, em um movimento desigual, frente à resistência dos povos nativos, também atores ativos no processo de colonização. Os conflitos gerados pela reação indígena à invasão de seus territórios, ficaram conhecidos genericamente como a “Guerra dos Bárbaros” e estendeu-se por todo o interior nordestino nas regiões correspondentes hoje ao sertão da Bahia ao Maranhão. Uma guerra que

representou a mais longa resistência indígena, que se prologou desde o último quartel do século XVII até a segunda década do século seguinte (de 1685 a 1725), quando muitos indígenas morreram nos combates e (ou) foram reduzidos nas missões. (SILVA, 2000, p. 113)

A próxima etapa da conquista territorial portuguesa será em direção aos territórios de Sergipe del-Rei, o litoral da Paraíba, do Rio Grande do Norte até o litoral cearense e daí para o Maranhão.

A ocupação e conquistas do território sergipano fazia parte desse plano mais amplo de remover todos os obstáculos humanos, índios ou comunidades quilombolas para deixarem todos os caminhos livres (e é assim que se colonizar o sul de Pernambuco, hoje território alagoano) assim como dos territórios de Sergipe del Rei para que se pudessem transitar entre Pernambuco e a Bahia mais livremente, que era esse o objetivo maior da Coroa, fundar novas Vilas, produzir mais riquezas para o Reino e cobrar mais impostos ou tributos sobre essa produção de qualquer natureza.

Nas terras do atual Estado de Sergipe viviam diferentes tribos indígenas como a dos Tupinambás e os Kariris, onde os primeiros representavam um percentual bem mais elevado (majoritário) da sua população se comparando ao segundo grupo tribal apresentado.

Quando o Brasil foi dividido dentro do sistema de Capitanias Hereditárias o lote entregue ao donatário Francisco Pereira Coutinho que era “dono” da Bahia, tinha ele terras que incluía também o atual território sergipano, porque a Carta de doação daquela Capitania Hereditária datando de 1534 dizia que os limites “das cinquenta léguas de terras iam da foz do rio São Francisco até a ponta da Baía de todos os Santos” de onde se fundaria a cidade de Salvador mais tarde.

A instalação do Governo Geral, com um corpo administrativo próprio garantiu em si o desenvolvimento de uma enorme área no entorno de Salvador e que na época tinha apenas algumas poucas ruas onde procurou-se aproveitar toda a topografia do seu terreno, onde na parte alta da cidade se instalou o Palácio do Governador, a casa da Câmara, os habitantes e a parte “baixa da cidade” onde formam os armazéns, o local de desembarque de escravos (o porto) do comércio de outras mercadorias também lá vendida.

Foram construídos vários outros muros, fortificações, fortalezas que até hoje convivem com a arquitetura contemporânea da cidade no seu dia a dia que foram construídas ao longo de séculos para dar maior segurança a cidade e um exemplo disto

são os “Fortes de Montserrat”, o “Farol da Barra” e o “Forte São Marcelo”, todos construídos para barrar a invasão de estrangeiros, corsários e piratas, apesar da Bahia ter sido ocupada pelos holandeses entre 1624/1625.

Conforme já tínhamos escrito anteriormente o processo de ocupação do território sergipano teria se iniciado durante o governo Felipe II, e o Governo Geral do Brasil Luiz de Brito, quando se organizou uma expedição militar com o objetivo de encaminhar a catequese e conversão dos índios de Sergipe, porém anteriormente a este fato histórico, quando era o Governador Geral do Brasil Nem de Sá teria se realizado uma grande perseguição e mortes dos índios de Sergipe que habitavam no Rio Real, sob protesto de partir os Caetés que teriam devorado o Bispo D. Pero Fernandes Sardinha e determinou-se que os tornassem escravos “sem fazer exceção alguma” e tamanho foram esses horrores, que ante a denúncia dos Jesuítas ao Reino que a “punição aos índios foi revertida, declarando-se a Guerra injusta e determinando que se colocassem os cativos em liberdade, porém os índios que morreram neste conflito nada se falou a respeito, tudo ficou por isso mesmo, como se nada tivesse acontecido.

Essa perseguição e investida predatória se voltaria contra as aldeias indígenas Tupinambás do Rio Real e de todo o território sergipano, aumentando o ódio aos portugueses e se intensificar a aliança com os franceses no nível mais geral.

A colonização de Sergipe vai ser tentada a partir da construção de uma aliança entre o Estado português, os seus propostos (ou demais interessados da iniciativa privada) e especialmente da aliança como o maior latifundiário e proprietário de gado do Brasil Colonial Garcia D’ Ávila que aliou-se aos poderes para adentrar nos sertões e conquistá-los, que depois os poderes passou a combatê-lo em virtude do seu projeto ser apenas de se apossar e escravizar os índios que entravam em conflito direto com o ideário de catequese e conversão dos índios pelos padres Jesuítas, carmelitas, franciscanos em geral. Em janeiro de 1575 os padres Gaspar Lourenço e João Salônio instalam um aldeamento no Rio Real iniciando a catequese dos índios fundando a missão de São Tomé, constroem uma pequena igreja consagrada a Nossa Senhora da Esperança e também se ergue uma outra missão agora nas proximidades do rio Vasa-Barris, chamado de missão de Santo Inácio (em homenagem a Santo Inácio de Loiola criador da ordem dos jesuítas) nas terras do cacique Surubi, e um outro aldeamento de São Paulo, mais próximo ao mar, nas terras do cacique Serigi.

Paralelo a ação de catequese dos padres o Governador Luiz de Brito deu amplos poderes a Dias D’ Ávila para avançar a ocupação do território fundando uma povoação

três léguas distante do rio Real, onde não havia condições de subsistir pela sua má localização, distante do litoral, dos lugares onde se poderia obter o pau-brasil, a pimenta e outros produtos inclusive Luiz de Brito não aprovou a fundação daquele povoado sendo um verdadeiro fracasso a primeira tentativa oficial e privada de ocupação de Sergipe.

O governo português continuou a apoiar Dias D'Ávila no seu projeto de expansão territorial concedendo-lhe novas sesmarias se tornando ele proprietário de grande parte das terras de Sergipe por onde se estendiam os seus rebanhos de gado, até o Governador Luiz de Brito acompanhado de soldados e moradores da Bahia ter declarado guerra aos índios de Sergipe inclusive destruindo o trabalho iniciado pelos padres João Salônio e Gaspar Lourenço obrigando aos índios a fugirem dos aldeamentos; embora os padres tivessem avisado ao Governador Geral dos riscos que se corria em perder todo o trabalho de catequese iniciado com êxito, e se perdesse a confiança dos índios estava tudo acabado.

O apelo dos padres não foi ouvido pelas autoridades político que acabou por Luiz de Brito ordenar o ataque ao aldeamento de Santo Inácio, persegue os índios e mata o Cacique Surubi e arrasa o território e leva como cativos para a Bahia 1.200 índios, declarando guerra aberta a todos os índios de Sergipe de tal forma que Cristóvão Gouveia declarava que cerca de 500 brancos teriam sido assassinados no território sergipano fruto do embate entre índios e brancos.

Naquele momento histórico em que entravam em choque os interesses dos colonos que queriam escravos indígenas e os interesses dos Jesuítas e padres de outras ordens religiosas que desejavam “catequizar os índios” e os interesses da Coroa portuguesa que à partir de 1590 declarou “Guerra Justa” (condenação ao massacre ou a escravidão) de todos os índios de Sergipe), mais ou menos numa mesma época em que outras guerras foram feitas a diversos grupos indígenas do Nordeste, resultando na conquista da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Alagoas.

Esse processo atinge um dos seus momentos cruciais em 1590, quando chega a Sergipe a expedição vinda da Bahia sob o comando de Cristóvão de Barros para dar combate aos índios e submete-los ao domínio colonial. Com fortes efetivos militares e muita violência se lança sobre os nativos que até então resistiram aos conquistadores. (...) Episódios da guerra de 1590 (que foi um trabalho de “extermínio puro”, carnificina por assim se chamar- O grifo é nosso. (DANTAS, 1998, p.34)

A conquista da Paraíba foi fruto de um longo processo de “idas e vindas”, avanços ou recuos do processo civilizatório quando aquele litoral sempre esteve recheado de contrabandistas franceses e de índio aguerridos que eram geralmente inimigos dos portugueses que já tinham várias tentativas infrutíferas (sem êxito ou resultado positivo) de sua colonização definitiva. Já dizia Celso Mariz em sua obra “Apanhados Históricos da Paraíba” (1994) acerca dos índios da Paraíba e dessas primeiras expedições afirmando que:

Na Paraíba viviam ao sul do rio os Tabajaras e ao norte os Potiguaras, tribos ambas da grande nação Tupi, que ocupavam uma faixa de vinte léguas, mais ou menos, encostada ao litoral. Para o interior pela serra da Borborema e além dominavam os Cariris, subdivididos pelas tribos “Sucurus”, “dos Pegas”, dos “Coremas” pertencentes a nação Tapuia. (MARIZ, 1994 p.17)

O atual território da Paraíba estava incluso como parte do território da Capitania Hereditária de Itamaracá, pertencente a Pero Lopes de Souza, irmão de Martin Afonso de Souza, que mais tarde fez a primeira expedição sistemática de ocupação efetiva (de fato) ao território brasileiro a partir de 1532/5. Com a morte de Pero Lopes de Souza em 1534 aquele território ficou abandonado entregue aos franceses e aos índios bravios.

Em 1574 os índios Potiguaras da Paraíba chamados por outros índios de Tracunhaém (PE) daqui marcharam por mar e por terra em pirogas (canoas de um único pau) para atacar o engenho de Diogo Dias, que havia perdido duas virgens indígenas, daí o ataque dos índios ao seu engenho incendiando as suas casas, canaviais além da morte de 600 pessoas da família e agregados do fazendeiro.

Este fato chega aos “ouvidos do Rei de Portugal D. Sebastião que ordena que se faça guerra direta aos franceses e aos índios da Paraíba.

Em 1579 João Tavares por ordem do Governo de Pernambuco funda um núcleo urbano em Gamboa, na Paraíba mas ele não consegue manter esse núcleo de povoamento por muito tempo, que cai em mãos dos índios novamente.

Devemos lembrar que após a morte de Pero Lopes de Souza veio um outro português – João Gonsalves que ficou amigo dos índios e construiu a primeira vila da Paraíba a Vila Conceição (em homenagem a N. S. da Conceição), tornando inclusive sede do seu governo, que segundo o historiador Frei Vicente do Salvador “houve grande crescimento na Capitania, nesse período em razão da sua admirável administração” que após a sua morte tudo mudou onde os índios passaram a ser maltratados e predominou uma desordem total, daí muitos índios terem se tornado aliados dos franceses e inimigos dos portugueses. Nada disso aconteceu por acaso do destino.

O Rei de Portugal preocupado com tal situação resolveu criar a Capitania Real (do Rei) da Paraíba em janeiro de 1574, que depois disso – dessas várias tentativas fracassadas de ocupação do seu território sai da Bahia em março de 1584 uma expedição composta por Diogo Valdez (espanhol) Felipe Moura, Martin Leite e Frutuoso Barbosa com cerca de mil homens “tomam de assalto a Paraíba com o objetivo de colonizá-la, mais um desentendimento entre os chefes da expedição quase a leva ao fracasso”.

Martin Leitão, sabendo do desentendimento entre Potiguares e Tabajaras escolheu João Tavares para fazer a paz entre aqueles grupos tribais que só depois de “selada a paz” em 5 de agosto de 1585 funda-se na encosta de uma colina forte de Nossa Senhora das Neves que passou a receber o nome de Forte de Filipeia de Nossa Senhora das Neves que deu origem definitiva a fundação da Paraíba.

Eis aqui alguns aldeamentos indígenas construídos na Paraíba, que teria dado origem a Várias cidades e vilas paraibanas:

PARAÍBA: ALDEAMENTO MISSIONÁRIOS NO NORDESTE SÉC. XVIII					
Nº	ALDEIA	VILA/ ÁREA	INVOCAÇÃO	MISSIONÁRIO	NAÇÃO INDÍGENA
1	Jacoca	Paraíba	N. S. Da Conceição	Beneditino	Caboclos da língua geral
2	Utinga	Paraíba	N. S. Nazaré	Beneditino	Caboclos da língua geral
3	Baia Da Traição	Mamanguape	São Miguel	Carmelita	Caboclos da língua geral
4	Preguiça	Mamanguape	N.S dos Prazeres	Carmelita	Caboclos da língua geral
5	Boa Vista	Mamanguape	Santa Tereza e Santo Antônio	Carmelita descalça	Kinandé Xukorus
6	Cariris	Taypu	N.S do Pilar	Capuchinhos	Kariris
7	Campina Grande	Sertão do Kariri	São João	Clérico	Tapuias
8	Brejo	Sertão do Kariri	N.S da Conceição	Capuchinhos	Tapuias
9	Panaty	Sertão do Piencó	São José	Carmelita descalças	Tapuias
10	Coranas	Sertão do Piencó	N.S do Rosário	Capuchinhos	Tapuias

11	Pegas	Sertão de Piranhas	-	-	Tapuias
12	Icó	Sertão do Rio do Peixe	-	-	Tapuias

(DANTAS, 1998 p. 445/6)

A formação histórica do Rio Grande do Norte está inicialmente associada aos seus primitivos habitantes (índios) que viviam em harmonia com os seus devidos biomas sem ocasionarem forte impacto sobre aqueles ecossistemas.

No litoral leste do Rio Grande do Norte e em seu agreste viviam os potiguaras que pertenciam a nação tupi-guarani à nível linguístico e cultural ao passo que no restante do citado Estado, também viviam no seu sertão tribos da nação “Paiacu”, “Jenipapo”, Panacuaçu”, “Caratiú”, “Corema”, “Canindé”, “Janduí”, “Panati”, “Pega” e “Ariú” que todos eles pertenciam a nação Tapuia. Essa “primeira” classificação feita pelos portugueses em classifica-las como “Tupi” ou “Tapuia” cujas as principais diferenças entre eles era muito mais visual ou de “aparência” e acima de tudo cultural, apesar dessas diferenças não terem sido identificadas com frutos de nenhum trabalho científico até serem feitos os primeiros e definitivos etnográficos ou linguísticos a partir do início do século XX quando se constatou que “tantos os Tupis como os Tapuias apresentavam em si grandes diferenças internas no seu modo de ser, pensar e agir (o grifo é nosso) em especial as diversas tribos que habitavam o interior do território do Rio Grande do Norte”.

O avanço dos estudos ou conhecimentos sobre os primitivos habitantes da região citada, esbarra em uma grande dificuldade: “a carência de vestígios dessas culturas uma vez que tribos inteiras desapareceram de forma física ou culturalmente, no contato com o homem branco. Esse foi o caso de tribos do sertão nordestino incluindo-se todas que habitavam o sertão de nosso estado”. (MONTEIRO 2002, p. 20/21).

O pouco que sabemos tem origem em registros que foram escritos, no período colonial e a partir dos quais os estudos linguísticos-históricos, estabelecendo ligações entre línguas que desapareceram e línguas ainda faladas...trazem muitas incertezas e divergências entre vários estudos.

Segundo o estudioso de linguística Aryon Dall’Igna Rodrigues do Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, que aqui esteve em Alagoas ministrando uma palestra na UFAL, e escreveu uma pequena, mas importantíssima matéria para o jornal Gazeta de Alagoas, sob título “Línguas Indígenas Sofrem Ameaças de Extinção” datada de 13/05/2001 p.A-25, que aqui iremos sintetiza-

la para uma melhor compreensão da problemática, quando ele é categórico ao afirmar que:

Pelo menos 61 línguas indígenas da Amazônia atualmente correm riscos de serem extintos por completo por um curto prazo de tempo e deveriam ser priorizadas para pesquisa, denuncia o linguista Aryon Dall’Igna Rodrigues. No mundo globalizante, consideram-se línguas ameaçadas de extinção aquelas que tem pelo menos de 100 mil falantes. Por esse critério, segundo ele, todas as línguas indígenas do Brasil estão entre as mais ameaçadas de desaparecerem. A realização de uma pesquisa sobre as línguas, priorizando-se as faladas por não mais de 200 pessoas, chegar-se –ia a 61 línguas que deveriam ser pesquisadas de imediato. (RODRIGUES, 2001, p. A-25)

Com a chegada dos europeus as culturas indígenas também se modificaram ou simplesmente deixaram de existir. Atualmente os povos sobreviventes são aqueles que estavam mais afastados do mar e das margens dos rios, como um meio de penetração dos colonizados. Recentemente alguns se deslocam para os vázios criados pelas ações de extermínios, de escravidão e de remoção de pontos de aldeamentos missionários. Muitos desses povos estão hoje em situação precária em todos os sentidos.

Muitos desses povos não falam mais as suas línguas nativas e conhecer as línguas desses povos e estuda-la cientificamente é o único meio de salva-los do desaparecimento linguístico e muitos desses estudos esbarram na falta de recursos financeiros, na indiferença e até incompreensão nos meios Universitários e pela ausência de pesquisadores bem treinados. (RODRIGUES, 2001 p. A-25)

Com a chegada dos portugueses e seus descendentes “predeterminou-se” um processo de ocupação e expansão do seu território do litoral em direção ao sertão e vice e versa patrocinados pelo grande capital mercantil tanto pela cana-de-açúcar quanto pelo gado. Muito se sabe que o primeiro marco da ocupação do Rio Grande do Norte vai decorrer desde o final do ano de 1598, durante o período natalino- daí o nome da sua capital até hoje chamada de cidade de Natal (fundada em dezembro de 1598), quando inicia-se a construção e fundação do forte dos Reis Magos, que posteriormente representará um importante papel geopolítico para as tropas portuguesas que partiram mais adiante para a conquista do Ceará e do Maranhão, posteriormente.

Com a fundação da cidade de Natal que é atribuída a Jerônimo de Albuquerque, embora alguns outros historiadores atribuíam a este fato a Mascarenhas Homem ou a João Rodrigues Calaço como administrador da citada Capitania Hereditária que havia sido doada a João de Barros que associado a Aires da Cunha e Fernão Alvares de Andrade que

teriam organizado em 1535, numa expedição colonizadora que não logrou êxito. Somente em 1597, por determinação régia foi organizada uma nova expedição de conquista e colonização sob o comando dos Capitães-mores de Pernambuco e da Paraíba.

Para trabalhar no cultivo da cana-de-açúcar e a produção de açúcar nos engenhos chegaram os primeiros escravos trazidos da Guiné para comporem a nossa etnia formada pelos índios, portugueses e os escravos trazidos da África, numa condição de povos escravizados.

Os próprios historiadores ao relatarem o processo de ocupação da Capitania do Rio Grande reconheceu que a cana-de-açúcar foi a primeira atividade econômica que serviu de base para o povoamento e não foi por acaso que os filhos de Jerônimo de Albuquerque receberam desde 1604 uma sesmária de grande extensão, onde instalaram o primeiro engenho no vale do Rio Carimataú. O engenho Cunhaú, cuja doação foi conferida em 1628, começando o povoamento da zona da mata do Rio Grande do Norte, que mais tarde seria ocupada por outros engenhos – como o “ferreiro torto”, no atual município de Macaíba- cujos dados de 1861, dão conta da existência de 174 engenhos do total distribuídos pelas seguintes vilas da época:

RIO GRANDE DO NORTE: ENGENHOS DE AÇÚCAR (1861)	
VILAS	Nº DE ENGENHOS
CEARÁ-MIRIM	44
SÃO JOSÉ DO MIPIBU	33
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	27
PAPARI (HOJE NÍSIA FLORESTA)	27
GOIANINHA	18
CANGUARETAMA	12
TOUROS	06
NATAL	07

Fonte: (FELIPE 2011, p.18)

As primeiras fazendas de gado foram fundadas no início do século XVIII e a escolha da sua localização, esteve associado a presença de água, rios, riachos, açudes naturais, lagoas e poços localizados no semiárido norte rio-grandense.

Não podemos esquecer que tantos os engenhos de açúcar, quanto as fazendas de gado ou as roças de cultivo da agricultura de subsistência estavam todas elas situadas

em terras indígenas que foram devassadas, ocupadas e apropriadas pelos colonos portugueses ou seus descendentes, culminando com a destruição de suas aldeias e condiciona-los nos “seus” aldeamentos.

Assim, terras, antes indígenas, passariam sistematicamente, as mãos dos colonizadores. De início, em torno de pequena cidade de Natal. Depois a corrente colonizadora foi se interiorizando seguindo as margens dos rios, principalmente o Potengi e o Jundiá. Na direção sul, sempre na faixa litorânea, seguiu o percurso dos caminhos já estabelecidos e conhecidos que levavam aos núcleos colonizadores da Paraíba e Pernambuco. Na direção norte, atingiu nessa etapa, o vale do rio Ceará-Mirim. A corrente sul seria a única em que efetivamente o povoamento teria por base a atividade açucareira. Nessa faixa, que é hoje denominada da zona da mata, as condições de solo, e clima proporcionaram o cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar. A relação entre indígenas e colonizadores implicou, assim, necessariamente em inúmeros conflitos, exigindo não apenas a interferência permanente dos padres, mas também a criação do Cargo de Procurador de Índios, funcionário da administração encarregado de fiscalizar essas relações”. (MONTEIRO, 2002, p.39/41).

Não podemos esquecer que a maior mobilização, articulação entre as populações indígenas do sertão nordestino contra o avanço da frente colonizadora europeia fruto da expansão pecuarista foi através da chamada “Guerra do Açú”, equivocadamente e preconceituosamente chamada de “Guerra dos Bárbaros” que teria acontecido na região do vale do rio Açú ou Piranhas, no Rio Grande do Norte cujos horrores, barbarismo e até o degolamento de lideranças indígenas por parte das forças portuguesas ou de seus representantes por vontade em 1687 até a eliminação sumária ou a escravidão dos índios que morreram na sua grande parte ou maioria nos combates diretos ou indiretos com os brancos e seus agentes fossem eles bandeirantes ou não, cujos vencedores daquele conflito foram os europeus e seus descendentes, que continuaram tanto o Estado metropolitano, quanto a iniciativa privada o seu processo de devassidão dos sertões e expulsão das populações indígenas dos seus territórios, ou confina-los nos seguintes aldeamentos indígenas espalhados ao longo do território nordestino.

RIO GRANDE DO NORTE: INDÍOS ALDEADOS					
Nº	ALDEAMENTO	VILA/REFERÊNCIA	INVOCAÇÃO	MISSIONÁRIO	NAÇÃO
1º	Guaiajarum	Rio Grande	São Miguel	Jesuíta	Língua Geral e Payaku
2º	Apodi	Sertão do Rio Grande	São João Batista	Carmelita Descalço	Payaku

3°	Mipibu	Rio Grande	Santa Ana	Capuchinho	Caboclo da Língua Geral
4°	Groeirias	Rio Grande	São João Batista	Jesuíta	Caboclo da Língua Geral
5°	Gramacio	Rio Grande	N.S.do Carmo	Carmelita	Caboclo da Língua Geral

Fonte: (DANTAS, 1992, p.446)

Esses aldeamentos no relato de viajantes europeus que os teriam visitado (aldeias diversas e viajantes estrangeiros de várias procedências á nível de nacionalidades) deixaram descrições sempre sombrias enfatizando a decadência e, a apatia ou o conformismo da maioria dos seus membros e a aceitação de um destino exorável que seria o seu aniquilamento, mas por outro lado a documentação manuscrita reunida nos arquivos estaduais tem revelado uma outra dinâmica histórica onde os índios estavam interagindo de modos diferentes com outras forças sociais do seu tempo ou até recorrendo ao uso das armas se preciso fosse que não só foi um caso isolado dos índios do Rio Grande do Norte, mais de todo o nordeste brasileiro dependendo das demandas socioculturais de cada local, província ou Estado, depois da Proclamação da República, observando-se caso a caso de cada contexto histórico regional, vivenciando por eles no seu coletivo.

A consolidação do povoamento do Rio Grande do Norte praticamente foi um pré-requisito indispensável para o lançamento das bases fundamentais – tanto históricas como geográficas- para a ocupação do território cearense que desempenhou um papel estratégico e geopolítico no processo de conquista do Maranhão pela Coroa portuguesa (que se encontrava sob domínio francês) que abriria caminhos para a conquista da Amazônia brasileira, que seria uma das últimas regiões brasileiras a ser colonizada pelos portugueses.

Após 1500 o litoral cearense foi objeto das primeiras expedições náuticas até a “primeira bandeira” de Pero Coelho em 1603, quando os navegadores oficiais portugueses e estrangeiros, tanto quanto os piratas terem também “visitado” o litoral cearense, mais regularmente.

A expedição colonizadora de Martin Afonso de Souza deve-se a determinação do seu comandante da caravela “princesa”, Diego Leite rumou em direção ao Norte, indo até Maranhão ou até o Amazonas, observando o litoral do Ceará, observando a sua geografia, a sua paisagem natural e anotando os fatos relevantes a serem registrados e seis

anos depois vem a expedição de Aires da Cunha, donatário da Capitania do Ceará que se somou a outras expedições como a realizada pelos filhos de João de Barros - que teriam organizado outra expedição por volta de 1550, sem contudo delas, terem obtido sucesso no processo de colonização efetiva do Grande Ceará ou Siará segundo a escrita dos cronistas da época, referindo-se aquele Estado da Região Nordeste do Brasil.

Segundo Eduardo Hoornaert em seu ensaio escrito sob título “Catequese e Aldeamento do Ceará” para compor juntamente com outros autores a importante obra sobre a “História do Ceará” coordenado por Simone Souza publicado em Fortaleza pela fundação Demócrito Rocha em 1995, que assim descreve quem eram as principais tribos indígenas primitivas que teriam habitado o Ceará durante grande parte da sua história no período colonial e de períodos posteriores a este.

No início Hoornaert cita um fato histórico extremamente relevante para a história indígena do Ceará que a maioria da sua população não sabe ou desconhece este desconhecimento é tão grande que a maioria das pessoas nem sabe o significado dos nomes dos lugares, cidades, serras, rios e riachos por onde viajam. Para muito Canindé, por exemplo é apenas nome de uma cidade, pois eles ignoram que Canindé foi um indígena que, junto com o seu povo, conseguiu um fato único em toda a história do Brasil: firmar um Tratado de Paz com o próprio rei de Portugal Dom Pedro II, tratado este que foi desrespeitado por Portugal, e nunca pela nação indígena à qual Canindé pertencia. Este fato, por si só, ilumina o passado do Ceará revelando a dignidade indígena numa terra onde os povos originais foram brutalmente eliminados e escravizados”. A data do tratado é de 10 de abril de 1692, cujos documentos comprobatórios deste fato histórico estão na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro na seção “Documentos Históricos” nos seus volumes 10,11, 33 e 34.

Os índios que viviam no Ceará antes da chegada dos primeiros europeus eram os “Tabajaras” que viviam na serra do Ibiapaba e suas proximidades, os “Acongassu”, os “Anacés”, os “Jaguaruanas”, que habitavam o vale do rio Acaraú, os “Tremenbés” e os “Potiguaras” que habitavam o litoral do Ceará, os “Caratius”, os “Paiacús”, os “Boturités”, os “Canindés” e “Jenipapos” que habitavam o vale do rio Chaó, os “Potiguaras”, também os “Paiacús” e “Quixetes”, os “Inhamus” e os “Calabaças”, que habitavam os vales dos rios Jaguaribe e o rio Salgado e finalmente os “Kariris” e os “Xocós” ou “Chocós” pelo vale do Cariri.

Aliás os estudiosos divergem entre si nos nomes e na localização dos indígenas, já que a guerra contra eles se fez sem registro, nem documentação escrita por curralheiros, vaqueiros, bandeirantes e índios vindos de fora. O

sangue indígena embebeu o solo cearense e não deixou registro escrito nem documento que possa ser consultado em biblioteca ou arquivo. Só sabemos das crueldades mais gritantes e das lutas mais orendas. (HOORNAERT, 1995, p. 46)

CEARÁ: ALDEAMENTOS INDÍGENAS					
Nº	Aldeamentos	Vila	Invocação	Missionário	Nação Indígena
01	Tremembé	Ribeiro do Acarau	N.S. da Conceição	Clérigo	Tremembé
02	Caucaia	Ribeiro do Ceará	N.S. dos Prazeres	Jesuíta	Caboclo da Língua Geral
03	Parangaba	Ribeiro do Ceará	Senhor Bom Jesus	Jesuíta	Caboclo da Língua Geral e Anacé
04	Paupina	Ribeiro do Ceará	N.S. da Conceição	Jesuíta	Caboclo da Língua Geral
05	Pyacus	Aquinaz	N.S. da Conceição	Jesuíta	Payatu
06	Palma	Aquinaz	N.S. de Palma	Clérigo	Kanindé e Jenipapo
07	Telha	Icó	Santa Ana	Clérigo	Quixolo Quixexeu, Juca, Condadu e Cariu
08	Miranda	Icó	N.S. da Penha de Franca	Capuchinho	Quixexeu, Cariu, Cariuame, Calabaça e Icozinho

Fonte: (DANTAS, 1992, p. 446)

O Catolicismo entra no Ceará com os portugueses que estavam por sua vez engajados num projeto maior chamado capitalismo (mercantilismo em si) na sua fase agrícola (com a cana-de-açúcar no litoral da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia) e suas economias de respaldo que era ciclo do gado. O catolicismo chegou junto com os vaqueiros que cuidavam dos gados já que eles foram o motivo para invadirem as terras cearenses.

Os portugueses que vieram para cá eram muitos católicos e deram ao catolicismo cearense uma marca definitivamente portuguesa: as novenas, as procissões, confrarias e romarias, santuários domésticos, penitências e muita devoção aos santos.

O jeito encontrado pelos padres para quebrar a forte resistência indígena à sua catequização foi coloca-los quase que a força nos aldeamentos para assim, os torná-los dóceis ou maleáveis ao processo “civilizatório”.

Foi mortal para os índios do Ceará, da ribeira dos rios que na segunda metade do século XVII foram eles praticamente todos eliminados e quando chegaram os missionários já era tarde e eles só conseguem amparar os restos de uma população outrora numerosa e digna, relata um texto jesuítico. (HOORNAERT, 1995, p.53)

O retardamento do processo de ocupação do território cearense se deve ao fato de o projeto de colonização portuguesa estar mais voltado para a zona da mata, mais propícia ao cultivo da cana-de-açúcar, de grande valor comercial no mercado. As condições naturais não eram favoráveis ao seu acesso, os ventos fortes do litoral pouco recortados, baía e enseadas, tudo isto prejudicou ou retardou o processo de ocupação e conquista do seu território cuja primeira vila que se criou foi a de Aquinaz em 1699 – que foi a primeira capital do Ceará e depois em 1726 a vila de Fortaleza, seguindo-se a de Icó em 1735 e Aracati em 1747.

Hoje restam poucos grupos indígenas no Ceará que continuam lutando pela demarcação das suas terras e o reconhecimento étnico e das 22 nações indígenas pré-existentes no período colonial sobraram apenas 09 nos dias atuais.

Todas as opiniões entre os historiadores são unânimes em apontar Martin Soares Moreno como o fundador do Ceará, quando ele volta aquele território em 1611 e mais tarde em 1621 para dar combate aos franceses no Maranhão e fundar o Forte de Fortaleza que foi o núcleo geo-histórico de fundação do Ceará, que deu origem a ele e em torno dele se consolidou.

O objetivo geopolítico principal da Coroa portuguesa na época era acelerar e consolidar o processo de conquista e ocupação do Maranhão e do seu consequente acesso ao vale do rio Amazonas que segundo as determinações do Tratado de Tordesilhas, pertencia aquele território da região Norte do Brasil (Amazônia e regiões circunvizinhas) à Espanha, entretanto o Maranhão já estava ocupada pelos franceses que haviam chegado a região em 1610. A ocupação do litoral cearense pelos portugueses e seus descendentes foi estratégico para a consolidação da conquista portuguesa na região Norte/Nordeste do Brasil, para poder se chegar a Bacia do rio Amazônia.

Entretanto entre o Ceará e o Maranhão existe o território do Piauí, cuja a conquista foi feita pela fundação das fazendas de gado por correntes de povoamento vindas da Bahia e Pernambuco margeando o rio São Francisco antes de entrarem e conquistarem o vale médio daquele “rio dos currais”, segundo termo usado pelo historiador Capistrano de Abreu, em que tais fazendas se passam a ser historicamente o

universo maior da economia piauiense e da agricultura de subsistência complementar ao “ ciclo do gado”.

A conquista do Piauí a última a ser completada na região em 1674, seria promovida por Domingos Afonso Sertão em aliança com “Coronel” Garcia de Ávila e seus irmãos, transformando em grande proprietário de terras. O documento mais antigo referente aos índios do Piauí “Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilmo. e revmo. Foi Francisco de Lima, bispo de Pernambuco de 1697, relaciona 36 grupos, imprecisamente localizados que fariam guerra aos moradores da freguesia denominada Vitória, e refere à presença de Jesuítas na serra do Ibiapaba, todavia a primeira residência permanente dos iniciantes da região é de 1718 época em que ainda ocorria a “Guerra do Gentio do Corso que atacavam as fazendas” (Serafim Leite, op cit. 555) O trabalho de subjugação desses índios seria dado como completo só em 1764, quando João do Rego Castelo Branco dá início à campanha contra os Gueguê da margem do Gurguéia que pediram pazes em 1765 e seriam aldeados sob a direção do mesmo Castelo Branco. A guerra contra as Pimenteiras, iniciada em 1776, só cessaria em 1809, com o seu aniquilamento (op .cit.). O Alvará de 1700, confirmado pela Lei de 04/07/1703 – em que El-Rei determina que cada missão se dê uma légua de terra ou quadra para sustentação dos índios e missionários, cada aldeia devendo ter ao menos cem casais – terá grande importância política que subsiste até hoje (DANTAS 1992, p.444)

As terras que hoje constituem o Piauí ficaram conhecidas aos portugueses pelas atividades de “caça aos índios” e a evangelização das tribos pelos padres Jesuítas e Capuchinhos principalmente, entretanto essas atividades não povoaram o espaço do atual Piauí onde as “fazendas de gado” foram a primeira forma de ocupação do espaço territorial do Piauí, onde nessas fazendas se instalaram em grandes propriedades chamadas de Sesmarias, doadas aos fazendeiros pelo governo português. As sedes das fazendas onde ficavam as chamadas “casa-grande” ou casas-de-fazenda e os currais, localizados quase sempre, às margens de rios de riachos, isto porque a presença da água era primordial necessário para a sobrevivência de homens e animais que viviam nas fazendas.

A partir da segunda metade do século XVII é quando se intensifica o número de fazendas no interior do Piauí, que na época pertenciam à diocese de Pernambuco, cujo bispo de Olinda enviou um padre para que ele fizesse uma contagem das fazendas, pessoas batizadas, residentes no espaço já ocupado. Daí mais tarde precisou-se criar uma nova freguesia no Piauí para organizar a vida religiosa de seus habitantes, fazendeiros ou qualquer outra pessoa ligada a vida local.

Depois de uma reunião com os fazendeiros da região se escolheu para ser sede de freguesia primeira do Piauí a margem do riacho Mocha, bem no centro de Piauí onde foi construída uma capelinha em homenagem a Nossa Senhora da Vitória que se tornou a primeira do Piauí, instalada no final do século XVII em 1697, cuja sede atualmente se

localiza em Oeiras, primeira capital do Piauí, cuja igreja depois foi ampliada, construída de pedra e saibro (caibro), concluída em 1733, que hoje encontra-se tombada pelo IPHAN como patrimônio histórico do Piauí. Nos séculos seguintes outras freguesias foram se instalando pelo território piauiense até a chegada do primeiro Governador, que se instalou mais 06 municípios aos já existente isto em 1759.

Uma grande parte dos moradores das fazendas de gado eram escravos, mais além deles viviam os fazendeiros, os vaqueiros, os rendeiros, os posseiros e alguns religiosos que apesar do grande poder exercido pelos “fazendeiros do gado” o seu poder começou a ser contestado por outros moradores livres que com a ajuda dos religiosos e das autoridades do Maranhão que tinham interesses em administrar as terras piauienses que escreveram ao Rei de Portugal comunicando tais fatos que culminaram com a anexação do Piauí ao Maranhão em 1712 e criação da Vila da Mocha em 1717 que somente em 1718 é que o Piauí se tornou uma Capitania Independente, ao passo que o seu primeiro governador o português João Pereira Caldas só tomaria posse em 1759 dando início a um novo momento da história do Piauí. O governador elevou a Vila de Mocha à condição de cidade e capital do Piauí que passou a se chamar de “Oeiras do Piauí”.

Quanto ao processo histórico de formação do Maranhão e onde estão inseridas a sua população indígena é agora alvo de nossa discussão, conforme já teriam dito anteriormente um dos principais objetivos geopolíticos portugueses em relação norte-nordeste (Maranhão) e a bacia do rio Amazonas e todos os seus demais afluentes era efetivar a sua ocupação de forma definitiva já que toda a região Norte do Brasil pertencia legalmente a Espanha seguindo a determinação do Tratado de Tordesilhas usando o princípio jurídico do “Ut possidet” (“é dono quem ocupa”) defendido pela Coroa portuguesa nos tratados assinados posteriormente a Tordesilhas, os Ttratados de Santo Ildefonso e Badajós.

O Maranhão se encontrava ocupado pelos franceses que haviam fundado naquele território a França Equinocial que aqui faremos uma pequena síntese da questão da ocupação do seu território.

Quando o rei de Portugal criou o sistema de Capitania Hereditárias objetivando favorecer a colonização do litoral brasileiro e a doou a donatários o território do atual Maranhão foi dividido em dois grandes lotes Maranhão (lote I) e (Maranhão lote II) que pertencia a Aires da Cunha que em 1535 organizou uma expedição com Fernão

Álvares de Andrade e João de Barros e outros em direção ao Maranhão de cuja Capitania hereditária eram donos.

Esse empreendimento inicial de tentativa de ocupação do Maranhão foi um completo fracasso em função do primeiro navio a tentar entrar no golfo do Maranhão afundou próximo a “Ilha do medo” e os demais tripulantes terem que pedir ajuda aos navios piratas para poderem regressar a Lisboa. Novamente em 1554 se faz uma outra tentativa de ocupar o Maranhão desta vez por Luiz Melo e Silva, que tinha assumido a Capitania do Maranhão mediante a desistência de João de Barros e novamente outro fracasso na tentativa de ocupa-la.

O insucesso das lutas portuguesas no Norte da África que culminou com a morte de D. Sebastião e a construção da União Ibérica quando o rei Felipe II anexa Portugal e suas colônias ultramarinas, todo este clima levou aos portugueses temporariamente a esquecerem o Maranhão , fazendo com os franceses se interessassem em ocupa-lo por um bom tempo da sua história, se constituindo na única capital da América portuguesa que não foi fundada pelos portugueses e seus descendentes a cidade de São Luís do Maranhão.

Os franceses objetivando estabeleceu a conquista do Maranhão equiparam 03 embarcações sob o comando de Jacques Riffant chegaram em 1594 ao litoral de Maranhão, cuja expedição por pouco não foi um total fracasso em função do navio principal ter naufragado e os próprios desentendimentos entre os membros da própria expedição. Como tal situação uma parte da população voltou para a França enquanto uma outra parte resolveu aqui ficar com os índios, se familiarizando com eles, participando de suas lutas e adquirindo a sua simpatia. Charles Des Vaux resolveu mais tarde voltar para o seu país e lá contou ao rei da França as maravilhas observadas na nova terra.

O rei ordenou que Daniel de La Touche partisse para o Maranhão para confirmar as informações dadas por Chales Vaux, entretanto a morte de D. Henrique IV praticamente inviabilizou a expedição de Daniel de La Touche. Em 1611 organizou-se uma outra expedição no reinado de Luís XIII com Daniel de La Touche/ Rosilly e o Barão de Sancy que teria chegado ao Maranhão em agosto e 1612 a hoje Ilha de São Luís dando início a colonização francesa efetiva de fato) no Maranhão que logo construíram um forte numa colina, bem próxima ao ancoradouro ou porto, que no dia 08 de setembro de 1612 fundava-se a cidade de São Luís em homenagem a Luís XIII, rei da França que três anos depois é retomada pelos portugueses, cuja sua principal herança cultural é a sua

arquitetura colonial (sobrados coloniais azulejados) e a riqueza cultural de seu povo em tradições populares autênticas geralmente.

A questão a ser investigada agora é saber-se que tribos indígenas existiam no Maranhão colonial e como teria se dado o contato entre eles e quais as consequências mais diretas deste fato, que impactou profundamente o processo histórico maranhense.

O Maranhão talvez tenha sido um dos Estados da região Nordeste do Brasil, dado as suas particularidades históricas que menos se sabe a respeito da sua população indígena do período colonial nem quem eram eles (a nível de tribo para tribo, nem onde estavam localizados, nem quantos eram o total da sua população estimativamente).

Vamos nos utilizar de um “Mapa Étnico- Histórico do Brasil e regiões adjacentes” adaptado do mapa produzido por Curt Nimuendajú de 1944 que apresenta as principais nações indígenas brasileira, Estado por Estado e de um pequeno porém valioso artigo produzido pelo antropólogo John Monteiro sob título “ Colonização e Despovoamento: São Paulo e Maranhão no século XVII” que nos dão uma visão embora genérica mais precisa do problema, sabendo-se que algumas coisas se perderam ao longo do caminho percorrido.

O mapa de Curt Nimuendajú de 1944 relativo ao Estado do Maranhão apresenta as seguintes tribos indígenas alfabética: Amanajê (1763 e 1854); Anapurú (1676/1734); Aranhi (1716/1734); Akeroa; Anayô (1750). Cachicahi (séc. XVII/XVIII); Cururi (séc. XVII), Curupi (séc. XVII); Guaiájara (1871); Guajé; Guianaré; Guana (1694); Guesguês; Gamelas (séc. XVII); Iguaruana (1646); Kreyê; Krikati; Puty (1674/ séc. XVIII); Tupinambás (1560); Tabajaras (1613); Tremembé (séc. XVII e séc. XIX); Timbiras (1862- que viviam no Maranhão mais migravam para o Pará), assim como os índios Urubus).

O contato dos índios com os europeus antecede a chegada dos portugueses em função do seu litoral ter sido visitado por espanhóis, piratas e franceses antes da chegada definitiva dos portugueses. Em 1612 quando os franceses chegaram, calcula-se que na ilha do Maranhão (cidade de São Luís atualmente) existiam cerca de 12.000 índios e depois das viagens de reconhecimento estimaram que em todo o Estado do Maranhão existiam cerca de 200.000 índios.

A Amazônia maranhense, com especialidade a área do alto Turiaçu e adjacências, desde tempos imemoriais era habitada por vários grupos indígenas. Os índios que primeiro habitaram essa região foram os Kreje, os Kren-ye ou Araparitina (dos

quais muito raramente são encontrados dispersos alguns remanescentes) e os Amanaye (que haviam desaparecido desde o século XIX), supondo-se terem migrado para o Pará.

Os principais centros de exploração do trabalho nativo no século XVII –a Capitania de São Vicente e o Estado do Maranhão- pode-se concluir que o abrangente, prolongado e dinâmico ciclo de apresamento e exploração dos nativos nestas regiões nem sempre beneficiava as metrópoles, em termos econômicos e, muitas vezes, contrariou os desígnios imperiais. (MONTEIRO 1992, p.13)

Os colonos da Capitania de São Vicente e os “paulistas” (bandeirantes) conseguiram durante o século XVII derrotar os Jesuítas e burlar as leis na montagem de um sistema de fornecimento de índios cativos para a economia regional. Quando a legislação do reino não os beneficiava, acharam muitas maneiras de contorna-la iniciando uma “guerra justa” sob falsos pretextos penetrando no sertão alegando a busca de riquezas minerais mais em todos os casos, regressavam a São Paulo com dezenas, centenas e até milhares de cativos, que chamavam de “gentio forro”. Os paulistas já haviam destruído 11 missões jesuíticas com uma população de três a cinco mil almas, o que significa o aparecimento de 33 a 55 mil cativos, caso todos tivessem sido escravizados.

Os paulistas diminuíram o seu ímpeto de “caçador-de-índios” , só depois da sua grande derrota que eles teriam sofrido em 1641 na bandeira de Jerônimo Pedroso de Barros que esbarrou na resistência indígena em mbororé que obrigaram os paulistas a admitirem a sua derrota no Uruguai, e a procurarem índios em outras regiões brasileiras, para continuarem caçando índios para o seu “consumo e para abastecer os mercados produtores de açúcar até antes da chegada em massa dos escravos africanos, entretanto em outras áreas do território onde ainda não existia escravos africanos, eram os índios que eram escravizados e vendidos no mercado local ou trocados por mercadorias.

A economia do Maranhão naquela época (séc. XVII) girava em torno de quatro atividades principais: a lavoura do tabaco, a produção açucareira (incipiente), o comércio de escravos indígenas e a coleta das drogas do sertão que eram raízes plantas e frutas apreciadas no mercado europeu composta por cravo, cacau, salsaparrilha e baunilha et., que a partir de 1730 atinge o seu ápice de consumo no mercado europeu tornando-se a economia mais intensa que defendiam da quantidade de escravos indígenas envolvidos nesta relação de produção e consumo do mercado local.

Assim era muito comum os moradores de Belém e São Luís alegando a sua extrema pobreza em função da falta de mão de obra nativa pediram as autoridades para escravizarem os índios, mas como isso era proibido os colonos apoiados na Lei de 1611” que reduziam os índios recém contatados ao cativo” desde que por guerra justa ou resgate transformando-os em “prisioneiros de guerra”. Assim fabricava-se “guerras justas” para ter-se o motivo para novas capturas de índios, isto por tempo indeterminado. Esta era uma forma de violar a lei, usando as brechas nela existente.

Com isso o Maranhão também buscava pretexto para se legitimar o cativo, alegando-se, por exemplo, que o rio Pacajás situado entre o Tocantins e o Xingui, teria ricos depósitos de ouro. Esse rio próximo a Belém, habitado por índios da língua geral, inimigo do Tupinambás do litoral do Maranhão logo tornaram-se alvo de diversas expedições de apresamento cujo seu principal lucro vinha do aprisionamento e venda daqueles índios como “escravos vermelhos”.

Os Guajajara, povo que habitava as imediações do rio Pindaré no interior do Maranhão ofereceram resistência ao jesuíta Manuel Nunes que tentou deslocá-los um grupo para as proximidades da cidade de São Luís, pois eles já conheciam bem demais os brancos. Alguns acompanharam o jesuíta, estabelecendo o aldeamento de Itaqui a três jornadas de São Luís até que por volta de 1660, com a expansão da cultura do tabaco e a consequente exploração de mão de obra do aldeamento, muitos índios fugiram para não servir aos brancos. (MONTEIRO 1992, p.16)

A chegada do Padre Vieira ao Maranhão muda completamente o panorama da questão indígena naquele local e região, passando ele a fazer nas igrejas, paróquias, e nos seus escritos ao rei (cartas do Padre Vieira ao Rei), o rápido extermínio das populações indígenas do Maranhão fazendo uma campanha sistemática contra a escravidão de índios que para a maioria das pessoas era algo normal e aceitável para os padrões da época, pelo menos em tese, para quem vivia do trabalho escravo indígena.

... A presença militante e de outros jesuítas, se não conseguia evitar a escravidão ilegal de centenas de cativos, serviu para acirrar o conflito entre missionários e colonos. Estes desejavam o controle absoluto sobre os trabalhadores egressos do sertão e, seguindo o exemplo dos paulistas, resolveram radicalizar o conflito, partindo em 1661, para a expulsão dos jesuítas”. (MONTEIRO, 1992, p.17)

Segundo MONTEIRO (1992,17) teria havido uma nova mudança de rumo da questão indígena no Maranhão, e que se estendeu as demais áreas do Brasil, quando esse

novo contexto político. As circunstâncias suscitou uma nova redefinição da política indigenista redefinindo o poder do Estado metropolitano e onde o poder dos jesuítas saiu seriamente abalado, tanto assim que “uma província de 12 de setembro de 1663 passava para as câmaras municipais a autoridade de sancionar novas entradas para o sertão e limitou o controle dos jesuítas sobre os assuntos temporais na colônia e sobretudo, nos aldeamentos”.

O problema da mão de obra escrava indígena se agravou ainda mais quando uma terrível peste de varíola assolou todo o Maranhão a partir de 1660 intensificando-se a disputa por mão de obra indígena. A epidemia atingiu o seu ponto máximo em 1662, causando a morte de mais de 2mil índios apenas na ilha de São Luís. Como em outras ocasiões a mortandade dos índios suscitava novas expedições em busca de cativos do sertão.

Entre 1660/1670 inúmeras “tropas de resgate” penetraram pelos rios do Amazonas em busca de escravos indígenas, que só diminuiu esse tráfico de escravos indígenas (mais não acabou) depois de 1680 quando atendendo ao apelo dos jesuítas, reforçado pelos interesses ligados ao tráfico de escravos africanos a Coroa estabeleceu um novo marco legislativo – proibindo mais uma vez a escravidão de índios, cuja nova lei devolvia aos jesuítas a sua autoridade sobre os aldeamentos e sobre a repartição dos forros e em contrapartida a Coroa se comprometia em patrocinar a formação de uma Companhia de Comércio que suprisse o Maranhão com abundante mão de obra escrava africana anualmente.

O resultado de tal situação o da criação de uma nova Companhia de Comércio que estabeleceria o monopólio das drogas do sertão e outras mercadorias, os altos impostos cobrados pela metrópole e a proibição de escravizar novos índios foi o estouro da Revolta de Manuel Beckmann em 1684 que depois o governador expulsando os jesuítas do Maranhão que apesar desde movimento ser duramente reprimido pela metrópole ele alterou novamente a política indigenista para pior, de tal forma que em 1686 o Conselho Ultramarino lançou o “Regimento das Missões” que restituía aos jesuítas com ressalvas o controle sobre os aldeamentos que por outro lado os padres a partir de agora em diante tinham obrigação de criar novos aldeamentos próximos as vilas portuguesas, fornecendo mão de obra barata para a economia colonial.

E mesmo assim o Estado à revelia das leis – o governador Gomes Freire de Andrade em 1689 autorizou que se fizesse novas “tropas de resgate” para a captura de índios “por debaixo das leis” como se diz popularmente, que por volta de 1690 no

Maranhão e Grão-Pará recrudescia a exploração do trabalho indígena que com a expulsão definitiva dos jesuítas em 1759, essa situação apenas ao longo do século tendeu a se agravar ao longo do século XVIII.

Ao longo do século XVIII as “tropas de resgate” para captura de índios cada vez mais, aumentaram saindo de Belém do Pará e São Luís do Maranhão buscavam novas áreas ou fontes para o fornecimento de cativos onde os bandeirantes paulistas, já haviam devassado os sertões do Piauí e do Maranhão, agora abriam novas frentes de apresamento na vasta região Centro-Oeste no que viria a ser as Capitanias de Goiás e Mato Grosso.

Enquanto se descobriam ricas jazidas de ouro e pedras preciosas na Bahia (Chapada Diamantina), Mato Grosso e Goiás e principalmente na região de Minas Gerais, onde o fluxo de escravos africanos aumentou e também impactou a economia e a sociedade colonial, entretanto nas áreas periféricas não tão integradas ao Capitalismo Mercantil metropolitano, como São Paulo de Piratininga e Maranhão-Pará por volta de 1690 ampliava-se a exploração do trabalho indígena, como escravos que só foi abolido por um decreto do Marquês de Pombal.

Vamos agora apresentar um quadro sintético dos grandes massacres e genocídios que os índios brasileiros foram vítimas de 1500 a 1889, quando a República foi proclamada, cujos “dados ou fatos históricos” relativos aos índios geralmente nem sempre estão expostos de forma tão clara nos livros didáticos de História do Brasil, caso este que implica em “omissão de informação” por “falta de informação”, “relaxamento” ou até “preguiça do professor” ou outro motivo qualquer que acorrentam enormes prejuízos para os alunos que deixam de ter uma percepção real dos fatos históricos do passado.

BRASIL: GENOCÍDIO DOS ÍNDIOS – (1500/1889)	
ANO	FATOS HISTÓRICOS
1500	Primeiro contato dos índios brasileiros com os portugueses, assim registrado na Carta de Caminha.
1511	A Nau Bretoa embarcou em Cabo Frio, 35 índios escravizados para Portugal.
1555	É formado a “Confederação dos Tamoias” que foi uma das primeiras articulações de união dos índios da baía da Guanabara e do litoral capixaba, fluminense e paulista.
1562	Para obter “escravos legítimos”, nem de Sá move “guerra justa” aos Caetés, a pretexto de serem pagãos e terem trucidado o Bispo Sardinha (D. Pero Fernandes Sardinha), em 1556.
1609	São instaladas as primeiras Reduções jesuíticas na bacia do rio do Prata de onde vivia a ser a “República Cristã dos guaranis que compreendiam o Norte da Argentina, oeste do

	Paraná, Santa Catarina e principalmente o Rio Grande do Sul e todo o Paraguai que durou até 1750 no caso brasileiro.
1616	Trinta índios Tupinambás são assassinados em sua aldeia em Alcântara no Maranhão, que seria apenas o começo de um grande massacre.
1618	Uma grande repressão contra a rebelião dos Tupinambás de Alcântara e Cumã que resultou no assassinato de mais de 30 mil índios, no Maranhão.
1620	Índios das etnias “barbados”, “Guanané” e “raiose” do vale do rio Munim no Maranhão que são simplesmente trucidadas.
1628/9	Um “exercito” de 3 mil paulistas comandados por Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares atacam as reduções jesuíticas do Guairá no atual Paraná levando 50 mil índios como escravos para São Paulo.
1649	Tem início a repressão contra os índios Uruatis por terem matado 03 jesuítas e 01 irmão leigo no Maranhão.
1654	Tem início a primeira etapa da “Guerra dos Bárbaros”, “confederação dos Cariris” ou “Guerra do Açai” ou “dos Janduis” com uma ofensiva contra os índios Guerén de Ilhéus na Bahia, e outras tribos do sertão do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e áreas circunvizinhas que envolviam tribos do Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco e da Bahia, de todos esses sertões.
1662	A Coroa portuguesa declara “guerra justa” contra os índios Janduis do sertão da Paraíba como um novo desdobramento da Guerra dos Bárbaros cujo termo Guerra dos Bárbaros é um termo tendencioso usado pelos portugueses para caracterizar um conflito em que eles índios e quem estavam lutando pela posse de suas terras legítimas e de outros valores culturais deles.
1671	Os bandeirantes paulistas praticamente dizimam os índios Paiaia e inúmeras outras tribos do vale do São Francisco na região da Bahia.
1671	Em Tremembé no Maranhão os índios Tutóia são violentamente reprimidos pelas” tropas de resgate”, tendo sido o seu líder amarrado a boca de um canhão, que os despedaçou ao explodir, para imprimir medo, terror e submissão de índios que muitas vezes funcionava como um fator de catalizador do ódio contra os brancos ou as vezes a rendição de uma tribo inteira as vezes.
1679	Bento Maciel Parente praticamente extermina os índios Tremembé do litoral do Ceará.
1687	O Governo da Bahia pede que se utilize de todo o poderio bélico contra os índios Janduis (da Paraíba e Rio Grande do Norte) numa nova etapa da “Guerra dos Bárbaros”. As tropas de Matias Cardoso de Almeida e Domingos Jorge Velho que estavam em Pernambuco (Alagoas atualmente) para dar combate aos negros de Palmares, são agora mobilizados para essa nova etapa da Guerra dos Bárbaros.
1692	A Coroa portuguesa assina um tratado de Paz com om Janduis pelo qual os índios reconheceram a soberania portuguesa, em troca da garantia de suas liberdades.
1699	Recomeça a “Guerra do Açú” ou “Guerra dos Bárbaros com o envio de uma expedição militar comandada por Manuel Álvares de Moraes Navaro contra os índios Paicu.

1717	Último grande levante indígena no Nordeste, envolvendo tribos do Piauí, Ceará e Maranhão.
1720	Pascoal Moreira Cabral funda Cuiabá no Mato Grosso, contudo a resistência indígena principalmente do Caiapós, os Guaicurus e Paiaguás que ofereceram enorme resistência.
1721	Os índios “Bárbaros” de vitória do Mearim são massacrados pelas tropas do governo português, isto no Maranhão.
1728	No Maranhão faz-se uma enorme Guerra de extermínio dos índios Timbira.
1729	Belchior Mendes de Moraes extermina 20 mil índios Mano (daí o nome Manaus para a capital do Estado de Amazonas), pondo fim à Confederação do Rio Negro, no Amazonas.
1734/42	Antônio Pires do Campo ataca os índios Caiapós em Goiás, e declara ‘se “guerra justa” aos Caiapós.
1750	O Tratado de Madri transfere para a Coroa portuguesa o território de sete povos das missões, habitada por 30 mil Guaranis. Um exército luso espanhol atacou os índios, para força-los a evacuar do território.
1758	O Marques de Pombal declara a escravidão dos índios em todo Brasil assinado esse decreto em 8 de maio de 1758.
1784	Faz-se as primeiras tentativas de pacificação dos índios xavantes em Goiás.
1787	Os índios Gamela, de Bacabal no foram transferidos para um outro território em Cajari e Penalva que trouxe consequências desastrosas para aquelas populações tribais.
1808	D. João VI declara “Guerra Justa” contra os índios Botocudos de Minas Gerais que só terminou oficialmente em 1911 com a criação do serviço de proteção ao índio.
1808	Índios Gavião, no Grajaú no Maranhão são presos, ferrados e são mandados como escravos para a cidade de Belém.
1809	D. João VI estende a guerra de extermínio também aos índios Botocudos de Goiás.
1815	Acontece em Caxias no Maranhão a primeira “guerra” conhecida no Brasil, quando durante uma epidemia de varíola, as autoridades distribuíram brindes e roupas proposadamente contaminadas para os índios Canelas do Maranhão provocando o contágio em inúmeros outros índios de outras tribos não-canelas.
1832/1850	Eclode no Pará e Amazonas a cabanagem que teve a adesão dos índios Mundukuru, os Mawês, os Tapajês, os Madeira e grupos indígenas do Rio Negro que também aderem a aquele movimento armado.
1835	Eclode na fronteira e entre Alagoas e Pernambuco a “Guerra dos Cabanos” uma revolta de caráter conservadora e restauradora (queria a volta de D. Pedro I ao poder depois de ter abdicado) que defendia os interesses dos Sr. De engenho depois os brancos pobres, índios e mestiços assumem aquele movimento social tornando-o uma guerra popular dos despossuídos. Teve a adesão dos índios de aldeia de Jacuípe, que se revoltavam por estarem sempre utilizados para fazerem trabalhos forçados na capitania (Maceió) com a abertura dos canais da Levada e do Trapiche da Barra (áreas semi-pantanosas a serem drenadas pelos índios.

1853	Os índios Gaviões são atacados pelos brancos e reduzidos a um pequeno grupo de índios sobreviventes aos massacres sistemáticos no Maranhão.
1889	Proclama-se a República e o Decreto nº 7 dos Estados Unidos do Brasil transfere para os Estados da Federação a responsabilidade pelos serviços de - catequese e civilização dos índios.

Fonte: 1) (CARVALHO, 2016, 172/183) 2) (FEITOSA, 2006, p.110/111) 3) (MONTEIRO, 1992, p.13/18)

Os índios do Maranhão distribuí-se em dois troncos linguísticos: Os Gês ou Tapuias e os Tupis que embora tenham passado por todo esse processo de eliminação e resistência das populações indígenas como um todo em que pese a descaracterização de suas culturas, os índios que ainda existem no Maranhão estão representados por nove “povos” indígenas distribuídos pela Amazônia maranhense e vales dos rios, Itapecuru, Mearim, Pindaré, Corda, Tocantins, Gurupi e Turiaçu além de outros grupos menores.

Segundo Mário M. Meireles em sua “História do Maranhão” quando se refere aos índios do Maranhão ele nos diz que: “vencidos nas guerras, espoliados pelas doenças infecciosas e pela fome nestes quatro séculos de colonização desapareceram vários grupos tribais no Maranhão”. (MEIRELES, 1985, p.19)

Diante deste quadro caótico e preocupante exposto acima que demonstra o nível de extermínio físico e cultural que as populações indígenas do Brasil e do Maranhão estiveram expostas há uma pergunta que pareceria “idiota” a ser feita: Ainda existem índios com as suas tribos, sobreviventes no Maranhão atual? Sim, felizmente sim, para a surpresa de alguns e a decepção de outros, que torcem pelo seu desaparecimento total.

A Amazônia maranhense, principalmente a área do alto Turiaçu e adjacências é uma da área que desde os tempos mais remotos, já ela era habitada pelas várias tribos indígenas da etnia Kreje, Kren-ye ou Amanuaye que desapareceram desde o século XIX, supondo-se que eles tinham migrado para o Pará ou que tenham sido realmente extintos o que não se tem nenhuma certeza histórica da confirmação de uma ou de outra das hipóteses do seu desaparecimento por si só, ao que se sabe.

No sul do Maranhão até o final do século XIX habitavam a área do cerrado cerca de 15 tribos bastante populares, formada inclusive pelos Timbiras dos quais apenas 04 tribos teriam alcançado atravessar o século XIX e estar entre algumas tribos hoje remanescentes do Maranhão atual.

A escravidão imposta pelos brancos, os confrontos com fazendeiros, criadores de gado, e latifundiários (plantadores de cana-de-açúcar ou plantadores de

algodão ou tabaco etc.) além dos grileiros e madeireiras, quando não as mineradoras, todos eles são uma ameaça em potencial a vida dos índios como a contaminação dos índios por doenças transmitidas pelos colonizadores (sarampo, catapora, tuberculose, varíola e doenças sexualmente transmissíveis etc.) ou a influência de hábitos e costumes assimilados dos portugueses (como o alcoolismo, o uso da cachaça) que foram juntamente com outros elementos que contribuíram para a morte dos índios do Maranhão”. (FEITOSA, 2006, 105)

MARANHÃO-POVOS INDÍGENAS DE LÍNGUA TUPI			
Grupo	Povo	Ramificação	População
Tupi-Guarani	Tenetehara	Guarajara	9.000
Tupi_Guarani	Tenetehara	Tremembé	170
-	Urubu-Kaapor	-	600
Timbira	Guarani	Apaniekra	20
-	-	Rankokamekra	300
-	Canela	-	800
-	Krikati	-	360
-	Gavião	-	330
-	Timbira da Geralda	-	50
TOTAL DE HABITANTES		11.630	

Fonte: (FEITOSA, 2006, p.112)

Como herança sociocultural indígena ficaram as crenças religiosas, especialmente as de culto pela natureza, alguns ritmos musicais, hábitos alimentares com o uso da farinha de mandioca, o peixe moqueado, o uso do tucupi e do urucum na alimentação assim como o enorme acervo de palavras incorporadas ao português-brasileiro (dos nomes dos lugares- Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Manaus, Maceió, Guanabara, Itapecuru-Mirim, rios ou serras- Pindaré, Mundaú, Pajussara, , Jatiúca ou nome de pessoas- Iracema, Itabajara , Arapoã e outros).

O colonizador embora não tenha conquistado de fato manter os índios em cativeiro plenamente eles perderam a oportunidade de aprender com eles sobre sobrevivência na selva, medicina popular, alimentação de origem indígena, solidariedade e o compartilhamento de tarefas ou obrigações etc.

MARANHÃO: POVOS INDÍGENAS DE LÍNGUA GÊ OU TAPUIA/ MACRO GÊ				
Grupo	Significado	Municípios	População	Nº Residências

Krikati	Aldeia Grande	Lageado Novo, Montes Altos e Sítio Novo	325	55
Pukobije (Gaviões)	Tipo de Tubérculo (Aipim)	Amarante do Maranhão	306	46
Ramka, Kamekra (Canela)	Homem da terra onde há muito Almiscar	Fernando Falcão	718	80
Apaia-Lera	Filho de piranhas	Fernando Falcão	274	34
TOTAL	-	-	1623	215

Fonte: FEITOSA (2006, p.112)

As populações indígenas ainda do grupo linguístico Tupi representados no Maranhão pelos povos: 1) Tenetehara, Guajajara e Tremembé estão eles distribuídos geograficamente entre os municípios de Bom Jardim, Alto Alegre do Pindaré, Barra do Corda e Grajaú com uma população estimada em torno de 6.500 habitantes indígenas 2) Outro grupo indígena também de origem Tupi são os Urubu-Kaapor e Kaapotê (também conhecidos como habitantes da mata) que distribuem-se entre os municípios de Pindaré, Carutapera, Cândido Mendes, Tocantins, Turiaçu, Monção e Santa Luzia que ao todo tem uma população estimada em torno de 527 índios e 3) por último os Guajá (Aná) que viviam nos municípios de Turiaçu e Santa Luzia com uma população estimada em torno de 227 índios, cuja população total daqueles índios do grupo linguístico Tupi no Maranhão são de 7.254 índios em torno do seu território.

Herdou-se uma série de traços culturais indígena na cultura maranhense além da beleza do seu artesanato em barro, corda e palha e algumas comidas e hábitos como “ficar “de cócoras”, descansar em redes ou a sua desconfiança com quem não se conhece e não fazer amizade fácil e as vezes a “cara fechada” que foi uma estratégia de sobrevivência deles mediante o insucesso do relacionamento catastrófico geralmente com o “branco”, “o estranho”, “desconhecido” que lhes trouxeram a morte, o extermínio ou a sua a salvação depender de cada caso ao longo da sua história, já aqui um pouco contada por sinal.

Vamos tentar contar um pouco sobre o processo de exploração e ocupação da região Sudeste do Brasil colonial (que compreende os atuais Estados do Rio de Janeiro, litoral paulista e o planalto Piratininga (hoje cidade de São Paulo) e o litoral do Espírito Santo e Minas Gerais, como se deu essa exploração e como foi o relacionamento entre brancos e índios naquela região tão cheia de conflitos latentes entre os interesses

metropolitanos portugueses, a iniciativa privada, os contrabandistas de pau-brasil e os paulistas com os índios, além de outras circunstâncias históricas atípicas ou locais, que podem definir o processo de construção da história enquanto ciência.

Não podemos esquecer que um dos fatores determinantes para a ocupação da região do Rio de Janeiro e litoral paulista (São Vicente) foi a expedição colonizadora de Martin Afonso de Souza onde se fundou o “engenho do Governador” no litoral paulista e a ação direta do segundo Governador Geral do Brasil Nem de Sá em expulsar os franceses da baía do Governador e fundar o primeiro núcleo geo-histórico que daria origem a cidade de São Sebastião do rio de Janeiro e mais tarde a ocupação do litoral Capixaba e no “futuro” as expedições após a superação ou ultrapassagem da Serra do Mar que era o maior obstáculo natural a ocupação do interior do Brasil , naquela época.

A primeira tentativa de ocupação do litoral do Rio de Janeiro pelos portugueses teria se dado quando: “depois dessa primeira viagem de exploração em 1502 e em 1503 estabeleceram-se na costa as primeiras feitorias em Cabo Frio e no Rio de Janeiro e que Américo Vespuccio na primeira dessas áreas edificou um forte e lá deixado 24 homens e mais 30 companheiros que já estavam em Cabo Frio e no ano seguinte Gonçalo Coelho comandante de outra expedição teria fundado uma outra feitoria na baía do Rio de Janeiro (Guanabara) no morro da Carioca cuja feitoria, depois da partida de Gonçalo Coelho ela teria sido destruída pelos índios Tamoios, que habitavam no Rio Macaé as proximidades de Angra dos Reis”. (BRUNO, 1667, p.16)

Em Abril de 1531 Martin Afonso de Souza “aportou no litoral do Rio de Janeiro, com o seu irmão Pêro Lopes de Souza que registrou no “Diário de Navegação”, todo o percurso da expedição colonizadora dele com o seu irmão, quando naquele “Diário” ele relata que: “como fomos dentro (da baía), mandou o capitão (Martin Afonso) fazer uma casa forte com cerca por derredor; e mandou sair a gente em terra, e pôr em ordem a ferraria para fazermos coisas de que tínhamos necessidade” (BRUNO 1967, p.17) e este arraial se edificou na enseada em que desemboca o Rio Comprido e em paragem que .por meio século se chamou Porto de Martin Afonso.

Entre os rios Mucuri e Itapemirim a chamada Capitania do Espírito Santo que pertencia a Vasco Fernandes Coutinho onde na baía de Santo Luzia se ergueu um acampamento fortificado cujo primeiro nome que se deu ao arraial foi a de Vitória em 1540, que também se chamou de Vila Velha.

A ocupação francesa no Rio de Janeiro, que fundaram em 10 de Novembro de 1555 a França Antártica durante o reinado de Henrique II que conta com a participação do Conde de Coligny (protestante calvinista chefe do partido huguenote) que pretendem encontrar um lugar seguro ou refúgio no Novo mundo, cuja expedição de conquista teria ficado a cargo de Almirante Nicolau Durand de Villagagnon com 600 homens, além dos da própria tripulação onde se fixaram numa barra de um ilha chamada pelos índios de Seregipe (líder indígena), onde também edificaram o “Forte de Coligny”, que criou raízes bastante fortes na baía da Guanabara sob dominação francesa na época.

O próprio Pe. Manuel de Nobrega em correspondência a seus superiores datada de 1557 dizia: “da necessidade de consolidar a ocupação das terras da Capitania de São Vicente, sobretudo em sua porção setentrional (Norte) para além do Forte da Bertioga “que” podia bem ser se o Rio de Janeiro se povoara como sempre se desejou” e em outra Carta correspondência de 1560 dizia que “parece muito necessário povoar-se o Rio de Janeiro e fazer nele outra cidade como a da Bahia ou de São Vicente” (S.P) bem fortificadas e protegidas dos ataques de índios, franceses e piratas (o grifo é nosso) (BRUNO 1967, p.21).

Por volta de 1563 é que o Governo Geral resolveu desenvolver medidas efetivas (definitivas) para a concretização do desejo de realmente afastar os franceses do litoral carioca e fundar um núcleo definitivo cuja expedição ficou a cargo de Estácio de Sá que antes de atacar os franceses e fundar o arraial fortificado foi a Capitania de São Vicente no litoral paulista a fim de reunir maiores recursos aonde 5 navios pequenos partiram do porto de Bertioga conduzindo homens portugueses, índios, mamelucos e colonos vicentinos para dar combate aos franceses e daí refundaram a cidade do Rio de Janeiro ou São Sebastião do Rio de Janeiro pelos portugueses:

... A primeira fundação da cidade do Rio de Janeiro na enseada do “Pão do Açúcar e a pauta “Cara de Cão” edificando-se os primeiros ranchos e tejupares de taipa e uma “casa-forte ou baluarte de taipa e pilão, bem artilhada e coberta de telhas levadas de São Vicente, ... a resistência dos tamoios e de alguns grupos de franceses em Uruçu-Mirim (depois chamado de Morro da Gloria) e em Paranapuçu ou Paranapeçu (Ilha do Governador) do dominados em janeiro de 1567 quando foram arrasados por Men de Sá – que ocorrera em socorro a Estácio de Sá – ficando então a área do Rio de Janeiro por conflito em poder dos portugueses. (BRUNO, 1967, p.22)

Ainda em 1567 decidiu-se pela remoção da povoação de São Sebastião para um outro local mais plano e seguro no atual “morro do Castelo” e bem depois desde fato

no extremo Norte da baía da Guanabara se fundaria também a povoação de Magape, depois chamada de Magé quando foram concedidas as primeiras sesmarias as margens do rio Magé, Suruí, Iguaçu e alto do Macacu cuja principal atividade econômica desenvolvidas naqueles arraiais eram a extração do “pau-brasil, a extração de pimentas nativas e bem mais tarde a cana –de açúcar e a criação de algum gado.

O espaço canavieiro fluminense é um dos mais tradicionais do Brasil, datada do século XVIII e é um dos mais concentrados que está circunscrito ao Norte fluminense e tem em campos cidade de 200 mil habitantes o seu centro urbano dominante, embora encontrem cidades expressivas como Macaé...

... Ao iniciar-se o povoamento do Brasil, os vários donatários procuraram fundar engenhos de açúcar nas proximidades da costa sobretudo onde havia portos naturais, que poderia facilitar o escoamento da produção...

... O povoamento do Rio de Janeiro só se realizaria na metade do século XVI pelos franceses e depois retomada pelos portugueses e incorporada a Coroa (o grifo é nosso) criando-se os primeiros engenhos na Ilha do Governador e no recôncavo da Baía da Guanabara, surgindo canaviais que iriam alimentar pequenos engenhocas de fabricar rapaduras e aguardente”. (ANDRADE, 1994, p.65/9)

A indústria do açúcar no Rio de Janeiro apesar de ser uma das mais antigas do Brasil colonial ao lado de Pernambuco e da Bahia e mesmo a de São Vicente a que Ernani da Silva BRUNO (1967,24) nos informa que “depois de 1535 o donatário da Capitania do Espírito Santo fez edificar ali quatro (04) engenhos de açúcar que chegaram a funcionar e foram depois destruídos pelos bugres (índios) amotinados. Do Espírito Santo ou de São Vicente, a partir de 1538 ou 1539 Pero Góes da Silveira levou mudas de cana e um “oficial de engenho” montando na sua Capitania de São Tomé ou Paraíba do Sul duas (02) engenhocas movidas por cavalos e dez (10) léguas pelo rio Itabapoana acima no grande engenho d’água em 1545”. (BRUNO, 1967, p.24)

Em 1567 Mem de Sá edificou em um outro sítio para se defender em tempos de guerra dizia o próprio Mem de Sá que “escolhi um sítio que parecia mais conveniente para edificar nele a cidade de São Sebastião... e edificar uma cidade grande, cercada de trasto de vinte palmos de largura e outros tantos de altura, toda cercada de muro por cima com muitos baluartes e fortes cheio de artilharia” acrescentada pelo depoimento do terceiro governador geral do Brasil Dom Duarte da Costa que dizia que:

E fiz a igreja dos padres de Jesus, telhada e grande, a cadeia, as casas dos armazéns e para a fazenda, sobradadas e telhas e com varandas, e dei ordem e favor ajuda com que fizessem outras muitas casas telhadas e sobradadas” e a povoação foi se estendendo pelo vale ao longo do mar de sorte que o mar lhe serve de rua principal. (BRUNO 1967, p.27)

Se durante o período de constituição das feitorias a quantidade de colonos portugueses era reduzido se limitando a extrair as riquezas da terra sem uma preocupação maior em se estabelecerem definitivamente na terra, entretanto a mudança de mentalidade se deu também como fruto de uma mudança de “política de Estado” mais especificamente do Estado Português em se definir e agir no sentido de efetivar ou concretizar esses objetivos, de verdade, de colonizar o Brasil de forma efetiva e real.

A fundação da cidade do Rio de Janeiro em caráter definitivo e a guerra dos Tamoios (e a sua eliminação enquanto grupo étnico e cultural) e a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro e seu afastamento do litoral da região sudeste e extensivo também a região sul do Brasil tudo isto teve reflexos sobre o domínio português sobre a navegação, a navegabilidade e a situação geopolítica sobre o Atlântico Sul e até sobre o comércio português com as Índias de forma indireta ou diretamente porque não.

A economia regional se traduziu em atividades coletoras como a do pau-brasil, a pesca e o trabalho nas salinas- a que se acrescentaram a cultura da mandioca para o preparo da farinha, o cultivo da cana e a indústria do açúcar (que só nesta fase passou a ostentar condições de estabilidade e progresso), a criação de gado e algumas indústrias de que a mais destacada foi a construção naval iniciada em pequena escala na zona de Angra dos Reis e se avolumou quando uma Carta Régia de 1660 mandou instalar em Ilha Grande um estaleiro de proporções consideráveis. (BRUNO 1967, p. 40/41)

Algumas etapas da evolução histórica do Rio de Janeiro vamos aqui cita-las de forma o mais breve possível para que possamos ter uma visão geral e simplificada do seu processo histórico.

Em primeiro lugar não podemos deixar de levar em consideração o fato histórico de que a partir de 1567 em diante – época em que começou a se consolidar a povoação de São Sebastião do Rio de Janeiro – começou a ocorrer a ocupação por portugueses e seus descendentes grande parte do litoral da atual região Sudeste do Brasil (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) em uma escala bem maior que anteriormente culminando com a concessão de Sesmarias e o aparecimento de vários aldeamentos indígenas na região pelos padres Jesuítas e de outras ordens religiosas.

Em segundo quando na história administrativa do Brasil ele foi dividido em dois: Governo do Norte/Nordeste do Brasil com capital em Salvador e Governo do Sul do Brasil com sede na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro que teve como Governador Antônio Salema tendo em conta a ameaça de uma grande rebelião indígena que colocava em risco as pequenas vilas de Angra dos Reis, Parati, Vitória do Espírito

Santo, Macaé e outras vilas que começavam a se consolidar, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Região Sudeste: Principais vilas coloniais	
Data	Vila/Estado
1554/60	São Paulo do Piratininga (SP)
1565/67	São Sebastião do Rio de Janeiro (RJ)
1585/7	Guarapari (Espírito Santo)
1593	Povoado do Goutins, hoje Linhares (Espírito Santo)
1608	Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis (RJ)
1611	Mogi das Cruzes (SP)
1615	Nossa Senhora de Assunção do Cabo Frio (RJ)
1625	São João do Paruaíba (ES)
1627	São João de Itaborai
1632	Macaé (RJ)
1629	São Pedro da Aldeia (RJ)
1645	Taubaté (SP)
1651	Guaratinguetá (SP)
1653	Itu (SP)
1657	Cabo Frio (RJ)
1667	Parati (RJ)
1671	São João da Barra (RJ)
1672	Santo Antônio de Guarulhos (SP)
1673	Campos (RJ)
1699	Iguaçu (RJ)

Fonte: BRUNO (1967, p.33/53) e ANDRADE (1995, p. 29/42)

É claro que sabemos que aqui faltam ser incluídas outras vilas importantes fundadas na região Sudeste do Brasil durante o período colonial como Itanhaém, São Vicente (1532) Santo (1543) Cananéia e outras, mais que aqui tentamos apenas retratar um pouco do processo da ocupação territorial da região, onde ainda não estão inclusas as da região de Minas Gerais que serão abordadas depois um pouco mais adiante.

Como já havia sido dito antes- apenas reforçando a informação a respeito da formação histórica de São Paulo – não podemos esquecer que o povoado que mais tarde daria origem a Vila de São Vicente (no litoral paulista) foi ela fundada por Martin Afonso de Souza como “fruto” daquela expedição colonizadora por ele comandada com o apoio do seu irmão Pero Lopes de Souza que também teria ajudado a fundar aquele povoado no litoral paulista que se seguiu a fundação em 1543 da Vila de Santos, fundada por Brás Cubas.

IMAGEM DA IGREJA DE SÃO VICENTE



Figura 3 Fonte: MARIO Zaunu. Oléo sob Tela- 1949

“Vejam” então a riqueza de detalhes do seu processo de formação histórica feita pelo Frei Gaspar da Madre de Deus, em sua obra “Memória para a Capitania de São Vicente”, publicado pela Editora do Senado Federal/Brasília/2010, que assim se referiu à aquela “Capitania” Hereditária dizendo que:

A Capitania de São Vicente muito famigerado noutros tempos, e agora tão desconhecida, que nem o nome permitido conserva para memória da sua antiga existência, foi a maior entre as dez províncias, em que el –Rei D.João III dividiu a nova Lusitânia e também a primeira que se povoou, não obstante (...) alguns historiadores a classificam (o grifo ´e nosso) com a classe das três mais antigas (..) as suas rivais são Pernambuco e Espírito Santo. O comprimento desta Capitania ao longo da costa do mar estendia-se por espaço de 100 léguas, e não de 50 como dizem outros autores sem fundamento nenhum e a sua largura confinada com outras terras de Espanha compreendendo nos fundos um sertão imenso de muitos centos de léguas. A primeira parte mais setentrional era de 55 léguas a partir da Capitania de São Tomé doada a Pedro de Gois hoje conhecida na região como (o grifo é nosso) Campos dos Goitacases cuja porção começava com o rio Macaè, 13 léguas ao Norte do Cabo Frio e vinha para o Sul até o rio Curupacé a 10 léguas de Santo Amaro. O outro pedaço da Capitania (São Vicente II o grifo é nosso) tinha 46 léguas que entrava no Rio São Vicente, isto é no atual rio Bertioga, uma das três barras da vila do Porto de Santos e finaliza 12 léguas ao Sul de Cananéia em uma das três barras de vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. (...) Os intrépidos moradores da Capitania de São Vicente (...) sempre foi predominante a paixão de conquistar e não satisfeitos com povoarem a costa de seu donatário (...) passaram adiante da Ilha de Santa Catarina, onde domingos de Brito Peixoto, natural de São Vicente fundou a ” vila de Alaguno”, estendendo o seu território até “Maldonado”, que fez de posse da Coroa portuguesa”, pelos sertões atravessou a animosidade dos paulistas com indizíveis trabalhos os fundos de todas as Capitanias brasílicas, em cujos domínios depois se afugentaram

inumeráveis gentios, descobriram as Minas Gerais, as de Goiás , as do Cuiabá e as de Mato Grosso e com tudo quanto descobriram os valorosos naturais (ouros e diamantes – o grifo é nosso) das vilas sujeitas á de São Vicente, se reputava parte desta Capitania, chegou á ela apossar-se de quase todos os fundos dos outros donatários. (GASPAR DA MADRE DE DEUS 2010, p.19/22)

Ainda se referindo ao atual Estado de São Paulo durante o seu período colonial não podemos aqui deixar de ressaltar a importância da fundação da vila de São Paulo de Piratininga um pouco mais adiante no Planalto de Piratininga -, com a ajuda de um antigo naufrago português João Ramalho, o apoio de índios seus aliados e dos pobres jesuítas que se fecundariam as vilas de Santo André da Borda do Campo, em 1553 e a de São Paulo de Piratininga, em 1554, está sob orientação e “controle” de um colégio dos jesuítas que daí estenderia a sua ação de coloque-se para as demais tribos indígenas da região de São Paulo e áreas circunvizinhas que seria o local de onde nasceria a atual cidade de São Paulo, Conforme podemos verificar na imagem abaixo retratada:

COLEGIO DOS JESUITAS DE SÃO PAULO



Figura 4 Foto: Mauricio Cardim. Cartão postal, Brasil Turístico/ São Paulo (s.d)

A região de São Vicente (SP) nos primeiros anos de sua formação e consolidação, enquanto núcleo de povoamento da região sudeste do Brasil colonial, não teve a mesma importância econômica proveniente da cana – de – açúcar, quanto as regiões pernambucanas e baianas mais que a visível regional ela foi bastante importante e estratégica geopoliticamente para consolidar o povoamento das regiões sudeste e sul do Brasil na época pelos portugueses, ligando-se esta região também a sua economia de substância, a pequena pecuária e mais tarde a exploração do ouro em pequena escala no início do século XVII, cuja expansão populacional propiciou a fundação das vilas de Taubaté (1645) no Vale do Paraíba, quando os bandeirantes paulistas transpuseram a Serra da Mantiqueira a “caça de índios ou mineiros”, que daria origem a descoberta do ouro na região das Gerais, que consideraria a cidade do Rio de Janeiro como principal porto de expansão de ouro e diamantes do Brasil colonial depois da sua extinção e da construção no século XVIII do “caminho do Ouro” que ligava Minas Gerais ao porto do Rio de Janeiro tornando-o principal cidade da América Portuguesa do século XVIII em diante até a instalação da Corte Portuguesa no Brasil em 1808, onde uma de mudanças geopolíticas mudaram o cenário “do palco”(cidade do Rio de Janeiro), onde uma série de acontecimentos vão transcrever e serem decisivos para a história brasileira, em todos os sentidos: econômicos, sociais, políticos, culturais e até ideológicos.

Da antiga São Vicente por Martin Alouso de Luiza que se consolidou como implantação das primeiras regiões Sudeste do Brasil colonial, por estar situada na região rurais ao Sul do Brasil naquela época transformando-a no porto mais visitado pelas embarcações portuguesas, antes é claro da fundação da cidade e porto de Santos é claro, todo este processo facilitou o seu estabelecimento de relações comerciais com a região do Prata, cujos Vicentinos e mais tarde os paulistas de São Paulo de Piratininga - , em que eles se tornavam especialistas no tráfico de escravos índios – para a região do Prata, provavelmente para serem utilizados nas plantações de erva – mate no Paraguai ou nas próprias minas do Peru e que e que depois se estendeu por São Paulo e todos as demais regiões brasileira, onde a escravidão africana ainda não existia ou não estava totalmente consolidada, convivendo lado a lado com a africana a dependendo da dinâmica de cada processo histórico em si.

A criação do gado que se seguiu a conquistas oficial localização em direção a região Norte – Nordeste do Brasil no apoio de Felipe II e a fundação da Colônia do Sacramento no extremo Sul está relacionada com a atuação correta e afetiva dos bandeirantes paulistas (principalmente) que garantiram a ampliação das fronteiras

coloniais – anteriores e Tordesilhas – que permitiram que o Brasil se estendesse por quase 8 milhões de quilômetros quadrados, tanto em direção ao Sul Rio Grande do Sul quanto o norte (Amazônia), quanto a região centro – oeste do Brasil atual (Mato Grosso, Goiás e etc).

Durante quase três séculos – o bandeirantismo – caracterizou São Vicente e São Paulo de Piratininga envolvendo diversas e diferentes gerações de São Paulo de Piratininga envolvendo diversa e diferentes gerações de São Paulo cujos objetivos se modificaram, o mesmo acontecimento com os bandeirantes paulista que passou por 4 fases: o “bandeirantismo apesador” - que se especializou na caça ou captura de índios para serem vendidos como escravos; 2) o “bandeirantismo do contrato – quando o próprio Estado português ou outra pessoa qualquer contratava os paulistas para acabarem (ou destruírem) com um Quilombo (como o de Palmares) ou com uma rebelião de índios (com a “guerra dos Bárbaros ou guerra do Açú” no sertão Nordeste); 3) “bandeirantismo de caça ao ouro diamantes, também chamado de prospector – quando se fazia um acordo entre as partes com o objetivo de descobrir veios de ouro ou pedras preciosas ou semipreciosas como o que foi encontrado em Minas Gerais e Goiás, principalmente; 4) bandeirantismo de povoamento ou comércio, também conhecido como “monções” – que foram expedições criadas com um ou ambos interesses que se desenvolveu a partir do século XVIII ligados geralmente a atividade mineradora dando origem a região de Goiás Velha e Cuiabá, no Mato Grosso.

Apesar de ter sido uma das primeiras Capitânicas hereditárias a esquecer um engenho de açúcar, São Vicente viu-se desvinculado da economia agro –exportadora colonial baseada na cana - de – açúcar em função da forte concorrência nordestina (Pernambuco e Bahia) e José no segunda metade do século XVI procurava volta-se para o interior procurando uma solução para a sua pobreza – sair a caça de índios e vende-las como escravos os chamados “negros da terra”., que não apenas eram utilizados pelos bandeirantes como mão de obra sua como eram vendidas a outros interesses ao longo de quase todo o período colonial brasileiro, mais que em São Paulo ela predominou praticamente até as vésperas da instalação da economia cafeeira na região. O historiador Caio Prado Junior em sua obra “**Evolução Política do Brasil e outros Escritos**” que se refere a aquele “primeiro momento” da história de São Paulo, no século XVI, dizendo que:

Afazendados em termo da vila, ocupavam-se os homens bons e da governança da terra, em obrigar os seus índios a trabalhar nos trigais milharais, nas plantações de feijão e algodão na fábrica de mandioca e marmelada, de chapéus de feltro grosso e de baetas e na criação de grandes rebanhos. Daí lhes provinha grande tratamento e opulência por dominar debaixo de sua administração muitos contos de índios. (PRADO JUNIOR, 1980, p. 76)

Assim percebe-se que a ideia de abastança e de poder dos colonos se relacionam diretamente com número de “peças” nativas que possuíam. A pobreza paulista, poderia agora ser minimizada aliada a ideia da valorização do índio como trabalhador, despertou nos habitantes da vila de São Paulo de extraordinárias possibilidades apresentadas pelo interior (bastante ajudados pela topografia dos seus rios e do seu relevo bastante povoado por tribos nativos), que eram potencialmente a serem transformados em trabalho escravo servil.

A partir do século XVIII, os colonos de São Paulo passavam a impor uma distância – geografia e social – entre os índios que aprisionavam e as sociedades das quais estes escravos se originavam. De fato (...) a introdução de milhares de cativos suscitou a elaboração de uma estrutura ideológica e institucional capaz de ordenar as relações entre colonos e índios. Por outro lado (...) a vivência dos cativos na sociedade colonial também contribuiu de forma significativa para a construção histórica de escravidão indígena. Nesse sentido, é importante lembrar que a estrutura de denominação que caracterizou a sociedade paulista do século XVII foi marcada pela presença ativa dos índios, que por seu termo, enfrentaram a subordinação colonial e o cativo de forma múltiplas – mesmo contraditórias - construindo uma dimensão pouco explorada da história indígena o choque do contato, agravado pelos sertões das doenças infecciosas, enfraqueceu e desarticulou as sociedades indígenas, mas a muitos índios que sobreviveram ficaram sujeitos as diversas modalidades de dominação, mas não desapareceram do sertão ao pecado, de índio a escravo, este foi o caminho percorrido pela maioria deles. (MONTEIRO, 1994, p. 154)

Assim São Paulo pelas suas condições naturais pelo seu litoral relativamente acidentado, dispor de uma barreira natural chamada de Serra do Mar, já transporta quando da Fundação de São Paulo de Piratininga (1554) e Santo André da Borda do Campo (1553) e que separa o litoral do planalto, é justamente esta a depressão periférica e o ocidental que os levou a bacia do rio Paraná (onde correm rios que cortam o território paulista como o Tiete, o rio Grande e o Paranapanema) que abriu caminhos para a “conquista dos sertões”. E foi por São Paulo ser a vila mais interiorana, afastada do litoral, que se abriram três grandes passagens matéricas, em direção ao interior do Brasil. 1) a “passagem rumo nordeste”, pelo vale do Paraíba como “rota das expedições para Minas Gerais e ao mesmo tempo uma rota rumo ao rio São Francisco para o norte e nordeste do país. 2) a “passagem para o norte” de São Paulo que por campinas e Mogi – Mirim atingia

a região de Goiás, e pela região de Atibaia e Bragança Paulista chegava-se ao sul de Minas. 3) a “passagem em direção ao sul e sudoeste” de São Paulo que atingia Sorocaba e Itapetininga da Serra, além do “caminho do mar”, antiga trilha indígena que foi durante muito tempo a principal via de transporte e comunicação entre São Vicente e a região que ficava acima da Serra do Mar.

A grande diferença entre o chamado por alguns historiadores de bandeirantismo defensivo do século XVII e o bandeirantismo ofensivo do século XVIII é que o “defensivo” capturava índios mais para o seu consumo interno (da capitania de São Paulo), enquanto que o “bandeirantismo ofensivo” ele se ampliou por todas as partes do território brasileiro e acima de tudo aumentou o seu nível brasileiro e acima de tudo aumentou o seu nível de especialização e satisfação quando o 7º Governador Geral do Brasil (1591/1603) D. Francisco de Souza convicte da existência de riquezas minerais pelo interior do Brasil, incentivou a penetração e disciplinou as expedições sertanistas que deveria agora contar com a presença de militares ouvidores – de campo, escrivães, padres e um roteiro pré- estabelecido de viagem. Foi neste período, em que intensificou - se o ataque dos bandeirantes as missões jesuítas do sul do Brasil colonial norte da Argentina e Paraguai. O bandeirantismo de apressamento direcionado as missões foi o resultante da transformação do índio em uma “mercadoria” altamente valorizada”

Cidade de São Paulo: “Monumento às Bandeiras”



Figura 5

Vitor Brecheret. Cartão Postal Comemorativo aos 450 anos da Cidade de São Paulo, em 2004.

Nas áreas açucareiras do nordeste brasileiro em consequência dos holandeses precisariam de uma grande quantidade de escravos para “tocar” a produção no norte do Brasil até a ocupação de Angola pelos holandeses que só assim pudessem assegurar plenamente o abastecimento de escravos africanos para os trabalhos nos engenhos.

Por volta de 1618, calcula-se que no Rio de Janeiro, o preço de um índio equivalia ao preço de 1/5 (um quinto) do valor de um escravo africano, que tudo isso ficava a depender da disponibilidade de índios (no mercado interno) de trabalho de captura dos bandeirantes e do preço (do trabalho escravo) nos mercados de venda de escravos espalhados pelo Brasil e do percentual de lucro dos tumbeiros ou traficantes de escravos africanos, que e quem determinava o seu preço final.

Com o enfraquecimento do bandeirantismo de apressamento de índios os paulistas passariam a ameaçar outras tribos indígenas mais interioranas de Mato Grosso, Goiás, interior do Maranhão e Amazônia como o bandeirante Antônio Raposo Tavares que entre 1648 a 1652 inteirou-se pelas matas, campos, cerrados indo bater no Paraguai, volta a Itatim atinge os contrafortes dos Andes e chega finalmente a bacia Amazônica até chegar próximo à cidade de Belém do Pará.

Quanto ao “bandeirantismo de contrato foi eles articulado como um braço armado ou militarizado da colônia levando em conta o conhecimento e a larga experiência dos bandeirantes no combate á índios arredios ou negros aquilombados como na “guerra do Açú” ou “guerra dos bárbaros”, ou nas “guerras contra Palmares ou outros mocambos no Rio das Mortes ou em outros quaisquer mocambos.

Já o “bandeirantismo prospector” foi ele mais incrementado quando entra gradativamente em declínio o bandeirantismo apresador na segunda metade do século XVIII estimulando a que se constituíssem na busca ou cota do ouro ou pedras preciosas ou semipreciosas, uma vez que isto era incentivado pela própria Coroa portuguesa interessada em encontrar ouro no Brasil.

Portugal via nesta possibilidade uma alternativa para solução para a sua grave crise econômica financeira que ele passou, cada dia mais grave em função da perda do monopólio português do açúcar e das dívidas que Portugal tinha contraído com a Holanda e a Inglaterra.

Das expedições de caça ao ouro merecia destaque a expedição do bandeirante Fernão Dias Paes que parte de São Paulo em 21 de julho de 1674 que explorou por 7 anos

toda a região centro – sul do país – das cabeceiras do rio das Velhas, rumo norte até a zona do Cerro Frio sem terem encontrado nada de ouro ou pedras preciosas.

Só na última década do século XVII e início do século XVIII novas bandeiras percorreu todo o interior de Minas Gerais até descobrir Ouro em Sabará, Ribeirão do Ouro, Tripui, em catequese e na região do rio das Mortes também.

Em 1718 a bandeira de apresamento de Pascoal Moreira Cabral que estava no rio Cuiabá no atual Estado do Mato Grosso acabou encontrando ouro por acaso nas margens do rio Coxipó – mirim e em 1722 Bartolomeu Bueno da Silva três anos depois rumo ao sertão oeste descobriu também acidentalmente ouro na região de Goiás Velho ao passo que em 1729 seriam descobertos diamantes nas cabeceiras do Vale do rio Jequitinhonha ou Minas Gerais e é em termo deste processo histórico que praticamente se dar início ao processo de colonização e ocupação do território mineiro que passaremos a falar em pouco a partir de agora.

Praticamente ao que sabe historicamente foram os bandeirantes paulistas naquilo que se denominou pelos historiadores de "bandeirantismo prospectador" incentivadas pela Coroa portuguesa que se teve início o processo de descoberta e ocupação sistemática do território mineiro de outras áreas ao redor de Minas Gerais ou mais próximas a ela por uma identidade própria que se foi construindo e constituindo a partir da extração e exploração do ouro, diamantes e pedras preciosas e semipreciosas.

Estudos feitos por historiadores e economistas Caio Prado Junior e outros revelam que “nos primeiros 70 anos do século XVIII Brasil como colônia portuguesa da América do Sul teria produzida praticamente a mesma quantidade de ouro o restante da América Espanhola no período compreendido de 1493-depois da chegada de Cristóvão Colombo até 1850 o que na realidade teria esta quantidade correspondente proporcionalmente a 50% da população Europeia mundial entre os séculos XV e XVIII o que em outras palavras se diz que "nunca se "roupou" ou se apropriar tanto o Estado português do ouro do Brasil que serviu para consolidar os usos, abusos e extravagâncias do reino em nome da nossa miséria" – (o grifo é nosso).

Esses dados históricos aparentemente "inocentes", que de inocente não tem nada, nos permite fazer ou melhor dizendo melhor compreender uma relação ou forte convicção histórica entre o ouro do Brasil, o endurecimento externo de Portugal para com os ingleses e os benefícios que a Inglaterra obteve antes e depois da assinatura do Tratado de Methuen, quando Portugal repousava um porcentual do ouro extraído do Brasil para pagar a suas dívidas com a Inglaterra além do que saiu daqui via contrabando que também

acabou indo para a Inglaterra. Como o "vinho do Porto" não era em valor monetário o suficiente para abater a dívida externa portuguesa foi então o ouro do Brasil que cobriu o rombo (com o "roubo" do ouro do Brasil) das contas públicas portuguesas. Por alguns séculos.

De acordo com a política mercantilistas o metalismo (extração de ouro e pedras preciosas) - não deveria ser a metrópole a única beneficiária a lucrar com o ouro de sua colônia? Qual teria sido a contribuição econômica e histórica da mineração para a própria colônia, o que isto trouxe de benefício ou possíveis danos ou prejuízos ao que se sabe. No que isto impactou inclusive o próprio secular tráfico de escravos africanos? No que isto alterou o modelo "monocrático" de ocupação do território brasileiro, também?

As primeiras notícias a respeito dos achados auríferos dos bandeirantes paulistas realizados entre 1693 a 1695 rapidamente se espalhou por toda a colônia como "fogo em barril de pólvora" como diz o povo.

Tão logo tomaram conhecimento do fato milhares de aventureiros, em geral em grandes recursos financeiros procedentes de todas as partes do Brasil, Portugal a até estrangeiros, rumaram em direção as minas das Minas Gerais e áreas circunvizinhas ou até equidistante onde tivesse ouro ou pedras preciosas ou semipreciosas. Todos eles tinham um objetivo em conhecer, encontrar ouro, ficarem ricos e saírem da miséria ou pobreza, enfim teve a chance de eleva-se na escala social que só o ouro poderia possibilitar esta ascensão social meteórica.

Segundo a historiadora Adriana Romeiro em sua obra "Paulistas e Enboabas do coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVII", publicado pela Universidade Federal de Minas Gerais, quando se refere no seu primeiro capítulo acerca do "**O Negócio das Minas: As minas entre o céu e o inferno**", quando ela diz que:

Em fins do século XVII, a tão almejada descoberta do ouro nos sertões das Cataguases tomou Portugal de surpresa. Bem diferente do que afirmavam alguns historiadores, e evento suscitou receio e tornou nos dois lados do Atlântico, afigurando-se às autoridades, funcionários e conselheiros régios uma série ameaça ao domínio português na América Portuguesa. Do ponto de vista político, temia-se que as riquezas recém descobertas viessem a se transformar em alvo de cobiça de nações estrangeiras, que cobiça de nações estrangeiras, que não hesitaram em invadir e assaltar os portos marítimos em busca do ouro. Teria Portugal como resistir a inimigos reconhecidamente como superiores belicamente no plano naval? ou então qual o destino verdadeiro destas riquezas a mal aportarem no Tejo e dali seguirem para a França, Inglaterra, Holanda ou a Itália em pagamento as volumosas importações que Portugal fazia, fortalecendo o poder bélico das potências rivais? Tamanho era o desequilíbrio das finanças de Portugal que um observador experimentando como o inglês

Thomas Maynard já havia notado que em 1671 "todo o açúcar chegado este ano acrescido de todos os outros artigos que deste reino tem para exportar, não dá para pagar a metade das mercadorias por ele importadas, pelo que todo dinheiro do reino se escoaria para fora dentro de poucos anos. No plano interno não eram menores os dilemas. A corrida em direção ao ouro ajuntaria uma multidão vaga e tumultuária numa região fora do controle da Coroa encravada no "meio do sertão" distantes e inóspito, que bem poderia formar uma República independente como Genebra ou Rochela, a desafiar o poder de El-Rei ou o que seria pior," tal gente rebelde poderia vir se associar com o inimigo externo, minando de vez a autoridade régia. Teria a Coroa condições de estabelecer a rápida colonização de terras tão longínquas, montando ali um governo capaz de conter os arroubos de tal gente tão inquieta? Do ponto de vista econômico, o empreendimento pareceria arriscado, por não se saber a extensão dos achados auríferos nem a quantidade dele ou se ele não iria despencar o preço do ouro em Portugal e no Brasil" (ou quais os efeitos que eles poderiam provocar na vida das pessoas ou na economia da época". (grifo é nosso). (ROMEIRO, 2008, p.35)

Essa verdadeira "corrida do ouro" até então nunca vista por aqui pelo Brasil foi apreendida por André João Antonil, que assim registrou em sua obra "**Cultura e Opulências do Brasil**" quando se referiu ou "rush" provocado pelo ouro isto em 1710, quando ele escreveu: "A sede insaciável do ouro estudou a tantos a deixarem a suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que anualmente lá estão (...) das cidades, Vilas, recôncavos e sertões do Brasil, não brancos, pardos e pretos e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e cléricos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não tem no Brasil [...] Ambição pelo ouro também "contaminou" a população até do Reino Português, quando Antonil nos deixou o testamento de que "cada ano, vem frotas quantidades de portugueses e de Estrangeiros cada vez maior para passarem nas Minas ou lá se fixarem.

Um estudioso do assunto fez um cálculo aproximado, é claro, que teria entrado em média por ano cerca de 3 a 4 mil pessoas durante a "Corrida do Ouro" apenas por portugueses, o que na época correspondia em média a metade da população de Portugal situação chegou tal ponto de descontrole daquela imensa massa humana que mudaram para a região das Gerais, que a Coroa por volta de 1720 limitou drasticamente a quantidade de pessoas a emigrarem para o Brasil determinando que apenas daquela data em diante, só seria permitido a vinda de pessoas para o Brasil mediante uma autorização por escrito da Coroa como se fossem um passaporte, para aquela época.

Quem realmente descobriu primeiramente o ouro das Gerais?

Poema Canto Mineral de Carlos Drummond de Andrade:

E as esmeraldas, minas, que matavam, minas, que matavam de esperança e febre e nunca se achavam e quando se achavam eram verde engano?

Segundo a historiadora Paula Vergueiro em sua obra “**Opulência e Miséria**” **das Minas Gerais** da “coleção tudo é história” da editora brasiliense publicado em 1981, volume 28, assim apresentou a sua argumentação para falar de quem foi o pioneiro pela descoberta do ouro na região das Gerais:

Reza uma tradição que alguns dos companheiros de Fernão Dias, desertando da bandeira e entrando pelos matos e serrarias das Gerais, acabou encontrando ouro. Entretanto é o Antonio Rodrigues Arzão, paulista também que parece caber, mais do que aos outros, a descoberta do primeiro ouro das Gerais – em 1693 andava ele apressando índios no sertão da Casa da Casca da anta quando deparou com um ribeiro que lhe pareceu conter cascalho aurífero. Experiente, como tantos outros paulistas, em vértice da atividade mineradoras que desenvolvera ou em Curitiba e Paranaguá extraiu do regato três oitavas de ouro sendo ele obrigado a interromper o trabalho devido ao ataque dos índios da região. Quando voltou a São Paulo começou a descoberta ao concunhado - Bartolomeu Bueno da Silveira – que (...) não perdeu tempo organizando, uma bandeira a descobrindo ouro em Itaperava, cuja notícia se espalhou até chegar aos ouvidos da Corte”. (VERGUIERO, 1981, p. 14/15)

No primeiro momento a região das minas foi caracterizada por um número exagerado de crime, assassinatos, deserções indo desde as crises de abastecimento de alimento (fome generalizada), a carestia dos alimentos e outros viveres onde só de São Paulo vieram aventureiros (paulista ou não) onde nos portos de Santos, Vicente ou do Rio de Janeiro muitos navios foram particularmente abandonados pela tripulação ou pelos seus marinheiros a que os trabalhos nas minas parecia mais promissor ou vantajoso do que se submeter as arriscadas travessias oceânicas onde os comandantes desesperados podiam fazer a não ser comunicar estas situações a El-Rei. Os soldados também desertavam para as minas cujo Rei ordenou que se eles fossem capturados deveriam ir para as galés ou trabalharem na construção de fortificações e trazer “calceta e grilhões nos pés”.

A partir de 1705 se intensificou em escala de Vulto o povoamento da região mineira e que neste ouro a Coroa Portuguesa suspendeu as medidas antes tomadas de impedir a entrada de “estranhos” no território das minas que segundo Antonil observava que “cada ano vem nas frotas quantidades de portugueses e estrangeiros, para passarem as minas. Das cidades, vilas e

recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos pretos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos, pretos e muitos índios, de que os paulistas se servem. Das rivalidades entre reinos e brasileiros de outras regiões, de uma parte, e de outros paulistas- que haviam sido descobridores das minas de ouro – resultou o conflito conhecido pela denominação de “Guerra dos Emboabas (BRUNO, 1968, 53)

Não podemos aqui deixar de registrar o fato de aquele território que hoje corresponde ao Estado de Minas Gerais, ele teria sido habitado há milhões de anos atrás por várias populações pré-históricas e por índios que mesmo devassado ou varrido pelos bandeirantes paulistas ainda assim aquelas populações nativas resistiam a ocupação de seus territórios para que não se fique a pensar que eles não existiram na história do Estado de Minas Gerais.

Quais os caminhos que se tinham para chegar a região das Gerais ou da mineração?

Como a região das minas ficavam a grandes distancias do litoral e nos primeiros tempos da “Corrida do Ouro” ou “rush” só podia a região ser alcançada por dois caminhos: 1) o caminho geral do sertão e 2) o caminho do Rio São Francisco indo da seca faz em direção a sua nascente na Serra do Canastro e Minas Gerais.

O caminho geral do sertão na verdade era uma velha trilha, que era bastante utilizada pelos bandeirantes paulistas” para entrar ou sair de São Paulo que acompanhava toda a região do curso do rio Paraíba através da Serra Mantiqueira que abençoava a região norte do Rio Grande onde existe um bifurcação onde uma trilha levava ao Rio das Velhas enquanto que o ouro se dirigia ao Vale do Rio Doce.

O segundo caminho que corria paralelo a vargem direita do rio São Francesco ao qual se chegava vindo da Costa ou litoral pelo “porto de cachoeira no Recôncavo” baiano.

Como o caminho do Rio S. Francisco era mais longo, mais em compensação, atravessa em terreno menos ondulado, onde o obstáculo maior era ultrapassa a Cachoeira de Paulo Afonso onde o viajante encontraria uma maior facilidade de obter água e alimentos, através das inúmeras fazendas de gado que estavam espalhadas ao longo das suas margens.

Esse caminho acabou se transformando na mais importante via aquática e de comunicação das Gerais com o litoral brasileiro. Era por ele que se chegava a Chapada Diamantina (na Bahia) e a outros campos auríferos onde a maior fonte de suprimentos

(alimentos), sobretudo a carne como também o maior número de pessoas procedentes em sua grande maioria da Bahia.

Esse mesmo caminho – do rio São Francisco seria desbravado não mais por bandeirantes, mais agora por cientistas no século XIX que fizeram importantíssimas descobertas geográficas, botânicas do “modo de ser ribeirinho” que se transformou em relatórios, livros, mapas, e desenhos, com a participação de cientistas da parte de um francês Emmanuel Lais, de um alemão Heinrich Halfeld, os bavareses Johann Baptist Von Spix e Carl Von Martius, o francês Auguste de Saint Hilaire e o engenheiro inglês Richard Buston todos no século XIX.

O que aqui registramos é o olhar de cada um deles sobre a região do São Francisco para que possamos melhor entender a importância e sentido histórico daquela região para Minas Gerais e para o próprio Brasil:

O engenheiro alemão Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld descreveu o povoado que encontrou no norte de Minas de onde partiria para uma viagem de 2 anos (1852/1854) encarregado pelo governo imperial do Brasil para traçar o primeiro estudo aprofundado do rio São Francisco com mapas e relato que mesmo não possuindo coordenadas geográficas mais elaboradas em escala rigorosa de pontos do seu território ribeirinho apresentam pela primeira vez um mapa do rio São Francisco que está contida no “Atlas e Relatório concernente à exploração do Rio São Francisco, desde a Cachoeira de Pirapora até o oceano quando ele referiu-se “ a povoação de Pirapora é composta de 30 a 35 casinhas cobertas de capim ou palha de coqueiro, habitadas por uns pescadores e suas famílias, que se ocupam de apanhar peixe, secá-los ao sol sobre varas e vendê-las às tropas. As tropas levam o peixe para as cidades, vilas, arraiais e serviços de mineração do distrito de Diamantina”. MONTEIRO (2017, p. 10)

O Capitão inglês Richard Francis Burton que falava 29 línguas e muitos dialetos andou pela Índia, África, Oriente Médio, pisando em lugares nunca vistos por um europeu na sua época, assim ele refere-se ao Rio São Francisco em sua obra “ **De Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**” (1865) de onde partindo de canoa do Rio das Velhas e subindo ou descendo até levantar o mar sobre um ajouço em que fez a viagem que ele escreveu “jamais vi embarcação tão decrepita, semelhante a uma carroça de cigarros flutuantes” cuja travessia foi dura, marcada e até tempestades, dizendo que: “Há algo de majestoso no aspecto de São Francisco, cujas águas turvas, aqui se elevando, até se abaixando, acolá correndo em silenciosa grandeza, espalhadas pela brisa suave e

refletindo o ouro e o azul do céu, assumem um aspecto enraiva decido, triste e implacável quando algum obstáculo de excepcional importância barra o seu caudoso curso”.

Ele conviveu com a população ribeirinha trazendo para o seu relato personagens de “carne e osso” quando em Juazeiro enxergou alusões civilizações nas roupas velhas francesas de um barqueiro do rio São Francisco, em remorso bebeu cerveja que era algo inimaginável encontrar no sertão e em Carinronha encontrou um médico que lhe cedeu um sofá para ele dormir mais confortavelmente.

E aqui vamos encerrar a nossa discussão a respeito de trechos do rio São Francisco finalizando-o e incluindo o olhar dos naturalistas Johann Baptist Von Spix e Carl Voan Martius que teriam desembarcado no Rio de Janeiro, como parte da comitiva da Princesa Imperatriz do Brasil cuja expedição de Spix e Martius tinha como destino final a Amazônia (que eles não chegaram a ir mais eles passaram 3 anos coletando plantas, animais artefatos indígenas e produzindo desenhos, gravuras de metal, citografia e diários de viagens que tudo isto ficou registrado no livro “ Viagem pelo Brasil” de Spix e Martins que assim teriam se referido ao rio São Francisco: “ Cheios de alegria avistamos o São Chico passar suas ondas espelhantes em majestosa calma diante de nós. Depois de tantas atribuições e desenvolturas, a margem do abençoado rio hospitaleiro”.

Não teriam eles se limitado a descrição da toxonomina e a botânica das plantas medicinais e não medicinais a respeito da fitogeografia, estudaram a etnografia, as línguas e costumes indígenas além dos incontáveis desenhos da flora, fauna e do povo ribeirinho e também andando pelo Sul, sudeste, parte do cerrado brasileiro e pelo vale do São Francisco (alto São Francisco) no trecho de Minas Gerais.

Voltando a temática que estávamos a discutir anteriormente sobre as caminhos das Minas, além do Vale do São Francisco (que procurávamos ampliar em pouco mais a discussão fugindo um pouco da temporalidade) também vamos verificar que do caminho Geral do Sertão que era mais curto o do rio São Francisco porém era ele o mais difícil e íngreme, miais montanhoso e que em determinados trechos – tão estreitos – que só podia ser percorrido por pedestre ou por cavalos e mulas de PIS fortes que poderia descer desfiladeiro abaixo ou subindo-o e por volta de 1700 criou-se o caminho velho que ligava essa trilha ao porto de Parati de onde por navegação chegava-se ao Rido de Janeiro. Muitos anos depois foi aberto um outro caminho que passou a ser conhecido como” Caminho novo” que ligava por terra o Rio de Janeiro a cidade paulista de Pindamonhangaba e á partir daí seguia o roteiro do Caminho Geral do sertão antigo.

A partir de 1702 a coroa portuguesa decretou que se fechasse o caminho do Rio São Francisco permitindo apenas o uso do “Caminho velho” ou “do novo” para o transporte do ouro cujo porto de recepção do ouro era o Porto do Rio de Janeiro, enquanto que o porto de Salvador acabou e transformando no principal porto de escoamento de ouro contrabando do Brasil cujo “caminho do São Francisco”, só estava autorizado pela Coroa para o transporte de gado, vivereis, escravos para a região das gerais. E não mais ouro ou pedras preciosas, pelo menos legalmente.

Os depósitos auríferos de aluvião foram encontrados nas margens ou leitos dos rios misturados com cascalho quase á “flor da terra” constituindo-se por meios de grandes extensões mais de pequena profundidade o que facilitava a sua extração.

Nos primeiros tempos de extração puderam se realizados sem grandes recursos ou investimentos exigido apenas uma simples “bateia” ou “cuias” em que os pequenos produtores envolvidos nas “fisqueiras” formadas por um minerador e alguns escravos, cuja superioridade na produção de ouro estava ela concentrada nas lavras que tinham de 50 a 100 escravos trabalhando para um só garimpeiro.

Como o ouro de aluvião tendia a se esgotar rapidamente á medida em que a extração do veio principal de ouro exigia mais recursos (capital) e tecnologia que as “fisqueiras” não possuíam ou elas se mudavam para outras áreas e aquela antiga área passava a ser explorada pelas “lavras” e assim sucessivamente.

Os grupos humanos que se deslocavam a procura do ouro procuram se fixar em áreas que dispusessem de algum “veio mais rico”, de exploração mais continua o que possibilitou formação de pequenos arraiais que cada dia a mais recebia povos contingentes humanos interessados em mineira, cuja os Arrais passavam a funcionar como centros de atração de novas pessoas e de crescimento.

Apesar das diferenças entre as lavras e as fisqueiras havia entre elas algo em comum que era a concentração de todos os recursos (de capital e de mão de obra) disponíveis na exploração do ouro, porque ambas tanto lavras como fisqueiras dependiam da “sorte (algo não totalmente controlável) cuja produtividade era oscilante e temporária.

Como a população das minas só pensava em ouro o dia todo e o tempo todo, sem pensar em outra coisa facilmente se difundiu o boato de que o solo das Gerais não servia para trabalhos agrícolas, principalmente no período inicial da instalação dos garimpeiros que a região foi abalada uma grave crise alimentar - de carência aguda – principalmente

entre 1697/8 e 1700/1. A fome e a morte passavam a fazer parte mais afetivamente da vida dos mineiros.

Os aglomerados mineradores formaram-se rapidamente, devido ao fluxo repentino de grandes levas humanas. Sendo assim, não havia roças de alimentos que bastassem para atender a substância daquela quantidade de gente a ainda não se passava o tempo necessário a formação de um complexo abastecer da legião que se ia devassando crises de fome que chegaram a atingir proporções catastróficas, os mineiros morriam à míngua “com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento” como disse o Jesuíta Antonil. Em decorrência da terrível escassez de gêneros os poucos que conseguiam entrar na zona mineradora alcançavam preços fantásticos, as minas passando ser, por quase todo o século XVIII o centro da inflação da colônia. Os gatinhos chagaram a ser vendido muito caro devido à enorme quantidade de ratos existentes nos arraiais auríferos... A fome provocou o abandono de inúmeras arraiais como o de Ribeiro do Carmo e o da Serra de Ouro Preto. Depois disso as lavras auríferas passaram a ter roças de mantimentos, procurava aumentar a criação de animais domésticos necessários à vida e foram três os centros de abastecimento das minas durante o século XVIII, onde São Paulo Fornecia milho, trigo, marmelada e frutas em geral além dela servir também como entreposto do gado, cavalos e burros que vinham do Rio Grande do Sul. Da Bahia vinha escravos, gado, e mercadorias que vinham da Europa como tecidos, ferramentas, sal e ferro e do Rio de Janeiro vinham escravos e produtos de luxo vindos da Europa como veludos, vidros e louças e etc.” (VERGUEIRO 1981, p. 18/20)

A situação de subnutrição e fome era tão aguda que o governador do Rio de Janeiro informava ao rei de Portugal que em 1698 que a carência de mantimentos era tão crítica que “muitos mineiros tinham sido obrigados abandonar suas jazidas de ouro e estavam errantes pelos matos com seus escravos, em busca de caça, peixes ou frutas, a fim de se alimentarem” mais mesmo assim com todas essas dificuldades havia em média umas 30 mil pessoas na região “das Gerais” concentradas no “Rio das Mortes” no distrito que rodeava o morro, no lugar do Ouro Preto e do Ribeirão do Carmo e na região entre um local e outro existia um imenso vazio demográfico.

Assim é provável que tenham se povoado os Arraiais de Antonio Dias, no Tripé (núcleo de Vila Rica ou Ouro Preto); de Mariana no Rio das Velhas; ou Sabará de Santa Barbara do Bom Retiro; de Conceição do mato dentro, de Prados; de Porto Real da passagem e em seguida são João Del Rei; do morro do Pilar, de Piranga, ao mesmo tempo que outras povoações começaram a se esboçar dos caminhos da costa (das áreas fluminense e paulista) para o povo de mineração como o de Alterosas (que nasceu de um alojamento de tropeiros) com a denominação de São Joaquim Serra Negra, o de pouso alto, Balpendi e o de Aiuruoca situados a sudoeste ou extremo sul do território mineiro e o Arraial de morrinhos no extremo norte de minas depois denominado de “conceição dos morrinhos”, a margem do Rio S. Francisco. Foi no período de corrido de 1675 (quando se estabeleceu em minas gerais os primeiros arraiais) devendo-se assinalar que em 1679, por ato do governo de Lisboa estabeleceu que as capitânicas do Sul do Brasil passariam a ficar subordinadas ao governo do Rio de Janeiro já que esse fundamento não se possível sem essa

subordinação de escutarem as ordens reais para firmarem os direitos de Portugal sobre imagem esquerda do Prata. (BRUNO 1968 p. 49/50)

No fim do século XVII os campos de Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Ouro Preto e Sabará já eram prosperas povoações. Um arraial nascia geralmente da improvisação embora que ia assinando outros contornos quando se construíamos capelas ou igrejas, as primeiras barrocas de comércio de pau-a-pique ou taipa que iam sendo substituídos pela alvenaria (tijolos ou pedra) além da possível junção de Arraiais vizinhos que se tornaram um só “que se estendiam pelas colinas acima e que depois desceriam para os seus vales, como o que teria acontecido com as cidades mineiras de Ouro Preto, Sabará e São João D’el Rei.

Cada vez mais a região das Gerais passou a se transformar no centro canalizador da economia colonial, afetando até outras regiões do país no sentido de acelerar um processo inflacionário no preço de todos os produtos de consumo diários (mantimentos) e até de escravos, assim como, o deslocamento de técnicas, artistas e artesãos, a procura de melhores empregos foram se fixar nas regiões minerais em detrimento do esvaziamento destes e de outras profissionais em outras capitânicas do Brasil até o declínio do ouro.

Quando se iniciou a extração do ouro nas minas havia na região de Taubaté (São Paulo) uma “casa de fundição”, instalada em 1695 que era a mais próxima da região das Gerais, cujas mineiros deveriam trazer “seu ouro em pó” ou pepitas que se seriam transformadas em barras cuja quinta parte do seu valor iria para a Coroa. O cumprimento da lei ficava a dever ou depender da honestidade pessoal de cada pessoa e da penosa (difícil) viagem da mina onde o ouro foi explorado ou extraído até o processo de fundição, colocando a sua vida em risco de assaltos ou assaltantes, que estava isto possível de acontecer também.

A maior parte dos mineiros fugiram geralmente do poder do fisco real, que em sua maioria sonegavam os impostos, usando-os para comprar artigos que eles julgaram necessários para a sua sobrevivência ou deleite pessoal ou de outros até mesmo compravam equipamentos ou escravos para trabalharem nas minas.

Apesar da crise geral de abastecimento que afetou não apenas a região das Gerais em decorrência da exploração aurífera, essa região foi se transformando no polo dinâmico da economia colonial e dado a sua extrema dependência com relação a outros setores produtivos da economia colonial tanto de alimentos como de bens e serviços ela também como outro catalisador e polarizar que acabou por exigir a aquisição de um mercado

interno mais diversificado e dinâmico tornando-o contribuiu para que acontecesse um processo de distribuição para todos ganhavam de forma direta ou indireta com a mineração.

A primeira atividade econômica que se beneficiou da instalação das minas auríferas foi a pecuária nordestina que fornecia carne para as minas em função dos rurais de gado estavam para as minas em função dos currais coroa desejando diminuir a dependência de minas da pecuária nordestina – e também coibir o contrabando do ouro que era essa razão maior – passou a estimular que se criassem porcos e cultivassem produtos da agricultura de subsistência em Minas Gerais. Primeiro foram os roçados de milho, depois os de mandioca e logo depois veio o arroz, o algodão etc.

Devido ao controle rigoroso da Coroa as engenhocas mineiras tinham a sua produção voltados para a produção de aguardente, rapadura e a garrafa.

Como a moeda era extremante escassa na colônia e as casas de fundição não estavam autorizadas a comprar o ouro fundido que só poderia ser feito pela casa da moeda de Lisboa em 1694, quando se instalou uma reconstrução dela em Salvador porém 4 anos depois ela foi se instalar no Rio de Janeiro e no seguinte uma destas casa em Pernambuco. O problema é essas medidas não resolviam o problema da circulação do ouro em pó, a fuga do fisco e o seu contrabando.

Os próprios frades era “acusados “de esconderem o ouro em pó em” santinhos do pau oco” (imagens de Santos também o contrabando do ouro) chegando –se a tal situação que a Coroa banuiu os frades que se encontravam nas minas sem autorização como também proibiu a instalação de novas ordens religiosas em Minas Gerais. E além disso expulsou todos os ourives das Gerais em 1719 e só volta de 1766 proibiu que qualquer ourivesaria funcionasse na colônia e inclusive confiscando todos os instrumentos de trabalho dos artesãos.

Os mercadores também contribuíram para fraudar a Coroa através da introdução de mercadorias contrabandeadas nas Minas, sem o pagamento dos tributos e uma vez elas eram o pagamento dos tributos e ou pepitas sem que os impostos tenham sido novamente pagos.

Uma grande parte desde ouro contrabandeado ia para os mercados africanos para a compra de escravos, cujo mercado estava agora por outros lados pelos inglês e holandeses que também controlavam o comercio do rum ou cachaça, o fumo e alguns outros produtos que eram trocados por escravos.

Uma outra parte do ouro ia para o Reino Português e de lá já era utilizado para pagar pelo preço das manufaturas inglesas, e outros produtos importados por Portugal, de tal forma que André João Antonil dizia: “ E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para reinos estanhos e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadas e outros brincos, dos quais se veem hoje carregadas as mulatas de mau viver e negras, muitomais que as senhoras”.

Nos 10 primeiros anos de mineração a metrópole portuguesa não tinha conhecimento das problemáticas mais gerais, que a região tinha em função dos lucros provenientes como ouro eram menores do que teria se como também proibiu a instalação de obtido com os preços do açúcar e do fumo, igualados com os preços dos couros ou de outros produtos.

Em 1700 a Coroa Portuguesa aprovava um novo Regimento para as Minas Gerais, visando a coibir o contrabando do ouro em pó, fiscalizar todas as operações relacionadas com as minas e garantir a arrecadação “do quinto”, cujo regimento vingou por todo o período colonial.

O reino Português também criou a Intendência das Minas (que era dirigido por um funcionário do Reino nomeado e diretamente vinculado a Coroa) que era instalada em cada local novo onde se descobrisse ouro ou diamantes, cujo descobridor do veio deveria logo comunicar o achado ao Intendente para ele mandar de demarcar a área e proceder-se o leilão das áreas divididos em lotes de 30 braças quadradas, sendo que o descobridor tinha a prioridade de escolha das duas primeiras" braças”, onde a terceira braça pertenceria a Coroa que a venderia por um povo maior de mercado e a quarta braça do Guardar – mar que deveria fiscalizar (e também explorar o “veio”) como representante da Coroa na área.

Somente lotes eram “datas – inteiras” (áreas enormes para exploração aurífera) e o restantes eram áreas bem menores distribuídos entre os mineiros a defender do seu número de escravos e cuja exploração deveria acontecer até 40 dias para o início da sua exploração da sua data de compra senão o reino confiscava a terra e a revendia para outra pessoa.

O “Regimento das Minas” manteve o quinto como tributo principal e impôs uma série de medidas que garantissem a sua cobrança e coibissem o contrabando e para isso instalasse definitivamente no Rio de Janeiro em 1702 uma casa da moeda e uma fundição

além de em 1704 ter transferido as Fundições de Santos e Parati onde se acreditava que seria mais fácil a arrecadação e evitar-se o contrabando.

Em 1701 tentou-se controlar a quantidade de pessoas que se dirigiam as minas fechando o caminho do Rio São Francisco com a imposição de um passaporte ou com autorização expressa da Coroa e também tentou limitar a entrada de escravos africanos, visando proteger os interesses das grandes proprietários agrícolas, mais todas essas medidas e decretos se tronavam inúteis e buscados pelas populações das minas que contavam com a complacência ou convivência de grande parte das autoridades locais cuja maior parte dos funcionários coloniais, muito mal pagos e que geralmente se deixavam subornar ou intimidar facilmente.

O contrabando continuou durante a primeira década do século XVIII quando hoje se sabe que “o confisco do ouro não quitado no período entre 1700/1713 que ultrapassou as somas do que foi arrecadado com a tributação do próprio quinto”.

Quando a Coroa compreendeu a importância, extensão a permanência das minas, resolveu ela modificar a sua política de subordinação, apertando ainda mais na cobrança das quintas e demais impostos na região das Geais, que na realidade era em si o início do arrocho do sistema colonial português, sobre aquela área e produto principal – o ouro.

Porém a intervenção da metrópole foi de certa forma facilitada pela eclosão em 1708 da guerra civil entre paulistas e os últimos recém-chegados, os emboabas a região mineira.

Como os paulistas teriam sido os primeiros descobridores do ouro na região das Gerais e também os primeiros “colonizadores” daquele território, achava-se eles no direito de prioridade sobre as considerações que de certa forma ou mineira consideravam a região como uma propriedade sua privada só que, os direitos de exploração e as concessões das terras (das minas) pertenciam a Coroa Portuguesa. Aí é onde residiriam boa parte dos problemas da exploração aurífera e dos altos tributos que se cobravam sobre isto.

A posse das minas havia sido garantida aos seus descobridores pelo ato real de 18 de março de 1694, que deles exigiu apenas o quinto (1/5) devido á Real Fazenda. E quando a câmara paulista em 7 de abril de 1700 endereçou ao monarca português longo e expressivo memorial em que solicitava não fossem doadas datas de terras nas minas, senão aos moradores da Ala de São Paulo e das vilas anexas que “foram os descobridores e conquistadores das ditas minas, a desta de suas vidas e gastos de sua fazenda real”, podemos ver nesse ato, como que um prenuncio da grande rivalidade que, daí a algum tempo, eclodir na região mineira... (HOLANDA, 1968 p. 297)

Ao receber a documentação do memorial proveniente da Câmara da Vila de São Paulo o rei de Portugal resolveu então remeter aquele decreto para que o governador do Rio de Janeiro Arthur de Sá e Menezes se manifestasse sobre o caso “opinando” que aquela concessão aos paulistas poderia criar privilégios e que tudo deveria ser feito de acordo com o “Regimento das Minas” reconhecem elaborado pelo governador do Rio de Janeiro que privilegia as concessões para estrangeiros, portugueses, cariocas, baianos e outros em detrimento dos paulistas que se sentiram traídos pela própria Coroa Portuguesa tanto assim que, Garcia Rodrigues Pais filho de Fernão Dias Paes princípios do século XVIII protestaria contra tais concessões a seu ver abusivos e injustificáveis, a margem do caminho que a tanto custo abrira.

Mesmo se sabendo que o desejo da Câmara paulista era na prática impossível de acontecer já que nem a própria Coroa portuguesa tinha condições lógicas e operacionais de barrar a entrada de mais de 30 mil pessoas no início do século XVIII que estavam já residindo na região das minas, imagem nem controlar essa “massa ou turbilhão de pessoas” para a época, desejosas de enriquecer do dia para a noite, na cabeça da maioria deles, - era esse sonho deles (ou delas).

Minas Gerais: Garimpo



Figura 6 Fonte: /www.bing.com.imagens

É dentro do contexto histórico da atividade comercial do contrabando da Bahia com a região das Gerais – é que vai aparecer ou surgir a figura controvertida de Manuel Nunes Viana cujas circunstâncias vão levá-lo a condição de chefe dos “emboabas”,

dotado de raras qualidades de chefes na luta contra os paulistas que vai articular toda uma série de estrangeiros inclusive ser ele acusado de “lesar o fisco e promover tumultos” e até de expulsão da região das Minas, entretanto ele se defende e consegue provar a sua inocência e que ele consegue provar para o Governador do Rio de Janeiro em carta datada de 29 de novembro informando que ele estava “ligado a grossa sociedade da Bahia e que despachava pra minas comboios sobre comboios, vindo junto com ele para que nada caísse em poder do inimigo, que é como considerava os agentes do fisco” HOLANDA (1968 p. 300), que sempre queriam algum suborno ou própria sobre gado transportado.

Existiam outros problemas bem mais sérios do que se pode imaginar, que envolveriam o Frei Francisco de Menezes, outros padres e o comerciante Francisco do Auvaral – homem de passado duvidoso – que já haviam obtido antes o monopólio de comercio de cachaça ou aguardente e do fumo importados ambos da Bahia em que a renovação de um novo contrato pouco favorável à população local provocou uma onda de clamores e protestos que desejava eles agora obterem o controle do comercio e distribuição da carne de gado na região das minas, onde o referido frei Francisco de Menezes, insistiu frente ao governador do Rio de Janeiro D. Francisco de Pencaste para obter o cobiçado monopólio, onde os paulistas empenhados na defesa de seus direitos, enviaram uma delegação ao Rio de Janeiro e até se manifestaram interesses em ir a Lisboa para falarem diretamente ao Rei e “copor o clamor dos povos oprimidos”, eis os paulistas de certa forma teriam conseguido frustrar os planos do Frei Francisco de Menezes que não teria conseguido estabelecer o seu monopólio sobre o comercio e distribuição da carne de gado na região das Gerais. Essa aparente derrota dele provocou a sua ira maior sobre os paulistas que ele e seus aliados vão fazer de tudo para acirrar a briga entre “emboabas” e “paulistas”.

Segundo Jose Joaquim da Rocha que, teria escrito a obra “Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais”, por volta de 1781 diz ele que o Frei Francisco de Menezes, que sempre ligado a Nunes Viana, foram eles o causadores da guerra ou pelo menos foi quem “soprou o lume da discórdia ” onde a disputa política entre penalistas e emboabas teriam sido agravadas pela especulação dos preços e pelo contrabando de mercadorias, agravado tal situação, já existente anteriormente por uma disputa por terras ou minas para também ser agora uma grave disputa política entre grupos antagônicos que gerariam conteúdos chamado de “guerra dos Emboabas”, como teria ficado conhecido na história, tanto de Minas Gerais como de São Paulo ou “dos paulistas ”ou particularmente dos seus

antigos bandeirantes, de onde tudo teria começado que estava agora a definir definitivamente o papel das paulistas naquele contexto histórico.

A discordância tão frequente entre os medrosos cronistas dos conflitos deserdados nas Minas Gerais constitui séria dificuldade realmente se teria passado. Que animosidade entre dois grupos se tornou cada vez mais intensa, não resta a menor dúvida pelos reflexos que dela temos no Rio de Janeiro, levando o governador a intervir em princípios de 1709, a intervir no território mineiro, sem que, contudo, na sua tentativa de apaziguamento adviesse qualquer resultado. (HOLANDA, 1968 p. 303)

Teria havido conflito armado entre “paulistas” e “emboabas” nas proximidades de Sabará e depois em Cachoeira do Campo, onde teriam levado os paulistas a se retirarem para a região do Rio das Mortes onde eles esperavam a desforra, entretanto Nunes Viana mandou tropas para distribuir – lhe a sua resistência cuja primeira investida militar no Arraial de Ponta do Morro (São João Del- Rei, hoje Tiradentes) foi favorável aos paulistas que se dispersaram em pequenos grupos que no “capão da tradição” teriam sido eles derrotados – os paulistas – pelos emboabas que lhes teriam dado todas as garantias mediante a antiga das armas dos paulistas onde 300 deles teriam fortes sumariamente, sem que o acordo tenha sido realmente cumprido de poupar-lhes as suas vidas, daí termo que entrou pra a história o nome “capão da traição” onde paulistas foram confiar nas promessas dos emboabas que lhes traiu.

Os paulistas ainda chegaram a constituir uma outra expedição militar partindo de São Paulo em agosto de 1709 para se vingar dos emboabas porém a posse do novo Governador do Rio de Janeiro Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho empossado em junho de 1709 vinha com a missão de apaziguar a região das minas e ele avisa (por um emissário) aos emboabas do possível ataque paulista que na região da Ponta do Morro (São João Del-Rei, hoje Tiradentes) ambas as tropas se encontraram e travou lutas, batalha onde os paulistas desistiu de contribuir lutando depois de receber a notícia de que vinham reforços de Sabará que para eles era desvantajoso continuar na luta desta forma, em desvantagem numérica de homens e armas.

A conseqüência imediata da intervenção direta de Antonio de Albuquerque – governador do Rio de Janeiro – sobre a Região de Minas Gerais e São Paulo foi criação (temporária, por em breve espaço de tempo) da capitania de São Paulo e Minas pela Carta Régia, de 9 de novembro de 1709 e pouco tempo depois, em 11 de Julho de 1711 a elevação da vila de São Paulo a categoria de cidade.

A nova Capitania de São Paulo teve como primeiro governador o mesmo Antonio de Albuquerque que já teria sido antes governador do Rio de Janeiro tentando posse em 18 de junho de 1710, seguindo logo para Minas, onde foi criada as vilas de Mariana, Ouro Preto e Sabará e devolvido aos paulistas as lavras que haviam sido tomadas pelo emboabas dando fim a aquele recorte conflito onde São Paulo e Minas continuaram vindos até 1720, quando uma outra Carta Régia cria a Capitania das Minas Gerais, cuja a região de São Paulo perde uma parte enorme do seu território que agora passou a ser o território mineiro atual.

Os prejuízos que os paulistas teriam tido com a “guerra dos emboabas” empurrou-lhes novamente para buscarem ouro ou pedras preciosas em outras partes do território brasileiro, que agora seriam descobertas no interior de Cuabá (Mato Grosso) e Goiás Velha (em Goiás).

O poder da metrópole sobre as Minas foi se tornando cada dia mais opressivo mediante uma cada vez mais asfixiante carga tributária – onde inclusive até os espaços políticos que eram ocupados pela câmara Municipais foram elas “suprimidas” ou as poucas existentes passavam a ser “meras executoras de ordem” emanado pela Coroa Portuguesa para que ou possamos ter uma ideia da sutileza da arrogância praticada pela coroa e seus agentes aqui de plantão.

Os abusos fiscais praticados pela Coroa e seus agentes foi se ampliando através da criação de uma rede de aparelhos fiscais que tinham o papel de inibir toda e qualquer ação do contrabando que por isso se não desapareceu, ela (o contrabando) passou a se tornar uma atividade para especialistas nesta área ou para setores da elite local que ocupou altos cargos na administração superior. Para tal foram criadas toda uma rede de postos fiscais ou centros de inspeção e registro que eram operados por contratadores responsáveis pelo recolhimento de taxar, tributos além das impostos que se pagavam pela “quintagem do ouro”, impostos sobre a passagem ou pedágio sobre a região das minas ou a sua “entrada (onde se pagava também outro tipo de imposto) que eram taxas cobradas pela coroa sobre todas as mercadorias que iam para a região das minas fossem elas escravos cavalos, mulas mantimentos, ferramentas de trabalho, artigos de luxo e etc. cujo imposto inicia sobre “produtos secos” (matéria agrícola), ferramentas do trabalho, tecidos, roupas, mobiliário, etc. ou sobre os “produtos molhados que eram produtos alimentícios (carnes, bacalhau, farinha de mandioca, e outros produtos).

Além dessas taxas e tributos ainda se tinha os “dízimos” que era uma contribuição espontânea que acabou se transformando obrigatória determinada pela coroa

que correspondia a 1/10 do valor que cada cristão ou católico disponibilizava da sua renda para doar a igreja católica apostólica romana. O rei do Portugal através do “padroado” e ele ser grão-mestre da ordem de cristo, instituição que era pelo menos teoricamente, responsável pela manutenção das igrejas católicas no ultramar.

Por outro lado a sede insaciável da Coroa por dinheiro não parava por aí. Havia ainda periodicamente a cobrança dos “donativos”, isto é, a Coroa “pedia” (num tom de obrigatoriedade uma “colaboração dos seus súditos coloniais, quando pensava “formar o dote de uma princesa real quando do seu casamento, ou subsídios para a manutenção da colônia do Sacramento, ou quando o exercitou marinha portuguesa estabeleceu em z\guerra, ou quando precisou-se de recursos para a reconstrução de Lisboa (depois do terremoto) ou para custear a manutenção das escolas coloniais depois da expulsão dos Jesuítas, através do “subsídio literário” etc., além dos “dízimos mistos” que eram recolhidos sobre o gado, aves, colmeias, mel, cera, queijos, matérias de construção, produtos de engenho e fábrica de cachaça, fornos de pão etc. Só não era ainda cobradas impostos sobre o ar que se respirava, o restante tudo era tributado. Será que aqueles tempos não estão parecidos com o tempo presente, tem algumas coisas em comum, não é?

Os mineiros pagavam ainda impostos locais daquela localidade ou vila onde eles moravam) que eram recolhidos pelas câmaras municipais que se destinavam a conservação de pontes, estradas e outros serviços públicos, entretanto a maior e mais asfixiante tributação era sempre sobre o ouro, tanto assim que um “ato régio de fevereiro de 1719 impunha a instalação de uma ou mais fundações na região “das Minas Gerais” para quais todo ouro destinado à exportação deveria ser levado para ser transformado em barras de ouro e selado depois de deduzida (retirada) a parte da Coroa (os quintos) e proibia-se a circulação do ouro em pó e que não fosse “quitado”. Essa medida antipopular provocou grandes descontentamentos das populações cujo Rei de Portugal criou duas Companhias de Dragões (Corpo Militar) para assegurar a execução de tal ordem.

Por volta de 1719 o Governo da região das Gerais anunciou que daí a um ano haveria a abertura das funções em Vila Rica, Sabará e São João d’el Rei e a vila do príncipe que faz eclodir uma série de tumultos e protestos que foram apagados pela dura repressão dos “dragões” mais em 1720 eclode um outro movimento mais sério que foi a “Revolta da Felipe dos Santos”, também chamada de “Revolta de vila Rica”, cujo movimento era composto por pessoas poderosas de Vila Rica como o rico minerador e comerciante Pascoal da Silva Guimarães e do rico fazendeiro e tropeiro Felipe dos Santos,

acompanhados de vários mineiros e muitos outros escravos armados pelos seus chefes, que chegaram até a dominar a cidade de Vila Rica por quase 20 dias; entregando um documento ao então governador, reivindicando entre outras medidas que se suspendesse o projeto de criação das fundações e também que fosse estendido o benefício do perdão incondicional, sob o selo régio para que eles pudessem viver sem pagar tantos impostos.

O governador só queria ganhar mais tempo- porque ele havia prometido estudar a situação – para reunir forças militares e ordenar a profunda repressão ao movimento de protesto com a queima de suas casas e prisão dos seus líderes.

Felipe dos Santos conseguiu fugir da prisão mais capturado quando amotinava a população rural de Vila Rica para participar de um outro levante.

O Governador Geral – o Conde de Assumar resolveu punir exemplarmente o Felipe dos Santos fazendo julgamento sumário dele (cujo governador não tinha a prerrogativa para determinar a aplicação da pena capital de um homem branco português e livre que só poderia ser feito depois da consulta da Coroa) condenando-o a morte pela força e do seu esquartejamento.

Para a metrópole a ação exorbitante do Conde de Assumar tinha sido eficaz e todo engano em achar-se que a elite não mais protestaria e nada mais reivindicaria como se tudo isto não fosse um processo de ensinamento para a eclosão da inconfidência mineira em 1789.

Portugal só se interessava em arrecadar de forma opressiva e quanto maior era essa obsessão em vez de melhorar progressivamente as técnicas de mineração para aumentar o seu rendimento, maiores eram os rigores da fiscalização, o sofrimento imposto a população e o seu descontentamento.

Se pudesse a Coroa portuguesa dona do subsolo explorar sozinha o ouro, como isso era impossível, cobrava-se um imposto do particular que o fazia, tomando o quinto ou calculando a quantia de ouro a pagar proporcionalmente ao número de trabalhadores nas “catas” ou ampliando a odiosa derrama que atingiu a todos que no final do século XVIII foi a principal causa imediata da inconfidência mineira.

Como não é possível falar-se de mineração no Brasil sem deixar de incluir a importantíssima presença do trabalho escravo africano, vamos aqui fazer dois breves comentários sobre aquela questão: Uma referente a participação deles nos trabalhos de extração do ouro e outro sobre os quilombos que existiram em Minas Gerais.

Segundo o historiador Aires da Mata Machado Filho em sua obra “O Negro e o Garimpo em Minas Gerais”, ele nos diz que:

Para a administração dos terrenos, foi criada em 1734, no Tijuco, a Intendência dos Diamantes composta por um intendente com sua oficialidade, escrivão, fiscal e dois meirinhos. Só até 1739 foi cobrado diretamente pela Fazenda Real o imposto de capitação. Nessa data em diante resolveu-se executar o plano dos contratos, por arrematação em hasta pública (...) facultou-se aos contratadores minerar com número nunca superior a 500 escravos, cujos nomes seriam registrados em livro próprios, pagando-se a capitação anual de 230\$000 por escravos, tanto no primeiro como nos subsequentes contratos, foi geral o abuso dos contratadores, sendo que alguns deles chegaram a empregar mais de 4.000 escravos em serviços.

... Na sua vigência o Tijuco se tornou celebre chegando a ser considerado uma pequena metrópole, dado o luxo e a magnificência dos seus habitantes, ciosos de copiar as usanças da Corte (MACHADO FILHO, 1964 p. 12)

Como as terras diamantinas além de extensas e muito acidentadas em vários lugares quase intransitáveis se desenvolveu aí o garimpo ou mineração clandestina que geralmente era feita por negros quilombolas ou não, daí a grande repressão ou combate a eles na “região das Gerais”.

Quem nos dar uma melhor percepção da problemática é um ensaísta da época Joaquim Felício dos Santos que em sua importantíssima obra “Memórias do Distrito Diamantino” que nos alerta para um importante distinção entre “garimpeiro” e “garimpo”, quando diz que: Garimpo era a mineração em si, furtiva, clandestina do diamante e “Garimpeiro” era o que a exercia. O garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que era obrigado a expatriar-se ou passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração lhes tiravam o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria a mineração clandestina e finalmente o audaz, intrépido e ambicioso aventureiro (o garimpeiro) ia buscar a sua fortuna nessa vida cheia de riscos, perigos e emoções, mas não se confunda garimpeiro com bandido, “fora-da-lei”, foragido, embora o seu único crime tenha sido praticar o garimpo para a sua própria sobrevivência.

Em Minas Gerais (.) o escravo mineiro que fugia ligava-se, constantemente, ao faiscador e ao contrabandista de diamantes, com eles mantendo um comércio clandestino que era severamente combatido. Em face desta vinculação econômica e financeira, os contrabandistas prestavam serviços aos quilombolas, informando-os das medidas tomadas pelo aparelho repressivo escravista para combatê-los. Ao garimpeiro – escreve Aires de Mata Machado Filho – se aliou o quilombola, pois um e outro fora da lei, ainda que por motivos diversos, não tardou se encontrassem laços – (o grifo é nosso) solidários, buscando a subsistência nas minerações furtivas.

Com estes, outros tipos interessantes apareceram nas lavouras surgindo no meio dos contrabandistas de várias espécies, que havia em grande número. Foi o capaqueiro, comerciante de capanga, pequeno comerciante que comprava

do garimpeiro o produto das suas faisqueiras e o protegia, mandando-lhes avisos cautelosos quando as tropas de dragão saíam em batidas ao quilombos e garimpos”. (MOURA, 1983, p.27/8)

Os quilombos de Minas existiram durante todo o século XVIII e XIX espalhando-se com certa uniformidade pelo território mineiro e “assombrando” as populações locais. “Tudo indica que eram numerosos no final do primeiro quartel do século e na década seguinte já se tenha sistematizado a forma de combater-los, não se passando ano, então, sem registro das investidas armadas contra os quilombolas, recompensando bem os capitães do mato que apresentassem a cabeça dos negros mortos em combate”.

O maior de todos os quilombos de Minas Gerais foi o de Ambrósio, que segundo o sociólogo Clovis Moura nos informa que ele “era conhecido como um grande quilombo é era muito mais complexos que o de Minas Gerais que tinham cerca de dez mil ou mais habitantes que exigia uma organização social, militar e política mais complexa que o governador de Minas José Antonio Freire de Andrade enviou 400 homens comandadas pelo capitão Antonio João de Oliveira para destruir aquele quilombo que só foi destruído depois de mais de 7 horas de lutas sem parar na qual se usaram até “granadas” e foi então o quilombo arrasado e muitos escravos feitos prisioneiros. Anos depois constituem-se outros quilombos mais fortes e poderosos, apoiados pelos contrabandistas de ouro ou diamantes.

Hoje Minas Gerais tem mais de 436 comunidades remanescentes de quilombo até o ano 2000 podendo ter mais do que isto, fruto desta rica história afro-quilombola brasileira e essencialmente mineira.

A falsa ideia de que os índios são os “coitadinhos da história” merece ser revista historicamente, mesmo não desconhecendo o lento, penoso e sistemático ao longo dos séculos do seu processo de extermínio, tanto individual enquanto coletivo, das populações indígenas do Brasil.

A ideia de que os grupos indígenas e suas culturas, longe de estarem congelados, transformam-se através da dinâmica de suas relações sociais, em processos históricos que não necessariamente os conduzem ao desaparecimento, permite repensar a trajetória histórica de inúmeros povos que, por muito tempo foram considerados misturados e extintos. Não é o caso de desconsiderar a violência do processo de conquista e colonização. A mortalidade foi altíssima, inúmeras etnias foram extintas e os grupos e indivíduos que se integraram à colônia ocuparam os estratos sociais mais inferiores, sofrendo preconceitos, discriminações e prejuízos incalculáveis e irreversíveis (o grifo é nosso). Apesar disso, no entanto encontraram possibilidades de sobrevivência e souberam aproveitá-las.

Como lembrar Jonathan Hill, os grupos sociais humanos, mesmos reduzidos à escravidão e às piores condições não capazes de reconstruir significados, culturas, histórias e identidades”. (ALMEIDA, 2010,23/4)

Muito bem sabemos que nos estudos antropológicos e históricos a respeito da história do Brasil predominam a visão a respeito das populações indígenas do Brasil como vitimados pelos inúmeros massacres, extermínio e genocídios provados pela invasão europeia à partir do sec. XVI e os estudos antropológicos prevaleceu até recentemente a concepção de que os povos tradicionais ou primitivos portadores de uma cultura única e exótica teriam como destino o desaparecimento, segundo inclusive o ponto de vista do antropólogo Darcy Ribeiro que dizia que “ os povos nativos, principalmente aqueles habitantes nas áreas mais antigas da colonização, através da aculturação estavam destinados a sucumbirem, integrando-se à nossa sociedade”. (SILVA, 2000 p. 100/1)

Entretanto segundo o profundo estudioso da questão indígena em Pernambuco Edson Silva, ele nos diz que: “ os povos indígenas ao longo dos mais (o grifo é nosso) de 500 anos de colonização, não somente elaboram diferentes estratégias de resistência/ sobrevivência como também alcançaram nas últimas décadas um considerável crescimento populacional, questionando as tradicionais visões eurocêntricas e colonialistas que exigiu-se que se reformulassem as teorias explicativas sobre esses povos, resurgentes (o grifo é nosso). (SILVA, 2000, p 101)

Como se pode observar as populações indígenas do Nordeste - e de outras partes do Brasil também se utilizaram de várias estratégias que pudessem lhes garantir a sua sobrevivência indo desde a “colaboração”, as alianças com autoridades e pessoas influentes, petições aos poderes oficiais construídos através de denúncias (por escrito ou verbal), reivindicações reclamando sobre a invasão de suas terras, “gado nas suas roças”, falta de demarcação de suas terras e protestos (verbais ou por escrito) as autoridades coloniais, imperiais ou republicanas (da República Velha) de forma pacífica ou violenta, onde eles teriam se utilizado de “abaixo assinado”, petições, documentos diversos reivindicando “um lugar ao sol dos trópicos”.

Como os índios em geral não sabiam ler e escrever eles recorreram a ajuda de pessoas colaboradoras que eram simpáticas a causa indígena e elaboraram os documentos acima mencionados- abaixo-assinados, petições, requerimentos e outros documentos da época.

Capítulo 2 - Uma Reflexão sobre a Problemática da Educação Indígena: Problemas e Desafios.

A Educação a princípio se refere a valores transferidos de geração para geração, com os conhecimentos adquiridos por cada indivíduo no decorrer da sua vida e como esse indivíduo se comporta em relação a sociedade a qual convive. O processo educativo começa em si na casa do indivíduo, na família onde são incutidas regras, valores, limites, responsabilidades iniciais do convívio humano e da “boa educação”.

O minidicionário Aurélio da língua portuguesa, ele diz que Educação é “o ato ou efeito de educar, processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano; civilidade e polidez”. (FERREIRA 1977, p. 197)

Ao longo da história da humanidade as várias sociedades humanas inventaram o seu modelo de educação e depois de escola; de tal forma que nem sempre houve necessidade dela existir, porque este trabalho já era executado pelos nossos ancestrais ou pessoas mais idosas que se tornaram “guardiões na memória coletiva do grupo”, daquela sociedade ao longo de séculos ou milênios onde cada uma daquelas sociedades humanas puderam criar e recriar as suas formulas de como tornar aquelas instituições criadas pelo homem (inclusive a escola também) como detentoras de um papel social e educativo exercido pelos mais idosos da tribo como elemento moduladora de hábitos , costumes e tradições que vão lhes dar um conteúdo e uma consistência interditariedade frente aos demais grupos sociais da sociedade.

Como já dizia o estudioso da história da educação no Brasil, Carlos Rodrigues Brandão referindo-se de como se dar o processo de educação não –formal entre as populações indígenas do Brasil - ele ressalta que:

Sob regime tribal, a característica essencial da educação reside no fato de ser difusa e administrada indistintamente por todos os elementos do clã. Não há mestres determinados, nem inspetores especiais para a formação da juventude; esses papéis são desempenhados por todos os anciãos e pelo o conjunto das gerações anteriores. (BRANDÃO, 1991 p.19)

Quando os antropólogos pouco falam sobre educação ou processos formalizados de ensino e que “apaches e xavantes praticam o que os antropólogos chamam de processos sociais de aprendizagens, pois não existe nenhuma situação propriamente escolar de

transferência do saber tribal, que vai do fabrico de arco e flecha à recitação das rezas sagradas de deuses da tribo”. (BRANDÃO, 1991, p.17)

Como podemos, podemos perceber não há uma única fórmula ou modelo de educação e a escola não é o único local onde a educação acontece e o ensino escolar não tem apenas o professor como única pessoa que pode ensinar. A educação está em nossas casas, na rua, na igreja ou nas próprias escolas cada uma delas com seus objetivos de práticas do que entendem sobre o que vem a ser educação. Ela invade as nossas vidas em todos os momentos delas desde o nosso nascimento até a nossa morte. Não importa qual seja o seu modelo de sociedade – tribal, de povos caçadores, pescadores, coletores, ceramistas ou de sociedade camponesas, industriais, desenvolvidas ou subdesenvolvidas – em todas a educação ou os processos educativos estão em todas elas presentes, até como um exercício de sobrevivência delas.

A educação é como outras (invenções humanas- o grifo é nosso), uma fração do modo de vida do grupo social que a criaram e recriaram, entre tantas outras invenções da sua cultura, em sua sociedade. As formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam – e aprendem o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte, da religião ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar todos os dias, a vida do grupo e de cada um dos sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens dentro do mundo social onde a educação habita. (BRANDÃO, 1991, p.10/11)

Nas sociedades humanas mais simples menos complexas o saber da comunidade é aquilo que todos conhecem de algum modo; o saber próprio dos homens e das senhoras, das crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos; o saber de guerreiros e esposas, o “saber dos artesãos, sacerdotes, “feiticeiros”, navegadores e de tantos outros especialistas envolvem situações pedagógicas interpessoais, familiares e comunitárias onde ainda não teriam surgido técnicas pedagógicas escolares acompanhadas de seus profissionais da educação de forma exclusiva. “Os que sabem, fazem, ensinam, vigiam, e incentivam, demonstram, corrigem, punem e premiam e os que não sabem espiam, veem fazer, imitam e são treinados, corrigidos e por fim aceitos entre os que sabem “fazer e ensinar”. (BRANDÃO 1991, p.20)

Nas primeiras décadas do século XX políticos e educadores liberais trouxeram novas ideias para a educação brasileira que entre outras coisas eles começaram a falar de uma escola mais dirigida para a vida de todos os dias e estendida a todas as pessoas ricas

ou pobres cuja luta, pela sua democratização resultou na criação da escola pública e no reconhecimento político “do direito de estudar para todas as pessoas, através de escolas gratuitas, de ensino leigo e oferecidas pelo governo”; daí os filhos dos mais pobres começaram a entrar nas escolas públicas, mas o país ingressava nos tempos da transferência do capital da agricultura para a indústria e das pessoas poderem migrar do campo para as cidades, daí os educadores e os políticos começaram a chamar a atenção de que aquele ensino realizado nas escolas públicas já estavam ficando inadequados ou obsoletos e não preparavam os seus filhos para aqueles novos desafios e então de agora em diante a educação deveria ter e ser compromisso com a vida social e o trabalho produtivo que passou a figurar entre as leis e projetos da educação para o país dali por diante, pelo menos em tese.

Mesmo com os constantes debates entre educação pública e privada, do caráter alienador ou libertário da educação de ter-se uma educação das elites e outras das classes populares, sejam elas dos campos ou da cidade, e bem mais recentemente das discursões da escola sem partido; ver-se que a educação está presente em todos os momentos da nossas vidas e ela tem um papel importantíssimo no processo de convívio social de todos nós enquanto seres pensantes e únicos que podem produzir e reproduzir nossa própria história.

Se a educação que chega as favelas, aldeias indígenas, comunidades remanescentes de quilombos ou em qualquer outra área de convívio social os pais são convocados para que matriculem os seus filhos como se aquilo fosse um “posto de recrutamento” e não são eles os pais convocados para debaterem com os professores e a própria escola, como é que eles pensam como deveria ser a educação de uma escola na favela? A educação é determinada geralmente de cima para baixo e de fora do poder de controle daquela comunidade, obedecendo o controle do Estado ou dos seus agentes numa sociedade desigual onde ela produz e reproduz essa desigualdade social (e até racial também) onde alguns educadores tem descoberto o fato de que há milênios as classes subalternas aprenderam a criar e recriar uma cultura de classe que mesmo aproveitando vários elementos das classes dominantes eles criaram quase como que uma educação paralela à oficial, regular a chamada educação das classes populares, que também não deixa de ser uma educação de resistência que alguns estudiosos a chamam de sociedade tradicionais, primitivas e até confundidas como sociedades “atrasadas”.

Porém no sentido sistemático, a educação é um processo em constante formação afim de desenvolver as faculdades intelectuais éticas e morais do ser humano, para que

assim possa interagir e integrar na sociedade. Para analisar de fato o que é estabelecido na Educação brasileira de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, a Educação é dividida em dois níveis, a educação básica e ensino superior. Sendo a educação básica estendida a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Porém a educação nacional tem a finalidade de preparar o indivíduo para passar por todas as etapas do ensino/aprendizagem desde a pré-escola (creches) até a sua formação se possível ao Ensino superior, integrando ao mercado de trabalho para que as pessoas possam ser produtivas e realizadas profissionalmente e se possível felizes.

A gestão do processo educativo ficou a cargo dos municípios no que se refere ao ensino infantil e básico, aos Estados da Federação ficaram eles ao encargo do ensino médio profissionalizante ou não ao passo que o ensino superior ou de terceiro grau ficou sob responsabilidade do Ministério da Educação para supervisionar e regulamentar as Leis e Normas que norteiam o sistema educacional superior (sejam elas públicas ou privadas (Universidades e Institutos Federais) ou Faculdades particulares etc...

Ao analisar essas informações percebe-se a necessidade de aprofundar os estudos no que diz respeito as diversidades étnicas, sociais e culturais em nosso país, dentre os quais chamam a atenção a educação que se dar aos povos indígenas do Brasil atualmente, já que a Constituição de 1988, depois de uma longa mobilização deles na Assembleia Nacional Constituinte da época acabou por reconhecer a necessidade de no mínimo demarcar suas terras e dar-lhes as condições necessárias (entre elas o acesso à educação de qualidade, privilegiando os seus valores culturais, que foi assim que eles conquistaram esse importante espaço político , que de lá pra cá tentam as duras penas reconquistarem o que legalmente a Constituição os delegou ou reconheceu como direito deles), mas que nem sempre o Estado a nível Municipal, Estadual ou Federal cumprem o que determina a Constituição Federal que a Lei Maior do país que nem sempre é cumprida.

Quando se refere a temática sobre os indígenas em sala de aula vê-se que precisa bem mais ampliar o conhecimento em relação a esses povos, tanto na forma como vão abordar a questão indígena em sala de aula quanto na receptividade dos alunos em estudarem a temática e discutir com eles o que é ser índio tanto no passado quanto no tempo presente, onde precisam-se despir-se dos seu preconceitos para que o efeito didático pedagógico seja o melhor possível, estando sempre atentos aos detalhes e as particularidades atípicas de cada nação indígena.

Ainda que para muitas pessoas o “ser índio” é algo que vive no imaginário (como algo fantasioso ou ainda as vezes prevalecem uma certa concepção romantizada do índio) como se esses povos tivessem apenas existido no passado, pois para muitos o mundo atual não caberia seres “tão primitivos” que vivem nus alguns deles que ainda não tiveram contato com o “mundo civilizado”, que caçam, que pescam, que constroem suas habitações com palhas retiradas da natureza ao qual fazem parte, e que vivem como todos nós vivemos aqui no “mundo civilizado” : andam vestidos iguais a todos nós, falam o português, já que eles foram aculturados, praticam os seus rituais tribais e tentam sobreviver no mundo dos brancos, o que não é nada fácil.

Ao analisar essas informações percebe-se o quanto é necessário saber-se sobre a sua história, não a história apenas contada pelos brancos sobre eles, mas também os incentivas a que eles possam contar a sua versão da história através dos seus testemunhos orais ou até principalmente quando eles poderem produzir livros didáticos ou outras obras, onde eles possam falar por si próprio sem a intermediação total dos brancos.

É notório a falta de “conhecimento em relação aos indígenas” para muitos, entender que o índio na atualidade se mantém com seus hábitos, costumes e tradições típicas das suas tribos mas grande parte deles tentam resguardar os seus valores culturais numa sociedade dominada pelos brancos que tentam torna-los “invisíveis” ; mesmo que essas populações indígenas tentem incorporar em seu cotidiano de vida outras formas de sobrevivência ou melhor dizendo resistência para que assim possam fazerem parte no que diz respeito a um modo de vida do “homem branco”, isto é necessário para que assim possam interagir com a realidade e que eles tenham o conhecimento que hoje precisam saber sobre os seus direitos perante as autoridades que regem as Leis que lhes assegurem minimamente o direito à terra, seu berço que lhes traz alimentos e tranquilidade e a preservação dos seus valores culturais.

Diante disso existe a necessidade de conhecer mais sobre esses povos, e uma das formas importantíssima é por meio da educação, pois a educação é um processo amplo, que acontece no decorrer da vida de cada indivíduo em sociedade, e que se modifica e se ajusta a dinâmica do processo ensino-aprendizagem de cada instituição de ensino, onde ocorre esse processo, principalmente no mundo moderno onde a escolarização “tenta moldar” os indivíduos que fazem parte do sistema educacional.

Para falar de educação é sempre importante lembrar que ela é um processo amplo, contínuo, que acontece ao longo da vida de cada pessoa e não se

restringe às experiências de escolarização. A escola é uma instituição que adquiriu grande relevância na modernidade em sociedades ocidentais, e nelas se consagrou como espaço central de socialização da pessoa, bem como de aquisição de conhecimentos tidos como relevantes para a inserção do sujeito no mundo do trabalho. A escola não apenas produz e socializa saberes, ela reproduz experiências cotidianas que vão nos integrando em uma lógica de sociedade e, ao mesmo tempo, vão produzindo o lugar social que podemos/devemos ocupar. (BERGAMASCHI, 2012, p 33)

Depois de um amplo processo de mobilização e articulação política que acabou por gerar a necessidade de formalizar a temática sobre os indígenas resultou na criação da Lei nº 11.645 que foi criada em 10 de março de 2008, através do Congresso Nacional, sendo alterada para a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e por fim modificada em 9 de janeiro de 2003 para a Lei 10.639, estabelecida nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que inclui a obrigatoriedade no currículo da rede de ensino a temática que diz respeito a história e a cultura afro-brasileira e indígena no decorrer de todas as séries do Ensino Fundamental e se estendendo ao Ensino Médio. Processo esse que deixa claro os direitos de exercerem suas culturas e as permanências de suas identidades dentro da sociedade e principalmente nas escolas públicas e privadas.

Em 10 de março de 2008, foi aprovada a Lei nº. 11.645 pelo Congresso Nacional, alterando a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio. Essa inclusão da temática indígena na escola é um resultado de um amplo movimento de luta dos povos originários –juntamente com outras entidades, como ONGs, universidades, igrejas- por seus direitos, principalmente pelo reconhecimento de suas identidades étnicas, culturais, econômicas e sociais”. (BERGAMASCHI, 2012, p.49)

Apesar de muitos avanços no que se refere a criação de leis regulamentando a questão da educação para as populações indígenas foi conquistado depois da promulgação da Constituição de 1988 e das leis complementares que foram citadas no parágrafo acima que precisam urgentemente serem implementadas pelos Municípios, Estados Federativos e a Nação em função disto ser hoje um direito a ser exercido plenamente pelo poder público e privado que tem a obrigação de implementa-las, em virtude da negação desse direito estar-se a desrespeitando uma norma jurídica e vigente.

Geralmente a falta de conhecimentos das populações indígenas plenamente dos seus direitos aliados as vezes, ou a ineficácia do Estado em lhes negarem esses direitos as

vezes, somam-se a ignorância de grande parte da população não alfabetizada ou não que não tem conhecimentos ou interesse de saber sobre grande parte dos problemas enfrentados pelas populações indígenas que criam um clima que favorece a perpetuação do preconceito e do racismo contra as populações indígenas, taxando-os como “preguiçosos”, “bêbados”, “vagabundos”, “desordeiros” a que geralmente o senso comum ou algumas pessoas de forma preconceituosa ou racista já definiram o seu papel social na sociedade sem nem ao menos ouvi-los. Ao longo da história dos nossos “antepassados paleo-índios (avós e avôs) dos nossos índios foram eles responsáveis pelo descobrimento de uma infinidade de alimentos e remédios que foram descobertos por eles e ainda hoje fazem parte da dieta alimentar do brasileiro, mais para a história o registro que se tem da história deles ou a respeito deles foi escrita pelos portugueses que desde a Carta de Pero Vaz de Caminha em diante construiu-se o falso mito da preguiça indígena que até hoje é falado em sala de aula de forma equivocada para alguns professores despreparados ou que não tem o conhecimento da plenitude dos fatos a respeito das histórias das populações indígenas do Brasil ou no seu Município ou Estado.

Os preconceitos étnicos, não foram banidos mesmo com a aprovação da Constituição de 1988 mais que ela se tornou um importante espaço político e jurídico de um processo de lutas que não se encerrou nela, mas que serviu ela como elemento motivacional para que outras conquistas jurídicas e políticas fossem implementadas mais adiante como a educação diferenciada para as populações indígenas dentro da própria LDB (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira).

Ainda há muito que se mudar na sociedade brasileira afim de se perceber o quanto a nossa cultura é rica em conhecimentos, experiências e sabedoria popular a onde os índios estão inseridos; onde essa diversidade étnica e cultural nos enriquece a todos enquanto povo e nação a partir do respeito a essas várias heranças culturais indígenas, africanas, portuguesas, mestiças de vários tipos e imigrantes que para aqui vieram e criaram um novo país através de uma identidade única em que povos diversos contribuíram para que nos tornássemos diferentes do restante do mundo.

As políticas públicas ainda buscam um caminho alternativo possível que levem em conta a diversidade e a especificidade de cada comunidade indígena na construção do seu projeto político pedagógico que devem realçar os valores étnicos e culturais de cada tribo ou aldeia ou nação para que atentam a demanda de ensino-aprendizagem de cada um deles, observando-se as especificidade de cada caso para que aquelas violências sofridas por eles há séculos e preconceitos não se tornem algo corriqueiro e não mais

existam se possível. Não podemos esquecer que a escola deve também se tornar um espaço de Educação e construção da cidadania contra os preconceitos, racismos ou qualquer outra forma de discriminação.

Os Estados e Municípios em geral tem tentado implementar uma educação indígena nas aldeias aonde existem escolas públicas geralmente do Município ou do Estado, que as vezes não é feito o trabalho político pedagógico de forma correta ou coerente com que determina a lei, apelando-se as vezes para as improvisações que acabam por atrapalhar o andamento de um trabalho que deve exigir competência técnica, equilíbrio, serenidade e compromisso político com a educação para que a coisa funcione de acordo com a lei.

A falta de sensibilidade do poder público ou a quem lhes foi dado esse dever em relação as essas etnias que ainda são vistas por alguns de forma vaga e sem muito apreço, mesmo sabendo muitas vezes que existe uma dívida históricas para com eles, mas não os veem como protagonistas da história, muito pelo contrário deixando de lado seus deveres para com eles relegando-os a um segundo plano. Essa realidade infelizmente ainda existe mesmo a dispensa de toda a legislação existente, negando-lhes o direito muitas vezes a vida, a terra e ao saber e isso tem que ser trabalhados também em sala de aula como conteúdos apropriados para escolas indígenas ou não, e só assim podemos dissipar grande parte dos equívocos, desinformação ou preconceitos infundados que a inda existem sobre eles.

As crianças indígenas independentemente do seu sexo, idade ou etnia são gradativamente integradas à vida das suas aldeias ou coletivamente, onde a sua educação era geralmente pragmática ou em “ escolas indígenas” do ensino regular onde se procura ensinar os fundamentos básicos e essenciais de cada cultura indígena para que as próximas gerações estejam mais preparadas para viver e conviver com o “mundo dos brancos”, realçando a necessidade da sobrevivência dos seus valores culturais tipicamente indígenas. Que hoje está assegurado como direito (mas não ainda de fato plenamente exercido por grande parte das tribos indígenas do Brasil) na Constituição brasileira de 1988, depois de uma ampla mobilização deles (povos indígenas) na Assembleia Nacional Constituinte até ela ser promulgada em 1988 reconhecendo os seus direitos a terra, a liberdade e o direito de preservarem as suas culturas tribais independentemente a onde eles estejam seja no campo ou próximos aos grandes centros urbanos.

Segundo um depoimento do grande sertanista e indigenista brasileiro Orlando Villas Boas “os meninos e meninas estão sempre juntos. Além de não terem a malícia das

crianças brancas, elas não têm as nossas neuroses (...). Esse respeito pelo ser humano é o princípio de suas vidas”, diz Villas Boas.

Os mais velhos ou idosos gozam de grande prestígio em suas tribos, porque eles são a “memória viva da sua tribo”, povo ou tradição, pela sua experiência de vida e que tem muito a ensinar as gerações mais novas que precisam fazer “as pontes mais seguras” entre o seu passado e o presente, sem que isso signifique perdas de sua identidade cultural ou pertencimento do seu povo, nação ou tribo, onde resistência e espírito de lutas não faltam a estes povos dignos e soberanos do seu papel social e político, enquanto primeiros donos do Brasil.

A busca de uma didática que possa trazer essas informações para a sala de aula a respeito dos indígenas torna algo que tem que partir dos professores, pois são eles que sabem como lidar com cada indivíduo e na coletividade, falar de culturas diferentes é uma barreira a ser galgada a cada dia, já que existe um certo desconforto para algumas pessoas aceitar e conviver com as diferenças étnicas e culturais de cada tribo. Os materiais didáticos muitas vezes trazem poucas informações sobre a organização de uma sociedade indígena, mesmo eles fazendo parte de todo o contexto nacional, no campo político, territorial e social. Nem sempre esses materiais pedagógicos foram produzidos dos índios para os índios onde essas lacunas do conhecimento estariam preenchidas por eles.

Ao abordar a temática indígena em sala de aula é trazer esclarecimento e informações de forma científica a respeito desses povos, que muitas vezes os alunos ficam sabendo do cotidiano deles através dos noticiários que nem sempre noticiam informações verdadeiras, contribuindo para o aumento do preconceito já existente ou não sobre eles. Sabemos que lidar com esse tema muitas vezes estamos enfrentando questões de críticas preconceituosas, mas também é trazer momentos de reflexões sobre a realidade em relação a que país que estamos e queremos, que sociedade pretendemos construir, e tentar amenizar a desigualdade social, tratar o outro com respeito independente da sua condição tanto racial quanto social ou religioso.

Há um movimento recente de busca de informações atualizadas e embasadas a respeito das populações indígenas brasileiras, especialmente da parte dos professores e das escolas. Os educadores percebem o contraste existente entre o material didático disponível sobre o assunto e as informações cotidianamente veiculadas sobre a atuação dos povos indígenas no cenário político nacional. Mesmo tratando de estas populações de forma preconceituosa ou idealizada, os noticiários acabam revelando que os índios são nossos contemporâneos e fazem parte do nosso país. (TASSINARI, 1995, p. 445)

A sociedade indígena não pode ser tratada de forma isolada e descontextualizada da sociedade brasileira assim como do seu âmbito Estadual e Municipal onde tudo acontece, mais a sociedade indígena tem uma organização própria mais ampla inserida no seu contexto ambiental e geopolítico em relação a nossa sociedade já que é necessário melhor compreender como funciona cada comunidade indígena e daí respeitá-los como eles são na sua essência: para os indígenas não funcionam assim, pois para ele tudo está intercalado, tudo depende de todos desde a retirada de madeiras da floresta, ou plantações de suas roças, a caça, entre outros aspectos. A organização da sociedade indígena está ligada as suas origens culturais, mantendo seus rituais e suas tradições.

“O mesmo não ocorre nas sociedades indígenas. As muitas esferas da vida social encontram-se imbricadas de tal forma que nunca podemos analisa-las isoladamente. Uma atitude que poderíamos considerar meramente econômica, como a derrubada da mata para a plantação da roça, exige uma série de cuidados de ordem sobrenatural e articula um conjunto de contatos e obrigações sociais e políticas”. (TASSINARI, 1995, p. 450)

A temática indígena na sala de aula é problematizada no espaço escolar, que fica a depender muitas vezes da abordagem que é feita sobre a temática, em que por carência, desinformação ou informações distorcidas que não veem a contribuir no estudo, no conhecimento e no aparente desrespeito a história e a cultura dos indígenas, contribuído para proliferação de equívocos e preconceitos. Assim sendo a forma como se trabalha essa temática em sala de aula pode ajudar no processo de reconhecimento do valor dessas culturas tribais frente aos demais cidadãos brasileiros e a própria ação política do Estado em reconhece-los também enquanto possíveis educadores em potencial a depender da formação acadêmica de cada um deles.

Para um melhor entendimento da questão indígena, podemos ter um possível aliado ou não que é a figura do livro didático que pode ser um instrumento didático pedagógico que o professor o tenha enquanto aliado ou ser totalmente o contrário. O certo seria que esses livros didáticos fossem produzidos dos índios para os índios se possível ou quando não que pelo menos eles sejam mais isentos e menos preconceituosos possíveis enquanto a questão indígena na sala de aula ou fora dela.

Muitas vezes a única coisa que se tem em mãos é o livro didático, sendo esse por muitas vezes resumidamente, alguns professores tem a autonomia de prolongar seus conhecimentos e estudos em relação a esse assunto consultando outras fontes e outras

obras, portanto há outros que se restringem apenas ao que os livros didáticos lhes oferecem, pois muitas vezes precisam cumprir o cronograma escolar. Sabemos que o livro didático é importante e para muitos se tornam a única fonte para aprender sobre muitas coisas incluindo a história dos povos indígenas, mas isso não os podem impedir de avançar mais um pouco para um melhor entendimento de novas culturas, principalmente a cultura indígena que nos causam muitas curiosidades, pois por sua vez o livro didático traz a imagem desse povo muito diferente do que eles realmente são.

Cabe enfatizar que o livro didático é, muitas vezes, o único material impresso disponível para os alunos, cristalizando para ele, e também muitas vezes, por que não dizer, para o professor, parte do conhecimento a que eles têm acesso [...]. Cabe, então, perguntar como o livro didático trata a temática indígena: Qual a imagem do índio nos livros didáticos? Como o livro didático transmite informações sobre outras culturas e sobre outros povos? (GRUPIONI, 1995, p. 486/7)

Outra coisa que não é levada em consideração é a temporalidade, o índio sempre é mostrado na maioria dos livros didáticos como algo que ficou no passado, sua presença na história contemporânea é deixada de lado, passando a impressão que sua existência ficou apenas presa no passado, como se eles não existissem no tempo presente e não sofressem os problemas do mundo moderno como a demarcação das suas terras, o difícil convívio com o mundo dos brancos, e os direitos ao acesso à educação e a saúde pública como um bem que eles também deve possuir de qualidade e eficiente. Nem sempre é fácil imaginar o índio convivendo em uma sociedade no presente (na cabeça dos que querem prende-los no tempo passado) é algo que muitas vezes é deixado de lado para os educadores que não procuram estudar e se atualizar a respeito da indígena tanto no passado quanto no presente passando informações muitas vezes não condiz com a realidade, onde o índio busca ser visto na sua integralidade e não fragmentados. Saber que dentro da sociedade existem uma pluralidade de raças e etnias que são tão presentes em nosso cotidiano é algo importante para saber valorizar e respeitar a diversidade culturais que existem no nosso país.

Mas se é forte a apresentação dos índios no passado e como pertencentes a um tempo pretérito, fato é que a imagem do índio no livro didático não é uma. Há diferentes imagens, contraditórias entre si, fragmentadas nos manuais escolares. Assim como também são fragmentados os momentos históricos nos quais os índios aparecem. Os livros didáticos produzem a mágica de fazer aparecer e desaparecer os índios na história do Brasil. O que parece mais grave neste procedimento é que, ao jogar os índios no passado, os livros didáticos

não preparam os alunos para entenderem a presença dos índios no presente e no futuro”. (GRUPIONI, 1995, p. 488/9)

A imagem do índio que o livro didático apresenta também é algo a se pensar, o índio sempre vem “bonzinhos demais” (pelos ditos “civilizados”) ou “índios maus” (os “não civilizados, indomáveis ou rebeldes) que são os termos que prevalecem segundo o olhar equivocado de vários historiadores ao longo dos séculos gerando assim a proliferação do equívoco e dos preconceitos que ainda existe sobre eles.

Desde o período colonial que tentou implantar a ideia ou o falso mito da preguiça indígena que até hoje é falado em sala de aula por alguns professores como se fossem verdade científicas que foi construído esse mito pelos senhores de engenhos portugueses que só queriam se utilizar da mão de obra deles sem nada dá-lhes em troca. Uma rapadura dada a cada índio como forma de pagamento multiplicando-se a quantidade de índios por 30 dias quantas rapaduras teriam sido produzidas para efetuar-se esse “pagamento”. Para o dono de engenho isso tinha um custo muito alto e era melhor que eles fossem escravos pois assim não teria a obrigação de pagar-lhes este aparente “salário”. Daí a recusa dos índios em não trabalharem como escravos, mas o dono do engenho escrevia ao rei comunicando que os índios eram preguiçosos e não gostava de trabalhar, surgindo assim a falsa ideologia da construção do mito da preguiça indígena.

Então diante dessas afirmações passadas pelos europeus e reescritas nos livros didáticos deixando brechas para um entendimento vago causando muitas vezes o preconceito e o etnocentrismo que prevalece no âmbito cotidiano a sociedade e da escola que refletem diferentemente em cada indivíduo a depender do conjunto de informações que se tem da verdadeira história dos índios ou da desinformação e do nível de preconceito de cada um em relação a questão indígena. A falta de um material didático pedagógico de qualidade muitas vezes deixa a desejar ou atrapalha o trabalho do educador que deseja contribuir para diminuir ou eliminar os preconceitos existentes sobre a questão.

A solução apresentada por vários livros didáticos parece ser a de que, na história do Brasil, este índio bom contribuiu para a colonização e deixou traços culturais para a nossa nacionalidade. Mas esse índio acabou por desaparecer. Já o índio mau, o índio problema, esse é o que ocupa espaços e que atrapalha o desenvolvimento”. (GRUPIONI, 1995 p. 491)

Para um melhor entendimento a respeito dos indígenas em assegurar seus direitos perante a sociedade, foi necessário eles irem à luta frente ao poder executivo

quando reivindicaram que se contratassem professores indígenas para atuarem nas salas de aula existentes em algumas aldeias de Alagoas e ao mesmo tempo fizeram pressões para que o poder legislativo aprovasse Leis que pudessem beneficia-los, tanto a nível Municipal, Estadual e Federal.

As Leis que foram criadas posteriormente a promulgação da Constituição de 1988, regulamentando o ensino de História de Indígena nas Universidades Federais tanto quanto das populações indígenas puderem produzirem seus livros didáticos a partir da experiência vivencial deles na sala de aula foram avanços importantes no sentido de valorizar o conhecimento real a respeito de suas culturas e identidades locais.

Com a Constituição de 1988 veio também uma virada em relação aos conceitos referente aos indígenas e ao Estado, isso lhes deram novas perspectivas que lhes asseguraram reformulação das Leis especificando o que realmente é necessário levar adiante com base nos princípios da cultura indígena principalmente na linguagem e assim os tornando bilíngues isso vem sendo regulamentado, desde 1988, até chegar a LDB, que veio para reafirmar e regulamentar às determinações gerais da Educação Nacional e de uma Educação Indígena Diferenciada e Inclusiva para índios e não índios nas aldeias.

[...] a LDB assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

[...] de acordo com o artigo 78, “o sistema de ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos indígenas, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta de educação bilíngue intercultural aos povos indígenas”. Foram fixados nesse mesmo artigo, os objetivos para “a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências”, além de possibilitar o “acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas. (BONIN, 2012 p. 38/9)

Para tal implantação desses conhecimentos e pôr em prática o que diz a legislação a respeito dos povos indígenas, a disciplina que ficou “ em carregada de esclarecer a questão histórica sobre diversos povos, os indígenas jamais poderia ficar de fora então a História como disciplina, como lida com vários assuntos também poderá trabalhar a inclusão dos povos indígenas, já que como “primeiro conteúdo vem sempre o “descobrimento” do Brasil”, trazendo assim muitas dúvidas e equívocos historiográficos, para início do tema podemos sugerir a Carta de Pero Vaz de Caminha, já que elas nos traz características do primeiro contato desses povos com os europeus, ressaltando formas físicas, impressões, o ambiente e tantas outras coisas que poderá ser

analisada tanto para os professores e principalmente pelos alunos com um olhar não apenas europeu a respeito deles mas acima de tudo no qual as populações indígenas tem de si próprias que são necessárias serem discutidas e reafirmadas dentro e fora da sala de aula.

Também podem ser abordados em sala de aula o processo de domesticação das plantas e dos animais no Novo Mundo que ainda hoje são utilizados na nossa base alimentar do dia a dia como o milho, a mandioca, a batata doce, a goiaba, o amendoim entre vários outros que os índios receberam como herança cultural dos seus ancestrais pré-históricos além dos remédios à base de raízes, folhas e até o próprio caule da madeira que são utilizados até hoje na medicina popular e na farmacopeia.

O primeiro contato dos portugueses com a população indígenas do Brasil teria se dado em 1500 com a chegada da expedição de Pedro Álvares Cabral na baía cabraia, cujo esse fato histórico ficou tão bem registrada na Carta de Pero Vaz de Caminha que registra as primeiras impressões deles sobre as populações nativas em que não se fala de qualquer tipo de animosidade ou conflito entre eles, porém já uma certa precaução ou aparente afastamento entre eles.

Um bom começo para trabalhar os primeiros contatos entre eles é utilizar a carta de Pero Vaz de Caminha. Ela permite discutir o encontro entre esses dois mundos, o ocidental e o indígena. [...] Da carta, podem-se deduzir alguns estranhamentos por parte dos índios também. (MEDEIROS, 2012, p. 57)

É certo que mesmo com tantos avanços em relação a questão indígena, ainda se percebe uma grande dificuldade de se colocar atitudes e práticas pedagógicas que venham a reconhecer o real valor da importância dessas comunidades indígenas para a própria história do país e a história local que deveria estar reconhecida e inclusa como parte dos conteúdos ou melhor dizendo como parte integrante do próprio projeto político pedagógico das escolas principalmente aonde existem aldeias indígenas como em Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, Pariconha, Joaquim Gomes, Feira Grande e Delmiro Gouveia, mais infelizmente além de existirem poucas escolas nas aldeias indígenas de Alagoas o problema maior e a qualidade do se ensinam nas escolas a respeito deles.

A falsa imagem que ainda se tem em alguns lugares dos índios faz parte eles como se fosse uma caricatura da sua imagem em que se misturaram a falsa ideia da preguiça sobre eles ou o ideário romantizado por José de Alencar ou de falsas fantasias criadas

sobre eles ou condena-los a viverem apenas no passado como se fossem “uma coisa de museu”, ignorando mas que ainda hoje estão bem vivos no tempo presente e que reivindicam o seu papel na história no atual momento contemporâneo.

Para tal permanências que giram ao redor dos indígenas, os livros didáticos muitas vezes se tornam os vilões pois reproduzem o imaginário de uma sociedade ainda “primitiva”, esquecendo assim de destacar a importância desses povos cheios de riquezas culturais que deve ser abordado.

Portanto por outro lado alguns livros didáticos já trazem uma análise mais moderna, uma literatura mais significativa dentro dessas transformações.

Vivemos em um momento de avanços teóricos e de ampliação de pesquisas na temática indígena. Nos livros e currículos escolares, já se sentem essas transformações. No entanto, ainda se podem perceber permanências da velha tradição historiográfica – o que é natural, pois ela atuou por praticamente cinco séculos e deixou um legado com muita força. (MEDEIROS, 2012, p. 56)

O conhecimento antropológico, histórico e cultural produzidos por esses estudiosos nem sempre chegou a base do Ensino Fundamental ou Básico perpetuando ainda uma série de equívocos que tem haver com o processo de formação dos professores e dos possíveis cursos de formação continuada para professores que são feitos com o objetivo do professor melhora, aprofundar e rediscutir determinados pressupostos teóricos e metodológicos da sua formação e até mesmo rever os seus próprios conceitos e preconceitos para que na sala de aula possam exercer a sua profissão de forma mais digna e comprometida com a educação.

Para esses povos é essencial a sua sobrevivência enquanto povo e identidade cultural e que sua história possa ser reescrita dentro do seu olhar, em que não apenas a sua história seja repassada de geração a geração pela oralidade mas também que as escolas engajadas na temática indígena (envolvendo a escola, o seu projeto político pedagógico, os educadores, seu corpo técnico e pedagógico, juntamente com a comunidade indígena possam coletivamente desenvolver estratégias e caminhos que venham contribuir para a preservação das culturas indígenas ou quilombolas para que elas possam alcançar os seus objetivos enquanto cidadãos brasileiros também.

Conhecer, entender e levar nossa história aos mais jovens é a única maneira de ensinar, garantir a continuidade e a permanência de nosso povo. É por de nossa mitologia, transmitida oralmente pelos antigos, que valorizamos os conhecimentos tradicionais. [...]. Nestas narrativas, os velhos nos mostram questões básicas sobre a história e o desenvolvimento dos tipos de coisas ou seres que existem no mundo, bem como a forma de ser e de se relacionar”. (CLAUDINO, 2012, p.113)

Mesmo com a diversidade historiográfica produzida a respeito das populações indígenas através de Monografias de Conclusão de Curso, Teses de Mestrados, Doutorados, Pós Doutorados, documentários ou quaisquer outros tipos de produção acadêmica ou Literária não consegue chegar as aldeias como Conhecimento produzidos nas Universidades ou em quaisquer outras Instituições de Ensino ou Pesquisa, “dificultando ou não” sempre a vida dos primeiros habitantes do Brasil em função de se você foi a alguma aldeia indígena para coletar dados a respeito de qualquer aspectos da vida deles e produzir a minha Tese de Mestrado ou Doutorado em cima do conhecimento e do saber tradicional deles seria no mínimo minha obrigação ética e profissional retornar a aldeia agradecer-lhes pela a ajuda na seção da informação e por fim deixar uma cópia do trabalho produzido sobre a vida deles para que possam utilizá-lo da melhor forma possível a nível de divulgação daquele conhecimento a serem compartilhado por todos.

A educação indígena sempre referiu o macroprojeto nacional, que deixa clara a impossibilidade do plural, já que é baseado na unificação das diferenças pela hegemonia e no silenciamento da diversidade na unidade. Como resultado, temos a perda de memória humana coletiva de muitas sociedades indígenas. A estimativa é que, no Brasil, cerca de 1.000 línguas indígenas desapareceram em quase cinco séculos. Mostramos com isso nossa incapacidade de construir uma sociedade mais ética e respeitosa.

Há boas escolas indígenas à medida que se levam em conta alguns fatores que gradualmente vão avançando em relação ao passado, como o fortalecimento dos mecanismos democráticos da sociedade brasileira. As escolas indígenas apresentam cada vez mais propostas de controle comunitário, ou seja, cresce o número de escolas sob a responsabilidade da comunidade, ainda que pagas pelo governo, com professores índios formados nos cursos de magistérios existentes no Brasil.

Esses cursos já enfatizam questões importantes, antes ausentes, como o papel das línguas indígenas na aprendizagem escolar e de conteúdos e formas culturais entendidas como “próprias”, além do incentivo à expressão e comunicação entre culturas. Com isso, promoveu-se a autoestima, a valorização das identidades étnicas, historicamente muitas afetadas nos grupos indígenas de alto ou baixo grau de contato com a sociedade envolvente.

(GUERRA, 1999, p. 7)

Para que muitos direitos indígenas fossem obtidos muitos deles tiveram que também se qualificar educacionalmente, e muitos chegaram até a graduação com esse propósito. Mas não foi algo fácil chegar a esse ponto porque essa questão era algo que estava fora dos contextos governamentais e não governamentais isso até o final da década de 1990.

Porém nos últimos anos isso passou a ser possível e ganhar uma visibilidade que antes não tinha, porém foi necessário que as questões afirmativas fossem mais presentes, no combate à desigualdade educativa em relação ao Ensino Superior que pudesse contemplar as minorias que antes eram menos favorecidas. As Universidades obtiveram uma demanda mais relevante aos povos indígenas. Porém é importante frisar que com essa etapa educacional podemos dizer que a educação transforma de forma significativa para essa sociedade, mas não sabemos até que ponto é essencial para ele no seu cotidiano.

A demanda por acesso à Universidade tem se tornando relevante para muitos povos indígenas, em vista da situação contemporânea que atravessam e da nova relação estabelecida com o Estado inaugurada com a Constituição Federal de 1988. [...]. Considera-se, que apesar do crescente número de Universidades que implementam ações afirmativas para indígenas, pouco se sabe ainda sobre as situações que eles vivenciam e sobre os impactos que tal formação está exercendo em suas trajetórias individuais e sociais- daí o interesse pela abordagem destas questões. (PALADINO 2016, p.175)

Diante da necessidade de uma educação voltada para os indígenas existe uma preocupação entre os que buscam um curso superior que ganha destaque principalmente os ligados a licenciatura, isso tem uma ligação em relação aos que eles pretendem para que sua cultura permaneçam nas suas aldeias, voltando assim um cuidado de quem ficará responsável por passar os saberes das gerações passadas e suas permanências, porém sem deixar de lado a educação sistemática, dando prioridade a professores que fazem parte dessa comunidade, pois são eles que sabem as necessidades do que deverão passar adiante em aldeias.

Sabendo que para que eles estudem tem que enfrentarem várias dificuldades, pois não tem nem um tipo de apoio para continuarem seus estudos, percebem as discriminações mesmo no âmbito da faculdade um espaço que deveria ser para todos mas para eles ainda soa de forma restritas, os que conseguem muitas vezes retornam como professores para tratarem seus descendentes sem diferenças, fazendo assim com que eles sintam parte de um todo.

Capítulo 3- A QUESTÃO INDÍGENA NA SALA DE AULA: Um Estudo De Caso na Escola De Educação Básica Helena De Oliveira/ Pilar-AL

Inicialmente foi pensado em um Pré-Projeto sob título” Educação Indígena em Alagoas: Um Estudo de caso, permanências e transformações” que ao longo do tempo foi sofrendo suas devidas modificações e ajustes em relação a temática até chegar a um formato que ele tem hoje.

Objetivo Geral:

Analisar o processo histórico de formação dos povos indígenas no Brasil e as suas estratégias de resistência realçando como essa questão é abordada em sala de aula tentando desmistificar mitos e estereótipos acerca desses povos, promovendo um debate no espaço educativo que possa valorizar as suas diferenças e o respeito mútuo.

Objetivos Específicos:

- Compreender as diferenças existentes entre os povos indígenas, sua cultura e identidades que tem muito ainda a contribuir na nossa formação histórica.
- Conhecer aspectos mais gerais das diversas culturas indígenas existentes no Brasil e particularmente em Alagoas.
- Analisar as formas como a temática indígena é trabalhada em sala de aula nos dias atuais.

Hipótese/ problema

- Discutir a problematização desse tema nas escolas públicas ou particulares afim de indagar e tentar obter a resposta da seguinte pergunta: Se será possível aos alunos do Ensino Fundamental II compreender e perceber a importância desses povos em nossa sociedade atual? E como isto é colocado em prática nas salas de aula?

Metodologia

A metodologia utilizada irá depender da quantidade e da qualidade das fontes e informações que se tem em livros científicos ou de Ensino Fundamental que possam

subsidiar a pesquisa, utilizando também de artigos, revistas, jornais ou até fotografias ou mapas que possam subsidiar a referida pesquisa que terá como referencial teórico os trabalhos produzidos por: Wilma Silveira Rosa de Moura, Gilberto Azanha, Virgínia Marcos Valadão, Manuela Carneiro da Cunha, Darcy Ribeiro, Maria Aparecida Bergamaschi e Cloves Antunes entre outros autores que possam contribuir nesse estudo acadêmico de Trabalho de Conclusão de Curso.

Referências Teóricas:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 2010 (Coleção série histórica de bolso)

BERGAMASCHI, Maria Aparecida, **Povos Indígenas: Conhecer e Respeitar** in: Povos indígenas e Educação/ Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Isabel Habckost Della Zen e Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (orgs) 2 Ed. Porto Alegre ED. Mediação, 2012

CLOVIS, Antunes. **Índios de Alagoas: Documentário**, Maceió. Governo do Estado de Alagoas/Sub Secretaria de Comunicação Social, 1984.

DANTAS, Beatriz G. **Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: Um Esboço Histórico**, in: História dos Índios no Brasil/ Manuela Carneiro da Cunha (Org.) São Paulo: Ed. Cia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992.

HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL. Manuela Carneiro da Cunha (Org) São Paulo Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992.

Essas referências bibliográficas ou quaisquer outras utilizáveis na nossa pesquisa são todos importantes no processo de construção do trabalho, já que alguns estão publicados como formatos de livros, artigos, ensaios que serão todos eles de grande relevância para que eu possa criar um juízo de valor a respeito da questão e acima de tudo utiliza-los como elementos de citação de determinadas abordagens do tema ou para qualquer pessoa que estejam interessados nesta temática.

Pesquisa desenvolvida pela professora formanda em História (Licenciatura) pela a Universidade Federal de Alagoas, Isabel Alves Ferreira entre os dias 04/07 do mês de dezembro de 2018 trata-se em si de uma pequena amostragem onde procurei desenvolver um trabalho em sala de aula com os meus alunos da Disciplina História no 7º e 8º ano da Escola de Educação Básica Helena de Oliveira situada na rua Benjamim Constat nº, na

Chã do Pilar, Tendo como finalidade diagnosticar os conhecimentos prévios e os conteúdos trabalhados em sala de aula a respeito da questão indígena dado a sua complexidade onde a sala de aula foi utilizada como laboratório de estudo para discutir, avaliar e tentar medir o grau de entendimento deles desta temática, apesar dos alunos em sua grande maioria estarem na faixa etária de 12 a 14 anos que geralmente se convencionou a chamar de pré-adolescência em que eles estão passando por uma fase de transição entre a meninice e a tornarem-se adultos, onde os conhecimentos trabalhados em sala de aula nem sempre fazem o efeito desejado do processo de ensino e aprendizagem: Ensinar e aprender, aprender e compartilhar, onde esses saberes possam contribuir no processo de valorização da temática indígena na escola e favorecer o respeito as identidades culturais indígenas ou quilombolas em qualquer uma Escola Pública ou Particular dentro do território nacional e especificamente também em Alagoas.

A Escola objeto da nossa discussão é um estabelecimento de Ensino de caráter particular, onde consta a existência de turmas do Ensino Infantil, Fundamental I e II, que tem 9 salas de aula distribuídas de acordo com cada série de ensino dos turnos Matutino e Vespertino, contendo ainda na sua estrutura física e funcional: 1 sala de recepção, 1 secretaria, 1 cantina, 1 sala da direção, 1 pequeno pátio, 8 banheiros para os alunos e mais um na sala da secretaria para professores e funcionários, 1 sala para a coordenação e supervisão da escola, onde todas as salas de aula são climatizadas.

No quadro de profissionais da educação são aos todos 34 funcionários (incluindo professores, Corpo técnico e pedagógico da Escola, Direção e pessoal de apoio), sendo que a maioria desses profissionais do ensino, tem graduação no Ensino Superior com especializações em várias áreas do conhecimento a depender da formação de cada um.

Quanto ao material didático pedagógico utilizado em sala de aula varia ele de acordo com a série que se está a estudar e qual o material ou livro didático adotado, contamos com quadro de vidro, data show, caixas de músicas, vídeo monitoramento das salas de aula, materiais para o exercício de educação física, onde os alunos podem fazer atividades lúdicas, e exercícios para o bem-estar e a saúde de todos.

Para poder melhor compreender quais seriam os conhecimentos prévios que os alunos teriam dentro e fora da sala de aula a respeito da questão indígena e como seria possível tentar fazer um diagnóstico desta situação após a aplicação de um questionário, no qual o objetivo principal era perceber as possíveis mudanças de comportamento e atitude deles no seu convívio social.

Observe as questões abordadas no questionário:

Questionário sobre: “**A Questão Indígena Em Alagoas.**”

Um Estudo de Caso.

1) Texto base:

Leia o texto abaixo, sobre a relação dos Guarani com a terra:

Terra para todos

Os indígenas acreditavam que, quando o mundo surgiu, haviam recebido do Deus criador de tudo o Amambaé, a “Terra do Homem”. O Amambaé era o lugar para plantar e garantir o sustento de cada família. Todos os indígenas tinham direito a uma parte; havia para todos. Sua sobrevivência estava integrada à natureza: os homens faziam as armas, protegiam o grupo, caçavam, pescavam e preparavam a terra para as plantações; as mulheres plantavam, colhiam, cozinhavam e moldavam objetos de cerâmica usados nos rituais e nas refeições; as crianças brincavam e aprendiam a viver.



Índios Guarani ou Carijó, gravura de Ulrich Schmidel (1510-1579).

Adaptado de: *Rio Grande do Sul: um século de história*, Carlos Urbim, Mercado Aberto.

<https://www.bing.com/images>

Depois de ter sido já trabalhado anteriormente em sala de aula os conteúdos programáticos identificados com a questão indígena quando foi se utilizado de um pequeno texto de autoria do historiador Carlos Urbim sob título “Rio Grande do Sul: Um século de História”, Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, que apresenta um tamanho ideal para a leitura ou entendimento de um pré e adolescente a respeito da questão indígena, havendo apenas uma sugestão a ser seguido se possível ou não que substituísse o texto sobre os índios “Guaranis” ou “Carijos” por índios de Alagoas Xukuru-Kariri de Palmeiras dos Índios ou Kariri-Xocos de Porto Real do Colégio, Tingui-Boto de Feira Grande ou das Wassu-Cocal de Joaquim se utilizando de algum recorte de jornais idôneo ou de livros sobre os índios de Alagoas mas isto não chega ser um problema por si só. O importante é a intensão e o efeito desejado na prática pedagógica e vivencial dos alunos no seu dia a dia dentro das suas realidades. A seguir questões utilizadas.

2) QUESTIONÁRIO. Marque um X na sua resposta.

2.1) Para você o que é ser índio?

A- É toda parte da população brasileira ou alagoana que vivem quase “nus” e tem penas na cabeça.”

B- É aquela parte da população brasileira ou alagoana que continua lutando pela “posse de suas terras” e “preservação da sua cultura.”

C- É aquela parte da população brasileira ou alagoana que continuam lutando por direitos as suas terras, a saúde e a uma identidade cultural.

D- As letras “a, b e c” se completam, porém, todas as alternativas estão corretas.

2.2). Defina o que é ser índio? Faça um desenho ou dê a sua opinião.

2.3) Na sua opinião onde vivem os índios?

A -Na mata.

B - No campo.

C- Próximo as cidades ou nas cidades.

D - Nas aldeias.

2.4) Como os índios vivem ou sobrevivem na atualidade?

A- produzindo artesanato para vende nas feiras.

B - cortando cana nos canaviais e outros trabalhos.

C - da caça ou pesca a depender da destruição do meio ambiente.

D- com dificuldades de sobrevivência em função de todas estas situações colocadas acima nas alternativas “a, b e c” estão corretas.

2.5) Você acha que o índio precisa de um dia específico como o dia do índio para ser lembrado?

A () Sim b () Não c () Tanto faz d () Todos os dias é dia.

2.6) Você já “viu ou conviveu” com algum índio (a) ou dentro ou fora da sua sala de aula?

A () Sim B () Não C () Talvez D () Não sei

2.7) Como o índio é “apresentado” no seu livro didático?

A- Nem aparece

B- Resumido

C- Como preguiçoso

D - Como um brasileiro ou alagoano que deve ser respeitado no seu modo de ser, pensar e agir, independentemente de ser índio ou não (sendo índio mais ainda merece respeito por todo processo histórico).

2.8) Em algum momento da sala de aula fora o dia do índio 19 de abril quando ele é falado em sala de aula?

A - Só no dia do índio 19 de abril.

B - Em outros momentos da sala de aula, a depender do assunto que está se tratando na sala de aula.

C - Quando está próximo ao São João porque o milho foi descoberto pelos índios e utilizados por eles até hoje como alimento.

D - Quando se estar próximo ao carnaval para lembrar-se do uso de “penas” de aves nas fantasias de carnaval.

2.9) Por que a temática indígena é tão pouco falado nas salas de aula? se eles nos legaram ou deixaram uma série de instrumentos de caça e pesca ainda utilizados por eles como por eles como por nós como: (puçá, jereré, a Canoa, o arco, a flecha, o tacape, a lança etc.) tanto quanto as redes de dormir a esteira, o beiju, o milho, o amendoim, a goiaba, a acerola, à abobora, o abacaxi, a mandioca e uma infinidade de plantas comestíveis ou medicinais (que servem para fazer remédios até hoje que são heranças culturais indígenas que pouco valorizamos no nosso dia a dia.

A- Porque não conhecemos mais sobre o modo de vida dos índios.

B- Porque o que se fala em sala de aula sobre os índios é insuficiente, para melhor entendermos o seu modo de vida tão rico e diversificado.

C- Geralmente se acha que o modo de vida do índio é simples demais e não há necessidade de leva-los tanto a sério.

D- Porque não podemos perder tanto tempo com um assunto só.

2.10) Se você pudesse ir a uma aldeia indígena o que você gostaria de saber ou pergunta-los, transforme isto numas ou mais perguntas.

Agora vejamos quem foram os alunos que responderam ao “questionário-diagnóstico” a respeito da questão indígena em sala de aula da Escola de Educação Básica no fundamental II.

INFORMAÇÕES SOBRE OS ALUNOS

ALUNO (A)	SEXO	IDADE	SÉRIE
AGTA VITÓRIA	FEM.	13	7º
CAUÃ DA COSTA SANTOS	MASC.	14	8º
CAROLINE MARTINS DA SILVA	FEM.	12	7º
ELENILDO GREGÓRIO DE O. FILHO	MASC.	14	8º
LÍVIA CAROLINE DE BARROS SILVA	FEM.	14	8º
LUIZ FERNANDO SANTOS DE MELO	MASC.	13	8º
MARIA BEATRIZ GOMES DA SILVA	FEM.	12	7º
VITÓRIA THAYNA B.M.S	FEM.	12	7º
VALQUIISA REBECA	FEM.	14	8º
WENDERSON MATHEUS DE MORAES	MAS.	14	8º
WEVERTON LEANDRO O. SANTOS	MAS.	13	8º

Apenas 11 alunos responderam o questionário, sendo 05 meninos e 06 meninas numa faixa etária de 12 anos a 14 anos (pré-adolescência) das turmas do 7º e 8º ano do Ensino Fundamental II que nos dar uma amostragem (através das respostas deles) de “quanto” e “como a questão indígena é trabalhada nas salas de aula pelos seus professores.

Questão 2.1

Para você o que é ser índio?

A - É toda parte da população brasileira ou alagoana que vivem quase “nus” e tem penas na cabeça.”

B - É aquela parte da população brasileira ou alagoana que continua lutando pela “posse de suas terras” e “preservação da sua cultura.”

C - É aquela parte da população brasileira ou alagoana que continuam lutando por direitos as suas terras, a saúde e a uma identidade cultural.

D - As letras “a, b e c” se completam, porém todas as alternativas estão corretas

A seguir as respostas passo a passo das questões:

- | | |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| 1) Agta Vitória = Letra C | 2) Cauã da Costa = Letra D |
| 3) Caroline Martins = Letra B | 4) Elenildo Gregório = Letra B |
| 5) Lívia Caroline = Letra | 6) Luiz Fernando Santos = Letra B |
| 7) Maria Beatriz Gomes = D | 8) Vitória Thayna = Letra B |
| 9) Valquisa Rebeca = Letra B | 10) Wenderson Matheus = Letra C |

10) Wéverton Leandro = Letra B

RESPOSTAS: QUESTÃO 2.1

LETRA	ALUNOS	PORCENTUAL
ERRADA (B)	06	54,54%
ERRADA (C)	03	27,27%
ERRADA (D)	02	18,18%

Da questão 2.1 “Para você o que é ser índio?”

A margem de acertos foram muito baixa tendo 06 alunos das 11 respondido ou assinalado a letra “B” como resposta certa para eles o que corresponde a uma margem de percentual de 54,54%, já que a resposta da questão é a letra “D” que só foi respondido por 02 alunos que corresponde um percentual de acerto de 18,18%, enquanto que, 03 alunos teriam optado pela letra “C”, o que também teriam errado na resposta da questão.

Um percentual tão alto de erro não quer dizer que eles não se interessam pelas questões pois no nosso entender é um elemento típico da adolescência responder uma questão – seja ela de qualquer matéria, sem observar as questões direito, um pouco desatentos que é típico da idade deles mas que merecem uma reflexão mais apurada.

Questão 2.2

2.2). Defina o que é ser índio? Faça um desenho ou dê a sua opinião.

ALUNO (A)	DESENHO	OPINIÃO
AGTA VITÓRIA	-	-
CAUÃ DA COSTA SANTOS	OK	-
CAROLINE MARTINS DA SILVA	-	-
ELENILDO GREGÓRIO DE O. FILHO	-	OK
LÍVIA CAROLINE DE BARROS SILVA	OK	OK
LUIZ FERNANDO SANTOS DE MELO	-	OK
MARIA BEATRIZ GOMES DA SILVA	-	OK
VITÓRIA THAYNA B.M.S	OK	OK
VALQUISA REBECA	OK	-
WENDERSON MATHEUS DE MORAES	-	OK
WÉVERTON LEANDRO O. SANTOS	-	OK

Vejam as opiniões dos alunos a seguir de forma aleatória:

“Para mim Índio não é só viver nas aldeias e sim lutar pelos seus direitos como todos os brasileiros. Os Índios são importantes como todos nós”. (Maria Beatriz)

“Respeite o índio ele não é diferente de nós, somos todos iguais”. (Vitória Thayna)

“Uma pessoa livre que mais que luta todo dia por seus direitos”. (Wéverton Leandro)

“É um homem ou mulher que vive no meio do mato, melhor dizendo uma aldeia que tem culturas e costumes”.

“É viver na floresta, vivendo da pesca e da caça, sobrevivendo no Brasil desde antes dos portugueses e mantendo as suas culturas até hoje”. (Elenildo Gregório)

“Pra mim é um grupo que morava no Brasil antes de ser descoberto pelos portugueses e também um grupo que defende suas culturas e tradições”. (Luiz Fernando)

“Acho que os índios no Brasil e em Alagoas não tem tanto reconhecimento quanto deveriam ter”. (Wenderson Matheus)

Apenas 02 alunos não deram respostas (desenhos ou escrito), tendo 04 feito desenho (se expressado através do desenho), 07 expressado a sua opinião sobre os índios e 2 outras pessoas (feito desenho e expressado a sua opinião conjuntamente (feito ambas as coisas desenho e um breve comentário).

Dos 02 alunos que não deram nenhuma resposta para a questão 2.2 do questionário eles representaram um percentual de 18, 18% ao passo que 04 alunos teriam apenas feito um desenho para caracterizar a cultura indígena apresentando um percentual de 36,36% onde 07 dos 11 alunos emitiram a sua opinião sobre o que é ser índio para eles representando um percentual maior de respostas acertadas de 63,63% do seu total e apenas 02 alunos tanto fizeram os desenhos quanto emitiram a sua opinião sobre os índios

Questão 2.3

2.3) Na sua opinião onde vivem os índios?

A - Na mata.

B- No campo.

C - Próximo as cidades ou nas cidades.

D- Nas aldeias.

ALUNO (A)	MATA	CAMPO	PROX. CIDADES	ALDEIAS
AGTA VITÓRIA				X
CAUÃ DA COSTA SANTOS				X
CAROLINE MARTINS DA SILVA	X			
ELENILDO GREGÓRIO DE O. FILHO				X
LÍVIA CAROLINE DE B. SILVA				X
LUIZ FERNANDO S, DE MELO				X
MARIA BEATRIZ G. DA SILVA				X
VITÓRIA THAYNA B.M.S				X
VALQUIZA REBECA				X
WENDERSON MATHEUS DE MORAES				X
WÉVERTON LEANDRO O. SANTOS				X

Dos 11 alunos 10 deles responderam que os índios viveriam em aldeias o que quer não deixa de ser uma verdade porém nem todas áreas se encontrou demarcadas legalmente hoje, alcançando um percentual de acerto de 90% das suas respostas mas o problema indígena hoje adquiriu um nível de complexidade bastante grande vivendo eles em cidades (zonas urbanas), áreas rurais (no campo) próximo as cidades ou principalmente nas aldeias, algumas delas já demarcadas ou não.

Para o melhor entendimento da situação recorremos um dado oficial do IBGE /FUNAI relativo aos domicílios dos índios segundo a localização deles no espaço territorial brasileiro.

População Indígena por situação do domicílio segundo a localização do domicílio- Brasil 2010

Localização por Domicílio	Total	Urbana	Rural
Total	896.917	324.834	572.083
Terras Indígenas	517.383	25.963	491.420
Fora das Terras Indígenas	379.534	298.871	80.663

Fonte IBGE/ Censo 2010/ FUNAI

Questão 2.4

2.4) Como os índios vivem ou sobrevivem na atualidade?

A - Produzindo artesanato para vende nas feiras.

B - Cortando cana nos canaviais e outros trabalhos.

C - Da caça ou pesca a depender da destruição do meio ambiente.

D - com dificuldades de sobrevivência em função de todas estas situações colocadas acima nas alternativas “a, b e c” estão corretas./

ALUNO (A)	Artesanato	Cana	Caça, pesca	Todas as Letras
AGTA VITÓRIA				X
CAUÃ DA COSTA SANTOS			X	
CAROLINE MARTINS DA SILVA				X
ELENILDO GREGÓRIO DE O .FILHO	X			
LÍVIA CAROLINE DE B. SILVA			X	
LUIZ FERNANDO S, DE MELO	X			
MARIA BEATRIZ G. DA SILVA			X	
VITÓRIA THAYNA B.M.S	X			
VALQUIISA REBECA		X		
WENDERSON MATHEUS DE MORAES			X	
WÉVERTON TON LEANDRO O. SANTOS			X	
TOTAL	03	01	05	02

Apenas 02 alunas acertaram (Agta e Caroline) o que representa um percentual de 18,18% relativamente baixo para a resposta correta para a questão de “Como vivem ou sobrevivem os índios na atualidade”, tendo apenas 1 aluno respondido que os “índios estariam cortando cana e fazendo outros trabalhos executados por eles”, que corresponderia a 9,09% do seu total contra 03 alunos que teriam respondido que 27,27% deles apostaram que os índios estariam produzindo artesanato para vender nas feiras ao passo que 05 dos 11 alunos teriam respondido que “eles viveriam da caça, ou pesca à depender da destruição do meio ambiente”, que corresponderia à nível percentual da maioria dos alunos ou seja 45,45% das respostas obtidas.

Questão 2.5

2.5) Você acha que o índio precisa de um dia específico como o dia do índio para ser lembrado?

A () Sim b () Não c () Tanto faz d () Todos os dias é dia.

ALUNO (A)	Sim	Não	Tanto faz	Todos os dias é dia
AGTA VITÓRIA	X			
CAUÃ DA COSTA SANTOS	X			
CAROLINE MARTINS DA SILVA	X			
ELENILDO GREGÓRIO DE O. FILHO	X			
LÍVIA CAROLINE DE B. SILVA			X	
LUIZ FERNANDO S, DE MELO				X
MARIA BEATRIZ G. DA SILVA	X			
VITÓRIA THAYNA B.M.S		X		
VALQUIZA REBECA		X		
WENDERSON MATHEUS DE MORAES	X			
WÉVERTON LEANDRO O. SANTOS	X			
TOTAL	07	02	01	01

Da questão em tese sobre ter-se ou não um dia para comemorar o dia do índio (19 de Abril) 7 dos 11 alunos responderam que sim reafirmando a necessidade de ter um dia específico para eles serem lembrados, em pensar que um país como nosso de “desmemoriados” em que se dar pouco ou quase nenhum valor a sua memória histórica ainda é válida a ideia de Candido Mariano Rondon em estabelecer uma data comemorativa para eles não serem esquecidos depois da criação do Serviço de Proteção ao Índio, apesar de saber-se e ter-se hoje uma mentalidade cada vez maior entre os educadores do nosso país de que “Todo Dia É Dia DE ÍNDIO”, segundo aquela música cantada por Baby Consuelo Há muitos anos atrás.

Questão 2.6

2.6) Você já “viu ou conviveu” com algum índio (a) ou dentro ou fora da sua sala de aula?

A () Sim B () Não C () Talvez D () Não sei

ALUNO (A)	Sim	Não	Tavez	Não sei
AGTA VITÓRIA		X		
CAUÃ DA COSTA SANTOS		X		
CAROLINE MARTINS DA SILVA		X		
ELENILDO GREGÓRIO DE O.FILHO		X		
LÍVIA CAROLINE DE B. SILVA		X		
LUIZ FERNANDO S, DE MELO		X		
MARIA BEATRIZ G. DA SILVA		X		
VITÓRIA THAYNA B.M.S			X	
VALQUISIA REBECA		X		
WENDERSON MATHEUS DE MORAES		X		
WÉVERTON LEANDRO O. SANTOS		X		
TOTAL	-	10	01	-

Dez alunos responderam que “nunca viram ou conviveram com algum índio dentro ou fora da sua sala de aula” já que não existe nenhuma aldeia indígena no município do Pilar ou nas proximidades sendo uma área pouquíssima ou quase nunca frequentada pelos índios, representando um percentual de 90% das suas respostas e apenas 1 aluno respondeu “Talvez” que corresponde a um percentual de 9,09% de resposta e de como “Talvez seja o termo “incerto” ou impreciso, não ficou claro o que ele na realidade quis dizer na verdade, elemento duvidoso para a pesquisa em si. Há a necessidade de se perguntar o que é índio para você?

Muito bem se sabe que o município do Pilar/AL teria historicamente nascido de um aldeamento indígena chamado de “Aldeia de Santo Amaro” que pertencia na época a região geográfica de Santa Maria Madalena de Alagoas do Sul (hoje Marechal Deodoro) que geo-historicamente teria dado origem ao povoamento do Pilar que era um aldeamento de índios da nação Tupi de origem Kariri que depois teria sido fundada a margem da lagoa Manguaba uma pequena aldeia de pescadores e no século XVII a fundação do “Engenho Velho”, que dar início a instalação outros engenhos na região do Pilar posteriormente.

Questão 2.7

2.7) Como o índio é “apresentado” no seu livro didático?

A- Nem aparece

B- Resumido

C- Como preguiçoso

D- Como um brasileiro ou alagoano que deve ser respeitado no seu modo de ser, pensar e agir, independentemente de ser índio ou não (sendo índio mais ainda merece respeito por todo processo histórico).

ALUNO (A)	A	B	C	D
AGTA VITÓRIA				X
CAUÃ DA COSTA SANTOS				X
CAROLINE MARTINS DA SILVA				X
ELENILDO GREGÓRIO DE O. FILHO				X
LÍVIA CAROLINE DE B. SILVA				X
LUIZ FERNANDO S. DE MELO				X
MARIA BEATRIZ G. DA SILVA				X
VITÓRIA THAYNA B.M.S				X
VALQUISIA REBECA				X
WENDERSON MATHEUS DE MORAES				X
WÉVERTON LEANDRO O. SANTOS				X
TOTAL	-	-	-	11

Pela primeira vez os 11 alunos fecharam a questão em torno de uma única resposta a letra “D”, em que 100% dos alunos a obtiveram com resposta correta na concepção deles.

Nos nossos livros didáticos usados nas escolas pública ou particulares de certa forma e de maneira geral por existirem algumas poucas exceções a regra ajudam a formar uma visão equivocada e distorcida sobre as sociedades indígenas brasileira. Para tanto uma leitura crítica aos livros didáticos em uso, apontando algumas deficiências, mas comuns associando elas a preconceitos e discriminação já que, tal conhecimento mais crítico e apurado sobre a questão indígena nem sempre ultrapassou os muros das academias, Universidades ou a alguns circuitos restritos de especialistas estudiosos desta temática. Nas escolas geralmente a questão indígena é frequentemente ignorada nos programas curriculares ou são

mal trabalhados em sala de aula ou “dados de qualquer jeito” (sem o devido preparo intelectual e comprometimento político) na ação pedagógica por parte dos professores “geralmente”.

Dentro da sala de aula, os professores revelam-se mal informados sobre o assunto e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil. As organizações não-governamentais, que tem elaborado campanhas de apoio aos índios e produzido material informativo sobre eles, tem atingido uma parcela muito reduzida da sociedade. (GRUPIONI, 1995, p. 482)

Se levando em conta todo o conhecimento produzido a respeito dos índios no Brasil, continuam eles povo desconhecidos, ignorados, cercados de preconceitos e estereótipos sobre eles os mais diversos. A imagem de um índio genericamente estereotipado é aquela que “vive nu na mata, mora em ocas ou tabas e cultuam os seus deuses da mata.

Em 1990 aconteceu o I Encontro de Professores Indígenas de Rondônia que reivindicavam “que se respeitem aos índios e suas culturas nas escolas não-indígenas e nos livros didáticos também”. (GRUPIONI, 1995, p. 483).

Questão 2.8

2.8) Em algum momento da sala de aula fora o dia do índio 19 de abril quando ele é falado em sala de aula?

A- Só no dia do índio 19 de abril.

B- Em outros momentos da sala de aula, a depender do assunto que está se tratando na sala de aula.

C- Quando está próximo ao São João porque o milho foi descoberto pelos índios e utilizados por eles até hoje como alimento.

E- Quando se estar próximo ao carnaval para lembrar-se do uso de “penas” de aves nas fantasias de carnaval.

ALUNO (A)	A	B	C	D
AGTA VITÓRIA		X		
CAUÃ DA COSTA SANTOS		X		
CAROLINE MARTINS DA SILVA		X		

ELENILDO GREGÓRIO DE O. FILHO		X		
LÍVIA CAROLINE DE B. SILVA		X		
LUIZ FERNANDO S, DE MELO		X		
MARIA BEATRIZ G. DA SILVA		X		
VITÓRIA THAYNA B.M.S		X		
VALQUISIA REBECA		X		
WENDERSON MATHEUS DE MORAES		X		
WÉVERTON LEANDRO O. SANTOS		X		
TOTAL	-	-	-	11

Nessa questão os alunos obtiveram 100% de acertos responderam a letra “B”, “O dia do índio foi comemorado pela primeira vez no Brasil em 1944, já que le foi sendo comemorado sempre no mês de abril no dia 19 (hoje dia do índio). É provável que no nosso imaginário coletivo tenhamos alguma lembrança de ter tomado parte de alguma dessas comemorações nos bancos escolares, pintando as crianças no rosto ou fazendo cocares ou usando penas de galinha para “produzirem” ou melhor dizendo tentando reproduzirem por aproximação a vestimenta dos índios, dentro de uma visão também estereotipada sobre eles sem que as crianças tivessem a devida consciência dessa alienação, obstaculizada pela inocência deles.

Questão 2.9

2.9) Por que a temática indígena é tão pouco falado nas salas de aula? se eles nos legaram ou deixaram uma série de instrumentos de caça e pesca ainda utilizados por eles como por eles como por nós como: (puçá, jereré, a Canoa, o arco, a flecha, o tacape, a lança etc.) tanto quanto as redes de dormir a esteira, o beiju, o milho, o amendoim, a goiaba, a acerola, à abobora, o abacaxi, a mandioca e uma infinidade de plantas comestíveis ou medicinais (que servem para fazer remédios até hoje que são heranças culturais indígenas que pouco valorizamos no nosso dia a dia.

A- Porque não conhecemos mais sobre o modo de vida dos índios.

B- Porque o que se fala em sala de aula sobre os índios é insuficiente, para melhor entendermos o seu modo de vida tão rico e diversificado.

C- Geralmente se acha que o modo de vida do índio é simples demais e não há necessidade de leva-los tanto a sério.

D- Porque não podemos perder tanto tempo com um assunto só.

ALUNO (A)	A	B	C	D
AGTA VITÓRIA	-	-	-	-
CAUÃ DA COSTA SANTOS		X		
CAROLINE MARTINS DA SILVA		X		
ELENILDO GREGÓRIO DE O. FILHO		X		
LÍVIA CAROLINE DE B. SILVA		X		
LUIZ FERNANDO S, DE MELO		X		
MARIA BEATRIZ G. DA SILVA	X			
VITÓRIA THAYNA B.M.S	X			
VALQUISIA REBECA			X	
WENDERSON MATHEUS DE MORAES		X		
WÉVERTON LEANDRO O. SANTOS			X	
TOTAL	02	06	02	-

Dois alunos responderam a letra “A” que correspondem a um percentual de 18,18% da respostas dadas sobre o “porque não conhecemos mais sobre o modo de vida dos índios”, 06 alunos responderam a letra “B” que corresponde a 54,54% de acertos sobre “porque o que se fala em sala de aula sobre os índios é insuficiente, para melhor entendemos o seu modo de vida tão rico e diversificado”, outros 02 alunos ao que correspondem ao um percentual de 18,18% de acerto por parte deles “dizendo que “geralmente se acha que o modo de vida do índio é simples demais e não há necessidade de leva-los tão a sério” e uma aluna não deu resposta nenhuma para esta questão objeto da pesquisa.

Questão 2.10

2.10) Se você pudesse ir a uma aldeia indígena o que você gostaria de saber ou pergunta-los, transforme isto numas ou mais perguntas.

A seguir as perguntas feitas pelos alunos endereçadas aos povos indígenas:

“Eu iria perguntar o que eles comem? “O que fazem para se manter em segurança onde eles vivem?”. (Agta Vitória)

“Porque eles fazem vários rituais?” Se todas as medicações dele funcionam para todas as doenças que eles têm?”. (Cauã da Costa)

“Se eles não têm curiosidade de ir morar na cidade”. (Caroline Martins)

“Eu perguntaria se é bom viver nesse modo de vida”. (Elenildo Gregório)

“Como eles vivem atualmente”. (Lívia Carolline)

“Eu gostaria de perguntar como é viver na aldeia com animais perigosos, e como é a comida nas aldeias”. (Luis Fernando)

“Para você o que é ser índio? Para mim o índio é muito importante e para você?”. (Maria Beatriz)

“Como é o seu dia a dia no dia de hoje? E como fazem os remédios”. (Valquisia Rebeca)

“Porque vocês não vão a cidade? O que vocês fazem no seu cotidiano?”. (Wenderson Matheus)

“Como é que eles podem viverem felizes sem o respeito e dignidade que eles devem ter?”. (Wéverton Leandro)

Entre os 11 alunos apenas uma aluna não fez nenhuma pergunta totalizando 90% de aproveitamento da questão. Com essas perguntas fica claro que ainda existem muitas curiosidades em relação à vida dos indígenas e muitas lacunas a serem respondidas dentro e fora das escolas, e como a pergunta sugere que essas sejam feitas aos próprios índios pois só assim será possível uma visão da história contada por eles, ao longo do questionário tentamos observar as questões mais corriqueiras e outras de cunho particular dos indígenas, os alunos que participaram desse trabalho de certa forma nos passa uma “visão geral do restante da população” do que se conhece do índio, e tantas outras coisas que muitas vezes ficam sem respostas, já que para se dar uma resposta coerente a respeito de tais particularidades é necessário entender a significância deles (índios em nosso contexto histórico e toda a dinâmica social para que assim passamos a olhar o outro seja quem for, a cultura que tiver com respeito e que a sociedade propague um censo de justiça

para todos independentemente da realidade de cada um. Para um melhor entendimento da questão utilizei-me de uma fala de José Otávio Catafesto de Souza quando ele diz e eu concordo plenamente: “É preciso revirar os escombros do passado e reconhecer as injustiças executadas historicamente sobre grupos locais em nome de ufanismos imperialistas, de dogmatismos religiosos e ideologias de desenvolvimento ao longo dos últimos séculos”. (SOUZA, 2012, p.21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou um estudo e uma reflexão mais apurada sobre os povos indígenas no contexto histórico, cultural e social das Alagoas. Ao abordar essas questões levamos em consideração a realidade desses povos e os demais que muitas vezes desconhecem sua própria história, levando adiante a ignorância que se perpetua no cotidiano dessas e de outras populações, sabemos que o nosso país é cheio de equívocos, contradições e permanências dos estigmas sociais, onde muitos preferem observar a história do outro (isso quando faz) do mais distante possível.

Muitas características dessa falta de conhecimento e muitas vezes vontade de saber mais sobre a vida de cada povos é o que faz com que muitos povos permaneçam apenas no passado pois é cômodo falar o que já ouvimos desde sempre, sem precisar uma análise mais profundada sobre cada assunto um caso que ainda é pertinente é a questão indígena, que muitos ainda os veem como “seres primitivos” e não seres que podem e “devem” caso eles joguem necessário participar das decisões do país ao qual eles vivem.

A questão indígena é historicamente, um problema de Estado. Guerra, escravidão, confinamento territorial, miscigenação forçada, aculturação, tutela de direitos formas com que os Estados Nacionais foram lidando com o seu problema. Inimigos da Coroa, desprovidos de alma, traidores do Império, Ôbices aos objetivos nacionais permanentes, ameaça à integridade do território e a soberania do Brasil. Todas essas qualificações, e muitas outras já foram atribuídas pelos Estados aos índios. Mas a relação com os índios não é somente um problema de Estado é também problema na relação com a sociedade nacional, muitos povos ocultaram suas identidades por séculos para subsistir ao preconceito. Há invasão das terras indígenas, transmissão de doenças, evangelização forçada, disseminação de bebidas alcólicas e um enorme conjunto de afetações promovidas por segmentos da sociedade que tem interesse até dúbios quando há a omissão de grande parte da sociedade quando se trata da questão indígena- o grifo é nosso. (SANTILLI, 2000, p. 11/12)

Sabemos que muito ainda precisam serem feitos em relação a essa questão principalmente com criações de políticas públicas que contemple qualquer cidadão residente no território.

Ao longo da construção do trabalho e principalmente com as respostas dos alunos que responderam o questionário, é através dessas e de outras pesquisas a respeito da temática indígena que percebemos o quanto ainda existe de “atraso” das informações sendo essas capazes de criar o senso crítico principalmente quando essas discussões são feitas nas escolas sejam elas indígenas ou não, onde as devidas informações possam trazer

a história dos indígenas em sua totalidade se possível e não de forma generalizada a onde possa haver lacunas para possíveis dúvida tanto nas aldeias ou fora delas, a educação precisa ser levada a sério, pois é através dos conhecimentos científicos que podemos dar respostas para superar tais “atrasos em relação as culturais existentes”, desinformações, preconceitos. Assim como nos relata BONIN 2012, p. 33 “A escola não apenas produz e socializa saberes, ela produz experiências cotidianas que vão nos integrando em uma lógica de sociedade e, ao mesmo tempo, vão produzindo o lugar social que podemos e devemos ocupar”.

Também foi visto em algumas respostas dos alunos coerência e informações corretas sobre o que eles entendem sobre a história dos povos indígenas.

Outro fator importante que foi discutido nesse trabalho foi a importância de Profissionais da Educação capacitados (principalmente os professores) para trabalharem essa temática na sala de aula, onde os resultados possam ser percebidos através da inclusão social, outra situação é a capacitação dos próprios índios onde eles possam contar a sua história de acordo com sua vivência e não apenas de uma visão colonizadora e europeia , onde os índios possam torna-se protagonistas da história, que sua existência possa ser levada em consideração pelo restante da população.

Com esse trabalho pretendo contribuir com a formação de um conjunto de ideias que possam surgir dentro da Academia Universitária principalmente no Curso de História ou em quaisquer outros, abrindo brechas para novas pesquisas, e que qualquer cidadão sejam indígenas ou não possam perceber que a história não pode ser contada apenas de um lado, mas que cada um faz parte do processo histórico que não surgiu agora e sim bem antes da “formação do Brasil” propriamente dito já existiam os indígenas e que foi através deles que toda essa trajetória se iniciou e continua em constantes transformações.

E por fim desejo que a população indígena seja vista com mais respeito e compromisso, pois todos devemos respeitá-los como eles são.

REFERÊNCIAS

A PARAÍBA DAS ORIGENS À URBANIZAÇÃO/ José Octávio (Introdução e Organização) João Pessoa. Fundação Casa de José Américo. Universidade Federal da Paraíba. 1983.

Alagoas: herança indígena / Douglas Apratto Tenório, José Campos da Costa (Orgs). - Arapiraca: EdUneal, 2015.

ALBUQUERQUE, Clovis Antunes Carneiro de. **Índios de Alagoas: Documentário**. Maceió. Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Alagoas. 1983

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 2010 (Coleção série histórica de bolso)

ANDRADE, Manuel Correia de. **Os Descobrimentos Portugueses: Brasil e África in: 500 anos: Reflexões/** Silvana Brandão. (Org) Colaboradores: Ana P. Torres Ramos, Ilustração Manuel Bandeira. Recife, Ed. Universitária 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e Destilaria das Alagoas: Uma Contribuição ao Estudo da Produção do Espaço**. Maceió, Edufal. 2010.

AFONSO, Eduardo José. **A Guerra dos Emboabas**. São Paulo. Ed. Ática. 1998 (Coleção Guerras e Revoluções Brasileiras).

A'RBOCZ, Istvan Inre Lasvlo. **Ensaio sobre a História Econômica do Rio Grande do Norte**. Natal. Ed. Universitaria UFRN/ s.d

ASSIS, José Santino de. **Atlas Escolar Alagoas: Espaço Geo-histórico e Cultural**. José Santino de Assis, Andreia Luiza Alves e Melchior Carlos do Nascimento 2. Edição, João Pessoa, Ed. Grafset, 2013

ATLAS ESCOLAR BAHIA: Espaço Geo-histórico e Cultural. Barbara, Christine Nentiwig Silva/ et all/ 3. ed João Pessoa. Ed. Grafset. 2013.

ATLAS ESCOLAR CEARÁ: Espaço Geo-histórico e Cultural, José Borzacchiello da Silva, Tércia Correia Cavalcante (Coord.). João Pessoa, Ed. Grafset, 2004

ATLAS ESCOLAR DE PERNAMBUCO: Manuel Correia de Oliveira Andrade (Coord.) João Pessoa. Ed. Grafset. 2003.

ATLAS ESCOLAR DO PIAUÍ: Geo-histórico e Cultural, José Luíz Lopez Araújo (Coord.) João Pessoa, Ed. Grafset. 2011.

ATLAS ESCOLAR SERGIPE: Espaço Geo-histórico e Cultural. Vera Lúcia Alves França, Maria Tereza Souza Cruz (Coord), João Pessoa, Ed. Grafset. 2013.

ATLAS ESCOLAR PARAÍBA: Espaço Geo-histórico e Cultural. Janete Lins Rodriguez/ Coord. 4 ed. João Pessoa. Ed Grafset. 2012

BERGAMASCHI, Maria Aparecida, **Povos Indígenas: Conhecer e Respeitar** in: Povos indígenas e Educação/ Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Isabel Habckost Della Zen e Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (orgs) 2 Ed. Porto Alegre ED. Mediação, 2012

BONIN, Iara Tatiana, **Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor** in: Povos indígenas e Educação/ Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Isabel Habckost Della Zen e Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (orgs) 2 Ed. Porto Alegre ED. Mediação, 2012

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. 26 Edição, São Paulo, Editora Brasiliense 1991(coleção primeiro passos n° 20)

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil: Geral e Regional (São Paulo e o Sul)**, São Paulo. Ed Cultrix. 1967, Volume 5

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil: Geral e Regional (Rio e Minas)**, São Paulo. Ed. Cultrix. 1967, Volume 4

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil: Geral e Regional (Grande Oeste)**, São Paulo. Ed. Cultrix. 1967, Volume 6

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil: Geral e Regional (Amazonia)**. São Paulo. Ed. Cultrix. 1967, Volume 1

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil: Geral e Regional (Nordeste)**. São Paulo. Ed. Cultrix. 1972, Volume 3

CLAUDINO, Zaqueu Key. **Kamê e Kajru: A Dualidade fértil na Cosmologia Kaiagang**, in: Povos indígenas e Educação/ Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Isabel Habckost Della Zen e Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (orgs) 2 Ed. Porto Alegre ED. Mediação, 2012

CLOVIS, Antunes. **Índios de Alagoas: Documentário**, Maceió. Governo do Estado de Alagoas/Sub Secretaria de Comunicação Social, 1984.

DANTAS, Beatriz G. **Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: Um Esboço Histórico**, in: História dos Índios no Brasil/ Manuela Carneiro da Cunha (Org.) São Paulo: Ed. Cia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992.

DAVIDOFF, Carlos. **BANDEIRANTISMO: Verso e Reverso**. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1982.

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADES: **Um Diálogo Necessário na Educação Básica**. Gilberto Geraldo Ferreira, Edson Hely Silva, José Ivamilson Silva Barbalho (Org.). Maceió. Edufal. 2015.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Atlas Escolar do Rio Grande do Norte: Estudo Geohistórico e Cultural**. 2 Edição ampliada e atualizada. João Pessoa Ed. Grafset. 2011/ 3 Edição ampliada e atualizada 2011.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. **Terra, Trabalho e Poder: O Mundo dos Engenhos No Nordeste Colonial**. Bauru/ SP. Ed. Da Universidade do Sagrado Coração, 2003.

FEITOSA, Antônio Cordeiro, **Atlas Escolar do Maranhão: Espaço Geo Histórico e Cultural**. Antônio Cordeiro Feitosa e José Ribamar Trovão, João Pessoa, Ed. Grafset. 2006.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Minidicionário do Aurelio**, São Paulo. Editora: Melhoramentos. 1977.

GASPAR DA MADRE DE DEUS. **Mémoires Para a História da Capitania de São Vicente**. Brasília. Ed. Do Senado Federal, 2010.

GIRÃO, Rimundo. **Pequena História do Ceará**. 2ª ed. Revista. Fortaleza, Imprensa Universitária. 1971.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Da Conquista e Implantação dos Primeiros Núcleos Urbanos na Capitania do “Siará Grande”** in: SOUZA, Simone. História do Ceará. Fortaleza. Fundação Demócrito Rocha. 1995.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Livros Didáticos e Fontes de Informações sobre as Sociedades Indígenas no Brasil** in: A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º Graus, Aracy Lopes da Silva, Luís Donisete Benzi Grupioni (Org). Brasília Mec/ Mari- UNESCO. 1995.

GUERRA, Flávio, **História Colonial. Recife.** Editora ASA. Pernambuco. 1985 (Coleção Nordeste em Evidência. Vol.2)

GUERRA, Flávio, **História de Pernambuco. 3º Edição. Recife. Ed. Raíz Ltda. 1984**

GUERRA, Rosângela. **Nietta Lindenberg Monte: Formação de Professores Indígenas.** in: Revista Presença Pedagógica. Belo Horizonte. Ed. Dimensão. 1999 (março-abril) Nº 26. Vol.5

GUERRA, Rosângela. **Formação de Professores Indígenas:** Entrevista com Nietta Lindenberg Monte in: Revista Presença Pedagógica, Belo Horizonte, Editora Dimensão, 1999. Vol.5, nº 26, Março/Abril

HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL. Manuela Carneiro da Cunha (Org) São Paulo Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992.

HOLANDA, Sergio Burguês de. **A Guerra dos Emboabas in História Geral da Civilização Brasileira.** A época colonial. Novo I do Descobrimento á Expansão Territorial. São Paulo, Editora Difel. 1968

HOORNAERT, Eduardo. **Catequese e Aldeamento** in: SOUZA, Simone. História do Ceará. Fortaleza. Fundação Demócrito Rocha. 1995.

KURROSCH, Andréia Rosa da Silva, **Povos Indígenas, História, Memória e Educação,** Andréia Rosa da Silva Kurrosch, Fernanda Brabo Sousa e Rodrigo Allegretti Venzon, in: Povos indígenas e Educação/ Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Isabel Habckost Della Zen e Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (orgs) 2 Ed. Porto Alegre Ed. Mediação, 2012

FTD Sistema de Ensino: **Manual do Professor/ HISTÓRIA** Marco Pellegrini, Adriana Dias, Keila Grinberg. – 1. Ed. –São Paulo: FTD, 2014.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Olhar Sobre as Presenças das Populações Nativas na Invenção do Brasil** in: A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º Graus, Aracy Lopes da Silva, Luís Donisete Benzi Grupioni (Org). Brasília Mec/ Mari- UNESCO. 1995.

LOPEZ, Luiz Roberto, **História do Brasil Colonial.** Porto Alegre. Ed. Mercado Aberto. 1981 (Coleção história revisão vol.4)

MAPA ETNO-HISTÓRICO DE CURT NIMUENDAJÚ/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em Colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro. IBGE, 1981.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba.** João Pessoa. Ed. A União/ Conselho Estadual de Cultura. 1994.

MARTIN, Gabriela. **Os Primeiros Nordestinos: Os Começos da História do Índio Brasileiro** in: Revista Nordeste Indígena. Recife. Serviço de Ação Cultural da 3ª SUER/FUNAI. 1988. Nº 1.

MACHADO FILHO, Aires. **O Negro na História do Garimpo.** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1964.

MEDEIROS, Juliana Schneider. **Povos Indígenas e a Lei Nº. 11.645: (In) visibilidades no Ensino da História do Brasil** in: Povos indígenas e Educação/ Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Isabel Habckost Della Zen e Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (orgs) 2 Ed. Porto Alegre ED. Mediação, 2012.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão.** São Luís. Universidade Federal do Maranhão. 1985.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte,** 2 Edição. Natal. Ed. Cooperativa Cultural Universitária 2002

MONTEIRO, John Manuel. **Os Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo.** São Paulo. Ed. Companhia das Letras.1994.

MONTEIRO, John Manuel. **Colonização e Despovoamento: São Paulo e Maranhão no século XVII** in: Revista Ciencia Hoje. São Paulo. SBPC. 1992. VOL.15. nº 86

MOURA, Clovis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra.** São Paulo. Editora Brasiliense. 1983.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I. Rio de Janeiro.** Ed. Tempo Brasileiro/Universidade Federal, de Sergipe. 1996

PALADINO, Mariana. **Algumas Notas para a Discussão sobre a Situação de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas na Educação Superior.** in: Tempos Modernos , Tempos de Sociologia : Ensino Médio , v. único/ Helena Bomeny ... [et al.]. – 3. Ed. – São Paulo: Editora do Brasil, 2016

PELLEGRINI, Marco. **FTD Sistema de Ensino: Manual do Professor/ História** Marco Pellegrini, Adriana Dias, Keila Grinberg. São Paulo, Editora FTD, 2014.

PILAGALLO, Oscar, **São Paulo: de Vila a Metrópole**, Oscar Pilagallo e Pietra Diwan. São Paulo: Folha de São Paulo 2012 (Coleção Folha. Fotos antigas do Brasil: v. 1

RIBEIRO, Berta Gleizer, **O Índio na História do Brasil**. São Paulo Ed. Global 1983 (Coleção história popular 13).

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Cidade de São Paulo: Geografia e História**. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1983.

PINSKY, Carla B. **O Brasil que os Europeus encontraram: A Natureza, os Índios, Os Homens Brancos** in: FTD Sistema de Ensino: Manual do Professor/ Marco Pellegrini, Adriana Dias, Keila Grinberg. – 1. Ed. –São Paulo: FTD, 2014

ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e Emboabas no Comércio das Minas: Ideias, Práticas e Imaginário Político no Século XVIII**, Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2008

RUGENDAS, João Mauricio, **Desenhos de Rugendas: Catálogo de Exposição** Organizada na Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo. Imprensa Oficial. 1981

SANTILLI, Márcio. **Os Brasileiros e os Índios**. São Paulo. Ed. Senac, 2000.

SILVA, Sérgio Batista. **Contato Inter étnico e Dinâmica Sociocultural: os Casos Guarani e Kaingang** in: Povos indígenas e Educação/ Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Isabel Habckost Della Zen e Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (org.) 2 Ed. Porto Alegre ED. Mediação, 2012

SILVA, Edson Hely. **Os Povos Indígenas e o Ensino: Possibilidades, Desafios e Impasses a partir da Lei 11.645/2008** in: Educação e Diversidades: Um Diálogo Necessário na Educação Básica, Gilberto Geraldo Ferreira, Edson Hely Silva, José Ivamilson Silva Barbalho (Orgs), Maceió, Edufal, 2015.

SILVA, Sergio Baptista da. **Contanto Interétnico e Dinamica Sociocultural: Os Casos Guarani e Kaingang**. in: Povos indígenas e Educação/ Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Isabel Habckost Della Zen e Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (org.) 2 Ed. Porto Alegre ED. Mediação, 2012.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo, Ed. Nacional, 1971 (coleção brasileira)

SOUZA, José Otávio Catafesto de. **Reconhecimento Oficial da Autonomia e da Sabedoria dos Agentes Originários e Reorientação do Projeto (Inter)Nacional Brasileiro**. in: Povos indígenas e Educação/ Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Isabel Habckost Della Zen e Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (org.) 2 Ed. Porto Alegre ED. Mediação, 2012

TAVARES, Luíz Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo. Ed UNESP/ Salvador Universidade Federal da Bahia 2001.

TOCANTINS, Leandro. **AMAZÔNIA: Natureza, Homem e Tempo**. Rio de Janeiro. Ed. Conquista. 1960.

TASSINARI, Antoniella Maria Imperatriz. **SOCIEDADES INDÍGENAS: Introdução ao Tema da Diversidade Cultural** in: A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º Graus, Aracy Lopes da Silva, Luís Donisete Benzi Grupioni (Org). Brasília Mec/ Mari- UNESCO. 1995.

VALADÃO, Virgínia Marcos, **Senhores destas terras: Os povos indígenas no Brasil: da colônia aos nossos dias**/ Virgínia Marcos Valadão, Gilberto Azanha; coordenação Maria Helena Simões Paes, Marly Rodrigues- São Paulo: Atual, 1991- (História em documentos).

VERGUEIRO, Laura. **Opulência e Miséria das Minas Gerais**. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1981 (Coleção tudo é história) vol.28.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. **Povos Indigenas**. Maceió. Cescmac/ Prefeitura de Inhapi. 2015.

SITE DAS IMAGENS: [http// www.bing.com/imagens](http://www.bing.com/imagens).